

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ

SEBRAE/PI

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

Relatório de Gestão Exercício de 2017

Teresina/PI, 2017

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ –
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 161/2017, da Portaria TCU 59/2017.

Unidade de Gestão Estratégica – UGE
Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC
Unidade de Auditoria Interna - UAUD

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	10
2.	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	12
2.1.	Finalidade e Competências.....	13
2.2.	Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	13
2.3.	Ambiente de Atuação.....	14
2.4.	Organograma.....	16
2.5	Macroprocessos Finalísticos.....	20
3.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	24
3.1.	Planejamento Organizacional.....	25
3.1.1	Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	27
3.1.2.	Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	59
3.1.3	Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....	60
3.2.	Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	63
3.3.	Desempenho Orçamentário.....	64
3.3.1.	Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	64
3.3.2.	Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	64
3.3.3.	Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	64
3.3.4.	Informações sobre a Realização das Receitas	66
3.3.5.	Informações sobre a Execução das Despesas	68
3.4.	Desempenho Operacional.....	70
3.5.	Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	70
4.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	75
4.1.	Descrição das Estruturas de Governança.....	76
4.2.	Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	76
4.3.	Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	79
4.4.	Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	81
4.5.	Gestão de Riscos e Controles Internos.....	81
4.6.	Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	82
4.7.	Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	83
5.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	84
5.1.	Gestão de Pessoas.....	85
5.1.1.	Estrutura de Pessoal da Unidade	85
5.1.2.	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	89
5.1.3.	Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	90
5.2.	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	93
5.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	93
5.2.2.	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	94
5.3.	Gestão da Tecnologia da Informação.....	95
5.3.1.	Principais Sistemas de Informações.....	98

	5.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	99
	5.4.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	101
	5.4.1.	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	101
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....		102
	6.1.	Canais de Acesso do Cidadão.....	103
	6.2.	Cartas de Serviços ao Cidadão.....	104
	6.3.	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	104
	6.4.	Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	104
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....		105
	7.1.	Desempenho Financeiro no Exercício.....	106
	7.2.	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	108
	7.3.	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	109
	7.4.	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	110
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....		111
	8.1.	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	112
	8.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	112
	8.3.	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidades por Dano ao Erário.....	112
	8.4.	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	112
9.	ANEXOS E APÊNDICES.....		113

Lista de Siglas e Abreviações, Tabelas, Quadros, Gráficos, Figuras, Anexos e Apêndices.

Sigla	Nome
ACIP	Associação Comercial e Industrial de Piripiri
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
AIP	Associação Industrial do Piauí
ALI	Agentes Locais de Inovação
AOE	Agentes de Orientação Empresarial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BNTM	Brazil National Tourism Mart
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Empresarial
Casa APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro
CDE	Conselho Deliberativo Estadual
CDN	Conselho Deliberativo Nacional
CGU	Controladoria-Geral da União
CGM	Comitê Gestor Municipal
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COMAPI	Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes
COOPARN	Cooperativa Apícola da Macrorregião de São Raimundo Nonato
CSN	Contribuição Social Nacional
CSO	Contribuição Social Ordinária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DN	Decisão Normativa
DIREX	Diretoria Executiva
DITALPI	Distrito de Irrigação de Tabuleiros Litorâneos do Piauí
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EINNE	Encontro Internacional de Negócios do Nordeste
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAEPI	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FCDL	<i>Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas</i>
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí
FISPAL	Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para as Indústrias de Alimentos e Bebidas
FENEART	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fundação Cepro	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IEL	Instituto Euvaldo Lodi

IFPI	Instituto Federal do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ISO	Organização Internacional para Padronização
JUCEPI	Junta Comercial do Estado do Piauí
JEPP	Jovens Empreendedores Primeiros Passos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Microempresa
MCPN	Movimento Compre do Pequeno Negócio
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequena Empresa
MEG	Melhoria da Excelência em Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPPE	Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas
PAS	Programa de Alimento Seguro
PBQP-H	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PPP	Parceria Público Privada
PSEG	Programa SEBRAE de Excelência em Gestão
PIB	Produto Interno Bruto
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEI	SEBRAE Empreendedor Individual
SEBRAE/PI	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Piauí
SELIC	Taxa Referencial de Juros
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP/PI	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SESI	Serviço Social da Indústria
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIACWEB	Sistema Integrado de Atendimento ao Cliente
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAF	Unidade de Administração e Finanças
UEAGRO	Unidade Estadual de Agronegócio
UAI	Unidade de Auditoria Interna
UPS	Unidade de Produtos e Soluções
UEAIM	Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UGE	Unidade de Gestão Estratégica

UGOC	Unidade de Gestão Orçamentária e Contabilidade
UGP	Unidade de Gestão de Pessoas
UMC	Unidade de Marketing e Comunicação
UPP	Unidade de Políticas Públicas
UTIP	Unidade de Tecnologia da Informação e Processos

Tabela	Nome	Página
1	Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos	28
2	Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI	29
3	Execução dos Recursos CSN e Público Atendido em R\$ Mil	31
4	Aplicações de Recursos por Carteira de Projetos	34
5	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio	35
6	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio	35
7	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços	40
8	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira Comércio e Serviços	41
9	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria	44
10	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria	44
11	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial	48
12	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial	49
13	Contribuição do Projeto de Desenvolvimento Empresarial para as Metas Mobilizadoras	52
14	Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício 2017	65
15	Balanço Orçamentário	66
16	Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI	68
17	Composição Aplicação de Recursos – SEBRAE/PI	69
18	Evolução Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2015-2017	69
19	Indicadores de Desempenho	71
20	Indicadores Institucionais	71
21	Metas Mobilizadoras	72
22	Grupos de Clientes	72
23	Instrumentos de Atendimento	73
24	Índices de liquidez	73
25	Limites Orçamentários	74
26	Execução das Ações do Plano de Auditoria	80
27	Natureza das Ocorrências da Ouvidoria	81
28	Remuneração de Membros da Diretoria Executiva em 2017	83
29	Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional) e Funções	85
30	Perfil de Escolaridade	86
31	Perfil de Idade	86
32	Lotação Física	86
33	Lotação Finalidade	86
34	Funções Gratificadas	86
35	Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI	88
36	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	89
37	Imobiliário Próprio	93
38	Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros	94
38	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	106
40	Balanço Patrimonial	107

Quadro	Nome	Página
1	Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada	13
2	Macroprocessos Finalísticos	21
3	Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes	22
4	Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	22
5	Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	22
6	Macroprocesso Desenvolvimento Produtos e Soluções	23
7	Estratégias de Atuação: Vinculação	26
8	Desenvolvimento de Soluções Locais	56
9	Repasse Metodológicos das Soluções Locais	57
10	Empresas Aprovadas Chamada Pública Inovação	57
11	Valores Projetos Aprovados Chamada Inovação	57
12	Vinculação dos Planos	60
13	Composição do Conselho Deliberativo Estadual	77
14	Composição do Conselho Fiscal em 2017	78
15	Composição Diretoria Executiva em 2017	78
16	Principais Sistemas de Informação Existentes	96
17	Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas	97
18	Força de Trabalho	97

Gráfico	Nome	Página
1	Índice de Atividade Física Regular – IAFR	92
2	Índice de Massa Corporal Normal – IMCN	92
3	Índice do Nível de Estresse – INE	92
4	Índice de DOR – ID	93

Figura	Nome	Página
1	Organograma do SEBRAE/PI	16
2	Mapa Estratégico do SEBRAE/PI	28

Anexos e Apêndices	Nome	Página
1	Aprovação Relatório de Gestão pelo CDE	115
2	Parecer Conselho Fiscal	116
3	Parecer da Auditoria Independente	117
4	Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial	121

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

1. Apresentação

1. APRESENTAÇÃO

A elaboração do Relatório de Gestão do ano de 2017 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí – SEBRAE/PI – atendeu às exigências contidas nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 161/2017, da Portaria TCU 59/2017.

O Relatório de Gestão apresenta os elementos identificadores da unidade prestadora de contas e também algumas informações para melhor caracterizar a unidade, tais como sua estruturação, a identificação da entidade - incluindo as normas de sua criação e finalidades, bem como os principais macroprocessos incluídos no item 2. A seguir, o item 3 trata do planejamento organizacional do SEBRAE/PI, demonstrando sua atuação, os programas e projetos propostos para o alcance de sua missão, a partir dos objetivos e metas programados para o exercício do relatório de gestão. Além disso, dá uma visão da alocação de recursos adotada para a consecução dos objetivos, demonstrando a relação entre o orçamento programado e o executado e as variações significativas ocorridas.

O documento descreve ainda as estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos (item 4), áreas especiais da gestão contemplando informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental (item 5), o relacionamento com a Sociedade - focando nas medidas relativas à acessibilidade dos usuários e os mecanismos de transparência (item 6), as informações relativas ao desempenho financeiro e contábil (item 7) e no item 8 sobre o atendimento de demandas de órgãos de controle.

Em 2017, as atividades e projetos realizados pelo SEBRAE/PI, alcançaram resultados significativos para a instituição e, principalmente, para os pequenos negócios e a sociedade. Consolidados, os resultados alcançados pelo SEBRAE/PI se apresentam nas Tabelas 19, 20, 21, 22 e 23, por meio dos indicadores de desempenho e institucionais, das metas mobilizadoras, metas de atendimento e dos limites orçamentários. Ressalte-se que a execução das Metas Mobilizadoras alcançaram índices de desempenho superiores em relação ao planejado e/ou atingiram percentuais dentro das variações estabelecidas nas diretrizes do PPA, destacando-se a execução de todos os limites orçamentários dentro dos parâmetros estabelecidos nas diretrizes.

Foram atendidos 25,5 mil pequenos negócios (8% acima do ano anterior), focando na melhoria de gestão, ampliação de mercados e processos de inovação. Outros 24,3 mil potenciais empresários receberam atendimentos direcionados aos temas citados e a outros como empreendedorismo e formalização. Os clientes foram capacitados por meio de instrumentos de atendimento reconhecidos pela qualidade, totalizando mais de 86 mil horas de consultorias, 31,6 mil orientações, 1.486 palestras/oficinas/seminários realizados, 11 Rodadas de Negócios e 1.139 cursos.

No que tange ao ambiente legal para os pequenos negócios, o foco das ações continuou sendo a implementação estratégica da Lei Geral atingindo o fortalecimento do poder de compra dos pequenos negócios através das compras governamentais a partir do processo de intervenção junto ao poder público (estadual e municipal).

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

2. Visão Geral da Unidade

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidade e Competências

O SEBRAE/PI faz parte de um sistema criado em 1972 – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) vinculado ao Governo Federal. A partir de 1990, a entidade desligou-se do setor público, transformando-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Na realidade, este foi o primeiro organismo afinado com o antigo Programa Nacional de Desestatização, embrião de uma nova prática de gestão de determinados serviços controlados pelo Estado, ou seja, a privatização.

Formalmente, trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990, posteriormente, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990.

A atuação do SEBRAE/PI está compreendida num conjunto de iniciativas públicas e privadas voltadas à ampliação de oportunidades econômicas. Em razão da importância dos micro e pequenos negócios, a instituição colabora com ações e projetos para a consolidação de um modelo de desenvolvimento territorial e estadual baseado na facilitação do acesso aos insumos produtivos (conhecimento, crédito, tecnologia e capacitação) em favor das micro e pequenas empresas e de empreendimentos emergentes. Busca, com isso, contribuir para a geração de condições favoráveis à valorização e ao melhor aproveitamento do esforço humano, com aumento da competitividade dos pequenos negócios e estímulo ao empreendedorismo.

2.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro 1 – Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Denominação completa: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí	
Denominação abreviada: SEBRAE/PI	
Vinculação Ministerial: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	
CNPJ: 06.665.129/0001-03	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo	
Principal Atividade: Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo.	Código CNAE: 7020-4/00
Telefones/Fax de contato: (86) 3216-1300 / (86) 3223-0200 - 3216-3753 - 3216-1349	
Endereço Eletrônico: ouvidoria@sebrae.com.br	
Página na Internet: www.sebrae.com.br/uf/pi	
Endereço Postal:	
NORMAS RELACIONADAS A UNIDADE JURISDICIONADA	
<ul style="list-style-type: none">• Estatuto Social• Plano Plurianual• Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE• Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/99• Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90• Estrutura: Conselho Deliberativo Estadual, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal• Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas• Regulamento do Sistema de Gestão de Credenciados (Aprovado 11/09/2014 – Resolução 1.471/2014)	

2.3 Ambiente de Atuação

A contextualização do Plano de Trabalho para 2017 contemplou um estudo de cenários possíveis para às MPE's piauienses. A cada ano é verificado o nível de aderência entre o cenário de atuação escolhido pelo SEBRAE/PI em sua estratégia e a trajetória real das MPE's. Dessa forma, 2017 apresentou o seguinte cenário:

2.3.1. Panorama Nacional

O panorama nacional caracterizou-se pela lenta recuperação da economia ao longo do ano, principalmente no segundo semestre que não foi ainda capaz de impulsionar o mercado de trabalho e diminuir de forma consistente o número de trabalhadores desempregados.

O crescimento baixo do PIB (provavelmente inferior a 1%) é uma vitória visto que o país vinha de dois anos consecutivos de queda no crescimento da economia. Contudo, ainda é uma taxa que evidencia a lenta recuperação da economia.

Analisando as variáveis macroeconômicas pode-se inferir alguns transbordamentos para níveis mais microeconômicos. O setor de serviços encerrou o ano de 2017 com resultados abaixo do esperado, ao contrário do comércio varejista que parece estar se recuperando mais rapidamente e a agricultura que, em virtude da ótima safra que o Brasil teve, garantirá bons resultados para o setor além de colaborar decisivamente para os bons resultados externos do país (balança comercial e por conseguinte nas transações correntes).

2.3.2. Panorama Regional – Nordeste

Embora a região tenha apresentado um expressivo crescimento econômico nos últimos anos, principalmente com a instalação de indústrias (muitas indústrias deixaram a região Sudeste e se instalaram no Nordeste em busca de benefícios fiscais), a produção industrial de toda a Região Nordeste registrou perdas nos índices acumulados. Em 2017, foi produzido 1,2% a menos, e, em 12 meses, a queda foi de 1,5%.

A recuperação das lavouras, especialmente a de grãos na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) contribuiu para que em 2017 a economia do Nordeste voltasse a crescer acima da média nacional após dois anos de recessão mais forte que no restante do país.

2.3.3. Panorama Piauí

- **PIB**

Segundo dados do IBGE, em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB), teve uma retração de 3,5% em relação ao ano anterior. Em valores correntes, o PIB foi de R\$ 39,148 bilhões, o que colocou o estado em 8º do ranking do Nordeste e 21º do Brasil. Em 2014 foram R\$ 37,723 bilhões.

O consumo das famílias, que representa 62,5% do PIB, caiu 3,2%. Já o setor externo contribuiu positivamente, com crescimento de 6,8%. Os Serviços caíram 2,7%, com a maior queda no comércio (7,3%); a Indústria caiu 5,8%, sendo a maior queda na Construção (9%). O destaque positivo foi a Agropecuária, que cresceu 3,3%, com ênfase para a soja (12,8%) e o milho em grãos (4,3%).

A variação real do PIB Estadual em 2014/2015 foi de -1,1%, sendo a menor queda no Nordeste e a sexta menor do país. Para o ano de 2015, o PIB per capita estadual alcançou patamar de R\$ 12.218,51 e no ano anterior, o valor foi R\$ 11.808,08. Em termos nominais, a variação anual da renda per capita em relação a 2014, foi de 3,48%.

Conforme estatísticas do Portal do Empreendedor, em 2017, foram registrados 7.828 microempreendedores individuais contra 7.247 MEI's de 2016. Observa-se um crescimento de 8% em relação ao ano anterior. A densidade dos MEI's no Piauí é maior na capital Teresina. Até dezembro de 2017 o Piauí totaliza 64.820 formalizações de Microempreendedores Individuais no Estado.

• Mercado de Trabalho

Segundo os dados do CAGED, o Piauí em 2017 apresentou um saldo líquido de empregos de 1.873. No acumulado de 2017, o estado foi responsável pela criação líquida de 4.349 empregos com 2.476 demissões. O saldo líquido de empregos ficou assim configurado: MPE (4.349), MGE (-2.468) e Administração Pública (-8). Novamente as microempresas e empresas de pequeno porte foram responsáveis pelo saldo de emprego gerado.

• Sobrevivência das Empresas

A última pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 79,7%. O levantamento foi feito pelo Instituto com base em dados de 2013 divulgado em setembro de 2015. A média nacional foi de 81,7%.

Ainda segundo a pesquisa, a média nordestina de sobrevivência foi semelhante à do Piauí, 79,3%. O estado do Nordeste com maior percentual foi a Paraíba, com taxa de 81,6%. A Bahia, contudo, lidera em números absolutos: mais de 190 mil empresas se mantiveram em funcionamento por mais de um ano.

• Comércio Exterior

De acordo com os dados do MDIC, no acumulado de 2017, o valor exportado foi de US\$ 396,98 milhões e importou US\$ 348,47 milhões, gerando um saldo na balança comercial de US\$ 48,51 milhões de dólares. O valor exportado foi superior 126,8% em relação ao ano de 2016.

No tocante ao destino das exportações do Piauí em 2017, destacam-se: China (57,0%), EUA (7,74%), Japão (4,97%), Tailândia (4,91%), Países Baixos – Holanda (3,46%), Irã (2,78%), Arábia Saudita (2,73%), Tunísia (2,51%), Alemanha (2,34%), Taiwan (2,18%) e Suíça (1,44%).

Quando se analisa por bloco econômico, a maior representatividade é Ásia (71,71%), União Européia (9,06%), Oriente Médio (5,53%), África (2,95%), Demais Blocos (2,68%) e sem agrupamento específico (8,07%).

As participações dos principais produtos exportados em 2017 são: Soja (78,24%), Ceras Vegetais (11,55%), Mel Natural (4,46%), Pilocarpina (1,62%) e Bagaços (0,99%).

Com relação às importações no ano de 2017, destacam-se: Células Solares (34,07%), Naftas (14,69%), Laminas de Ferro (13,23%), Outras Maquinas e Aparelhos Mecânicos com função própria (10,27%), Outros Trigos e Misturas (3,44%) e Conversores Elétricos de Corrente Continua (3,27%).

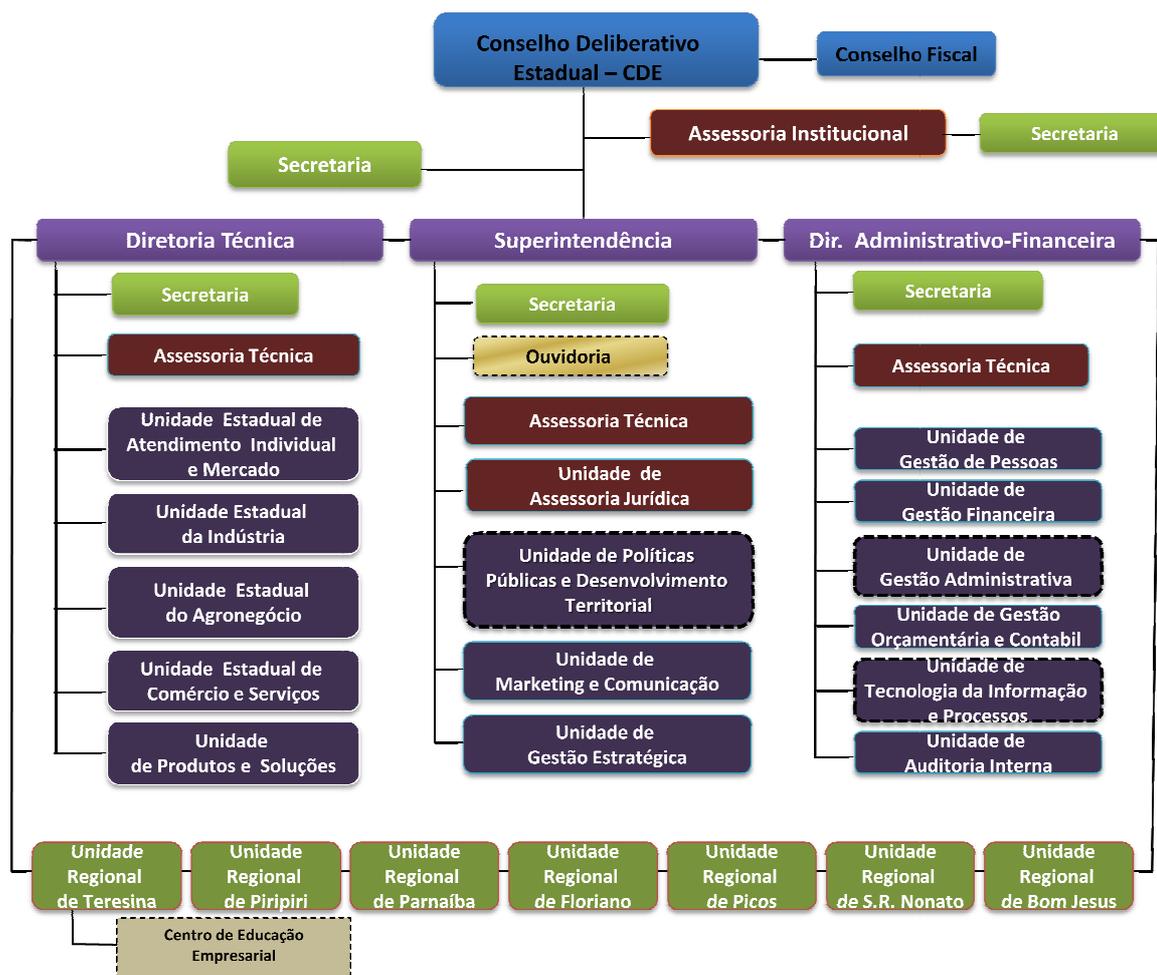
2.4 Organograma

A estrutura básica de gestão da entidade é formada por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo, órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade, compõe-se de 15 (quinze) representantes de entidades vinculadas a pesquisa, desenvolvimento, associações comerciais, agricultura, comércio, indústria, instituições financeiras e o governo. O Conselho Fiscal, órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo Estadual, para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira, composto de três membros efetivos e três suplentes. Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, responsável pela gestão administrativa e técnica, composta por três Diretores: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A estrutura operacional atual, aprovada na 148ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual realizada em 29/2/16 está composta por Assessorias, Unidades Estaduais, Unidades de Comunicação e Marketing, Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, Unidade de Gestão Estratégica, Unidades de Gestão Interna e Unidades Regionais.

Figura 1 – Organograma do SEBRAE/PI



- **Unidades Estaduais:** Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado, Unidade Estadual da Indústria, Unidade Estadual do Agronegócio, Unidade Estadual de Comércio e Serviços e Unidade Estadual de Produtos e Soluções.
- **Unidades de Gestão Interna:** Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade de Gestão Administrativa, Unidade de Gestão Financeira, Unidade de Tecnologia da Informação e Processos, Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil e Unidade de Auditoria Interna.
- **Unidades Regionais:** Teresina, Parnaíba, Piri-piri, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato e Bom Jesus

As áreas estratégicas do SEBRAE/PI estão agrupadas em Unidades Estaduais, Regionais e de Gestão, conforme destacadas a seguir:

Unidade Estaduais:

Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas no âmbito do atendimento.

Titular: Francisco das Chagas da Costa Holanda

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade de Produtos e Soluções:

Competências: Identificar, formular, adequar, desenvolver e/ou disponibilizar produtos e soluções com respectivas metodologias e estratégias educacionais e tecnológicas, para atender as necessidades identificadas pelas demais unidades.

Titular: Érika Freitas Rocha Lopes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidades Estadual da Indústria:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externa, no âmbito da indústria.

Titular: Mirna Vaz da Rocha

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Estadual de Comércio e Serviços:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas, no âmbito do comércio e serviços.

Titular: Maria Alreni Lima Silva

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Estadual do Agronegócios:

Competências: Formular estratégias de integração e articulação entre os projetos da carteira e redes de apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios nos territórios de atuação, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas, no âmbito do agronegócio.

Titular: Geórgia Alcântara Costa de Pádua

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Regional de Teresina:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ana Lúcia Pereira Oliveira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Regional de Picos:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ana Mary Leal Dias Bezerra

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Floriano:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Mary Correia Moreira Kalume

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Piriá:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ismael de Avelar Bastos

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde maio/2016

Unidade Regional de Parnaíba:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Isabela Karinne Sousa Ribeiro

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade Regional de São Raimundo Nonato:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Felipe de Sousa Vieira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2013

Unidade Regional de Bom Jesus:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Kássio Castelo Branco Silva

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde maio/2015

Unidades Estratégicas:**Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial**

Competências: Criar ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas em larga escala e com forte impacto nos resultados institucionais.

Titular: Solange Lopes Azevêdo

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2012

Unidade de Gestão Estratégica

Competências: Articular, promover e catalisar a atuação estratégica do SEBRAE/PI, com foco em resultados, para assegurar o cumprimento da missão e do Plano Plurianual da instituição.

Titular: Carlos Jorge Silva Gomes

Cargo: Analista Técnico – Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Marketing e Comunicação:

Competências: Fortalecer a imagem institucional e o nível de relacionamento e comunicação com as micro e pequenas empresas, entidades associadas, governamentais e privadas, parceiros e profissionais internos e externos, promovendo os produtos e serviços do SEBRAE/PI.

Titular: Maria das Graças de Sousa Batista

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade de Gestão Interna:**Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil:**

Competências: Promover a integração dos dados contábeis e financeiros, visando a elaboração de fluxo de informações de caixa do SEBRAE/PI e subsidiar a Direx e as demais unidades, de informações estratégicas sobre o desempenho orçamentário do SEBRAE/PI.

Titular: José de Paiva Vieira Filho

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: 2017

Unidade de Gestão de Pessoas:

Competências: Assegurar a captação, manutenção e desenvolvimento de talentos profissionais de acordo com o perfil e competências que forem exigidas no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, necessários ao cumprimento da missão do SEBRAE/PI.

Titular: Valéria Moraes de Sousa Ribeiro

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Gestão Administrativa:

Competências: Prover o SEBRAE/PI de infra-estruturas física e administrativa e realizar o controle e a gestão patrimonial da entidade.

Titular: Antonio de Pádua Evelin Rodrigues

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2013

Unidade de Gestão Financeira:

Competências: Gerir com alta estratégia tática e operacional as finanças e recursos materiais buscando a otimização dos seus rendimentos, assim como a aplicação adequada dos investimentos e custos do SEBRAE/PI.

Titular: Diogo Chaves Lima

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2016

Unidade de Tecnologia da Informação e Processos:

Competências: Disponibilizar soluções informatizadas adequadas às necessidades do SEBRAE/PI, planejando, orientando, coordenando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento das ações voltadas para a informática e para a comunicação de dados.

Titular: Juliana Lira da Fonsêca

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Auditoria Interna:

Competências: Assistir ao Conselho Deliberativo Estadual, Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e às Unidades Operacionais e de Gestão, em matéria relacionada à orientação, acompanhamento e controle dos atos de gestão do SEBRAE/PI.

Titular: José Fernandes Almeida Neto

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2011

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Para execução das suas atividades finalísticas, o SEBRAE/PI mantém quatro macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais: Atendimento a Mercado e Clientes, Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios, Promoção da Educação e Cultura Empreendedora e Desenvolvimento de Produtos e Soluções.

O quadro abaixo apresenta sucintamente os macroprocessos ligados às áreas fins da instituição:

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atendimento a Mercado e Clientes	O Atendimento Individual representa o principal <i>locus</i> de escuta das necessidades do cliente e, portanto, o elemento de tração do processo contínuo de definição de estratégias de gestão do conhecimento em prol da gestão do relacionamento com o cliente.	<ul style="list-style-type: none"> • Informação • Orientação Técnica • Consultoria • Curso • Palestra • Oficina • Seminário • Eventos de Mercado • Publicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	<p>Unidades Estaduais</p> <p>Unidade de Comunicação e Marketing</p> <p>Unidade de Produtos e Soluções</p>
Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	Macroprocesso voltado para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial, ampliando as políticas de apoio aos pequenos negócios.	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Consultoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Gestores Públicos 	Unidade de Políticas Públicas
Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	Macroprocesso voltado para disseminar a cultura empreendedora em diferentes espaços sociais e de produção da sociedade piauiense e capacitar proprietários de pequenos negócios visando a elevação do nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Palestra • Oficina 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	<p>Unidades Estaduais</p> <p>Unidade de Produtos e Soluções</p>
Desenvolvimento de Produtos e Soluções	Desenvolvimento e adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação Técnica • Consultoria • Curso • Palestra • Oficina • Seminário 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	<p>Unidades Estaduais</p> <p>Unidade de Produtos e Soluções</p>

Apresenta-se abaixo, breve descrição da condução de cada macroprocesso ao longo de 2017:

a) Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes:

O SEBRAE/PI, por meio da Unidade Estadual de Atendimento Individual e Mercado e a Gerência da Regional de Teresina, atua fortemente com a finalidade de fortalecer e ampliar as ações de atendimento as demandas dos clientes, propiciando o aumento do número de pequenos negócios atendidos bem como a melhoria contínua da qualidade.

Quadro 3 – Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Ampliação do índice de cobertura do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Reformulação do modelo de atendimento presencial; • Implantação do fale com o especialista.
Ampliação dos instrumentos de avaliação da satisfação e qualidade do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos instrumentos de avaliação do cliente; • Acompanhamento e avaliação das consultorias realizadas nas empresas (durante e após sua finalização).

b) Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Através da Unidade de Políticas Públicas e das Unidades Regionais o SEBRAE/PI desenvolveu um conjunto de ações voltadas para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial dos pequenos negócios, principalmente nos municípios do interior do estado.

Quadro 4 – Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Institucionalização da Lei Geral nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Consultoria de suporte aos gestores públicos; • Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento • Ações conjuntas com o Tribunal de Contas do Estado principalmente relativas a regulamentação das compras públicas.
Fomento ao Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Prêmio Prefeito Empreendedor, Implantação da Rede Simples e parceria com o Tribunal de Contas do Estado.

c) Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Incorpora atividades voltadas para prover o SEBRAE/PI de conhecimento e soluções de informação, consultoria e educação nas áreas de gestão empresarial e educação empreendedora, para o alcance dos resultados pelos pequenos negócios.

Quadro 5 – Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Fortalecimento da parceria entre as áreas de Educação, Unidade de Produtos e Soluções e Unidades de Regionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação periódica da equipe técnica, credenciados e demais colaboradores sobre os Referenciais Educacionais do SEBRAE, de modo a garantir a correta aplicação dos produtos e soluções.

d) Macroprocesso: Desenvolvimento de Produtos e Soluções

As atividades consistiram na continuidade do processo de adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos, de forma a prover o SEBRAE/PI de soluções, conhecimento e mecanismos de promoção da inovação, sustentabilidade e acesso à tecnologia, para promover a competitividade dos pequenos negócios.

Quadro 6 – Macroprocesso Desenvolvimento de Produtos e Soluções

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Desenvolvimento, Adequação e Revisão de Soluções	<ul style="list-style-type: none">• Atualização da matriz educacional;• Desenvolvimento de Matriz Continuada de acordo com o estágio do cliente/empreendedor.
Repasses Metodológicos	<ul style="list-style-type: none">• Organização de cronograma semestral de repasses e disseminação para gestores e credenciados, a fim de garantir a realização dos mesmos.• Realização de Repasses Metodológicos, a fim de disponibilizar o maior número de credenciados possíveis para aplicação das soluções junto ao público-alvo de cada Projeto.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

3. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

O processo de planejamento para a elaboração/revisão do PPA 2017-2018 seguiu, como ocorre anualmente, o processo estabelecido para esse fim, com realização de reuniões técnicas através da participação efetiva de Analistas, Gestores, Gerentes e Diretoria Executiva, além de entrevistas e consultas junto aos Conselheiros e demais partes interessadas realizadas nos meses de agosto e setembro/2016.

A análise, discussão e definições das propostas (projetos e atividades) contidas no Plano Plurianual consideraram como premissas, a coerência e a continuidade da atuação orientada para resultados, a alocação de recursos a partir de estratégias de atuação explícitas, oportunidades existentes no cenário de atuação local e sintonia com as necessidades dos pequenos negócios atendidos pelo SEBRAE/PI.

Dessa forma, o plano estratégico do SEBRAE/PI para 2017, teve como referenciais os seguintes documentos:

- Cenários SEBRAE 2015/2022
- O Direcionamento Estratégico do Sistema SEBRAE 2022;
- Diretrizes do PPA 2017–2018 e Orçamento 2017;
- Indicadores e Metas do PPA 2017/2018;
- O Público do SEBRAE PPA 2017/2018;
- Manual de Programas, Projetos e Atividades PPA 2017/2018.

A missão do SEBRAE/PI foi adequada em consonância com Sistema SEBRAE, ficando com o seguinte texto: “**Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estimular o empreendedorismo**”, demonstrando a vinculação do plano estratégico da entidade com suas competências institucionais, legais ou normativas.

Através da visualização do Mapa Estratégico (Figura 2) pode-se constatar, de forma clara e transparente, o foco da estratégia elaborada e a maneira como as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e recursos estabelecidos no PPA. O mapa estratégico tem por objetivo apresentar de forma lógica e estruturada os objetivos estratégicos balanceados sobre várias perspectivas (Cumprimento da Missão, Partes Interessadas, Processos e Pessoas, Organização e Tecnologia), mantendo uma relação de causa e efeito entre si, representando o foco e os pontos relevantes da estratégia no contexto do negócio. Dessa forma, estabelece-se uma sintonia no cumprimento da missão institucional.

Seguindo o processo de elaboração/revisão do PPA, a partir da definição dos desafios do SEBRAE/PI, desenvolveu-se um trabalho de priorização dos objetivos estratégicos para alinhar as proposições ao contexto do Planejamento Estratégico do SEBRAE Nacional. Esses objetivos demonstram as escolhas adotadas pela organização para promover maiores conquistas e resultados em prol das MPE's no estado.

Foi realizada a revisão do diagnóstico referente às limitações internas (pessoal, recursos, infraestrutura) sendo consideradas as oportunidades e pontos fortes descritos abaixo, como fatores importantes no processo de definição das estratégias.

- Inauguração do Centro de Educação Empresarial viabilizando espaço e infraestrutura adequada para o atendimento as demandas por capacitação;
- Capacitação de pessoal (interno e credenciados) através de cursos abertos e Universidade Corporativa;
- Mudança das instalações da Unidade Regional de Parnaíba, para um espaço mais adequado, mais amplo e de maior acessibilidade para os clientes.

A avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas, foi realizada através do monitoramento sistemático e acompanhamento das metas através de reuniões de avaliação crítica e de análise da estratégia, bem como através dos sistemas corporativos SGE e SME.

Para o período de 2017/2020, as prioridades estratégicas do SEBRAE/PI estabeleceram a continuidade da estratégia de atuação integrada da instituição, com ênfase no fortalecimento da gestão dos projetos voltada para melhoria da qualidade dos resultados estabelecidos para o período, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação

Objetivos Estratégicos SEBRAE/NA	Objetivos Estratégicos SEBRAE/PI	Prioridades Locais do SEBRAE/PI
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente	P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente	Ampliar e aprimorar a rede de atendimento no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento da competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios.
		Ampliar as oportunidades de acesso à mercados dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, a partir da inclusão produtiva, inovação tecnológica e competitividade.
		Aumentar a competitividade dos pequenos negócios da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Cadeia da Construção Civil no Território de Teresina com foco na sustentabilidade, produtividade e inovação.
		Promover a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos de saúde, artesanato e da cadeia do turismo dos Territórios de Teresina e Litoral Piauiense, a partir da agregação de valor com foco em mercado
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios	P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios	Sem contribuição
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Disseminar a cultura da educação empreendedora no meio empresarial e junto as instituições de ensino (fundamental, médio e superior), promovendo o acesso dos pequenos negócios, potenciais empresários e potenciais empreendedores, através de soluções educacionais com foco no empreendedorismo.

Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação – Cont...

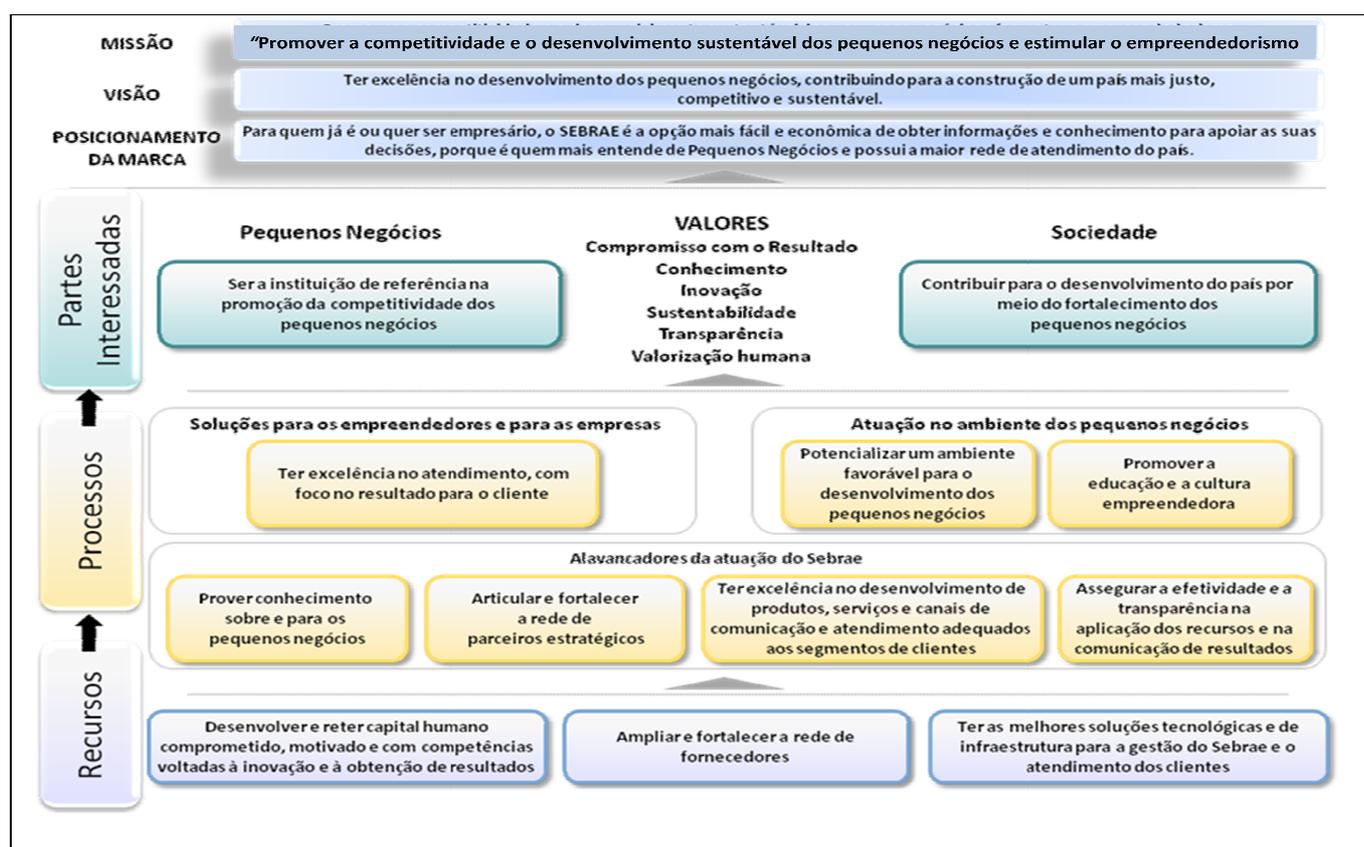
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios	P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios	Sem contribuição
P5 - Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.	Sem contribuição	Sem contribuição
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes	P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes	Sem contribuição
P7 - Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados	P5-Promover a cultura da gestão com foco na sustentabilidade	Sem contribuição
	P8 - Aprimorar a excelência da gestão interna	Aperfeiçoar os processos operacionais e gerenciais internos com ênfase na excelência da gestão, por meio de práticas empresariais sustentáveis e da gestão do conhecimento.
Objetivos Estratégicos SEBRAE/NA	Objetivos Estratégicos SEBRAE/PI	Prioridades Locais do SEBRAE/PI
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados	R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados	Promover a valorização dos colaboradores a partir do aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para a excelência do atendimento e o alcance dos resultados.
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	Sem Contribuição
R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos Clientes	R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes	Sem contribuição

3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

3.1.1.1. Objetivos Estratégicos

A leitura do Mapa Estratégico segue uma lógica vertical de vinculação entre os objetivos e temas estratégicos, demonstrando uma relação de causa e efeito entre eles, conforme o impacto e a forma de contribuição entre os desafios retratados na forma de objetivos. Ressalte-se que em 2017, o SEBRAE/PI revisou o Mapa vigente, adequando a missão da instituição conforme adequação do mapa adotado pelo SEBRAE/NA, sendo demonstrado na figura 2.

Figura 02 – Mapa Estratégico do SEBRAE/PI



A Tabela nº 1 apresenta a execução orçamentária prevista e realizada por objetivos estratégicos, que traduzem as escolhas adotadas pelo SEBRAE/PI para promover maiores conquistas e resultados para as MPE no horizonte do PPA 2017/2020.

Tabela 1 – Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos em R\$ Mil

Estratégia Objetivo Local	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executado Ajustado	% Participação
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	25.674.272	27.348.531	19.219.258	70,30%	86,40%
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	532.865	2.010.706	1.209.125	60,10%	5,40%
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	228.358	256.103	238.933	93,30%	1,10%
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	250.000	250.000	239.642	95,90%	1,10%
P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	977.000	685.000	588.695	85,90%	2,60%
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes	800.000	750.000	747.596	99,70%	3,40%
Total	28.462.495	31.300.340	22.243.249	71,10%	100,00%

Estratégia Macroprocesso Local	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executado Ajustado	% Participação
Atendimento Mercado e Clientes	0	338.523	305.793	90,30%	1,00%
Gestão Administrativa	4.750.000	5.319.000	4.961.975	93,30%	16,50%
Gestão da Estratégia	250.000	250.000	169.776	67,90%	0,60%
Gestão de Pessoas	21.450.000	21.829.148	21.792.187	99,80%	72,60%
Gestão Financeira	1.900.000	1.715.000	1.215.636	70,90%	4,10%
Governança	527.296	567.296	555.562	97,90%	1,90%
Marketing e Comunicação	750.000	750.000	699.974	93,30%	2,30%
Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	325.545	325.545	307.613	94,50%	1,00%
Total	29.952.841	31.094.512	30.008.516	96,50%	100,00%

Fonte: SME

3.1.1.2. Prioridades Estratégicas

As prioridades locais servem de referência para a identificação das iniciativas estratégicas que podem incluir programas, projetos e planos de ação. Explicitam segmentos de clientes a serem trabalhados e possibilitam o alinhamento dos projetos e seus resultados.

Tabela 2 – Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI em R\$ Mil

Estratégia Prioridade Local	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executado Ajustado	% Participação
Ampliar a Educação Empreendedora junto às instituições de ensino (fundamental, médio e superior, voltada para a consolidação da cultura empreendedora na educação.	228.358	256.103	238.933	93,30%	1,20%
Aprimorar o atendimento presencial e remoto no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento de competitividade, sustentabilidade e inclusão produtiva dos pequenos negócios.	14.455.766	14.344.899	9.770.248	68,10%	47,90%
Aprimorar o portfólio de produtos e serviços, adequando-os às necessidades identificadas do público-alvo, visando melhorar a efetividade dos serviços prestados.	250.000	250.000	239.642	95,90%	1,20%
Assegurar a excelência em gestão com foco no aperfeiçoamento dos processos operacionais e gerenciais internos, com ênfase na gestão de riscos, práticas empresariais sustentáveis, valorização dos colaboradores e da gestão do conhecimento.	977.000	685.000	588.695	85,90%	2,90%
Desenvolver a competitividade dos pequenos negócios com foco na gestão, mercado, inovação e sustentabilidade nos elos das cadeias de valor dos macrosssegmentos de alimentação e bebidas, moda, energia, casa e construção, saúde e bem-estar e artesanato	10.818.506	12.103.910	8.951.163	74,00%	43,90%
Promover a articulação de ambiente legal favorável aos pequenos negócios, com foco na implementação de políticas voltadas para a inclusão produtiva e dinamização da economia.	389.760	429.718	257.366	59,90%	1,30%
Promover a transversalidade de temas como Economia Digital e Encadeamento Produtivo.	400.000	717.105	350.564	48,90%	1,70%
Total	27.519.390	28.786.735	20.396.612	70,90%	100,00%

Fonte: SME

3.1.1.4. Produtos Nacionais

Os Produtos Nacionais de Atendimento foram concebidos para potencializar a execução da estratégia do Sistema SEBRAE, direcionando ações e recursos no provimento de conhecimento para os pequenos negócios, articulando e fortalecendo a rede de parceiros, promovendo a cultura empreendedora, potencializando um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios todos com o objetivo de alcançar a excelência no atendimento com foco nos resultados para o cliente.

Esses produtos estão direcionados ao atendimento do público-alvo por meio de uma lógica de segmentação de clientes, permitindo um amplo provimento de soluções a todos os perfis atendidos pelo SEBRAE.

Os Produtos Nacionais impactam significativamente no alcance dos objetivos estratégicos, trabalhando com um público segmentado e estratégias definidas, de modo a impulsionar o atingimento dos indicadores e metas estipulados no Direcionamento Estratégico, através da segmentação dos clientes (microempresas, empresa de pequeno porte e empreendedor individual).

Os recursos de aplicados para atender as Atividades e Projetos de Atendimento foram transferidos pelo SEBRAE Nacional através da Contribuição Social Nacional - CSN. O total de recursos aprovados para o SEBRAE/PI totalizaram R\$ 19,3 milhões. Deste total foram executados 67,1%, equivalente a R\$ 12,9 milhões.

Tabela 3 – Execução dos Recursos CSN e Público Atendido em R\$ Mil

Produto Nacional	Total Despesa Prevista	CSN Proposta	CSN Aprovada	CSN Executada	% CSN	% Outros	MEI	ME	EPP	PE	PEE	Público Total
Agentes Locais de Inovação	263.325	1	0	0	0,0%	0,0%	16	553	211	0	0	780
Capacitação	66.800	0	46.760	32.690	69,9%	0,0%	36	37	13	355	0	441
Central de Relacionamento	279.248	0	58.200	39.139	67,2%	0,0%	26	5	1	11	0	43
Começar Bem	678.984	0	478.369	192.673	40,3%	38,6%	43	31	15	1.887	0	1.976
Comércio Brasil	127.280	0	89.096	17.500	19,6%	16,5%	2	17	4	0	0	23
Crédito Orientado	143.477	0	143.477	132.621	92,4%	0,0%	13	22	0	484	0	519
Empretec	144.750	0	42.000	25.866	61,6%	0,0%	5	24	9	27	0	65
Fomenta	966.624	0	699.137	659.442	94,3%	99,0%	6	39	10	501	0	556
Na Medida	937.736	0	661.515	280.844	42,5%	37,8%	250	453	135	942	0	1.780
Negócio a Negócio	1.554.834	98.000	1.147.992	942.622	82,1%	94,2%	5.131	4.604	632	0	0	10.367
No Campo	1.808.021	13.776	1.493.056	1.404.018	94,0%	49,3%	6	1.660	19	2.233	0	3.918
OSE	40.000	0	11.900	6.141	51,6%	0,0%	50	10	0	81	0	141
Outros	13.563.512	0	9.726.088	6.701.255	68,9%	53,2%	2.286	3.357	269	6.519	0	12.431
Portal	0	0	0	0	0,0%	0,0%	233	168	37	1.990	6	2.434
Salão do Empreendedor	428.571	0	300.000	267.629	89,2%	0,0%	91	20	4	316	0	431
Sebrae Mais	1.988.867	0	1.392.207	483.640	34,7%	36,7%	4	91	96	11	0	202
Sebraetec	3.630.406	40.000	2.547.952	1.510.597	59,3%	77,6%	14	427	53	0	0	494
SEI	350.280	0	245.196	103.040	42,0%	33,1%	572	115	15	1.273	0	1.975
Semana do MEI	257.142	0	180.000	127.517	70,8%	70,8%	353	13	6	546	0	918
Total	27.229.857	151.777	19.262.945	12.927.234	67,1%	64,6%	9.137	11.646	1.529	17.176	6	39.494

Fonte: SME

Principais aspectos que impactaram o desempenho financeiro dos Produtos Nacionais:

- A execução orçamentária do Sebraetec foi comprometida em decorrência da implantação novo sistema de contratação (abrangência nacional) que ocasionou desistência de algumas propostas por parte dos empresários, principalmente em decorrência do sistema de rodízio e da demora no processo de aceite e finalização da contratação;
- A execução orçamentária do Sebrae Mais foi prejudicada pelo fato do atraso no início das turmas do Gestão de Indicadores de Resultados (iniciadas em agosto, setembro e outubro). Como trata-se de uma solução que apresenta uma carga horária cuja execução extrapola a 12 meses, praticamente 70% da execução orçamentária só ocorrerá em 2018.
- Demora no retorno das demandas encaminhadas à coordenação nacional, relacionadas às inconformidades e dificuldades do sistema de Controle do Sebraetec;
- Quadro restrito de facilitadores, principalmente da solução Gestão de Indicadores de Resultados – Sebrae Mais;
- Produtos educacionais não atualizados para atender a presente realidade empresarial, portanto, com pouca atratividade (capacitações locais e nacionais).

Iniciativas propostas para 2018 para mitigar as ameaças:

- Realização de orientação técnica com consultorias on line;
- Reestruturação do Call Center (0800 570 0800), visando a otimização dessa ferramenta, com intuito de alcançarmos um número maior de clientes, bem como garantir ao cliente interno um serviço que venha a somar na execução das ações tanto nos projetos como nas atividades de atendimento;
- Criação de grupos de trabalhos focados na melhoria do atendimento tais como: tratamento de reclamações dos clientes; melhoria no fluxo de atendimento; implantação de um novo layout de atendimento, padronização de alguns produtos;
- Desenvolver ferramentas de monitoramento para a execução;
- Desenvolvimento de uma política de marketing/divulgação para a comercialização dos produtos e serviços;
- Funcionamento em 2018, do Centro de Educação Empresarial bem estruturado para atender as demandas dos cursos, palestras, seminários, oficinas, etc, de forma mais confortável com um atendimento de excelência para nossos clientes;
- Produtos/Serviços educacionais desenvolvidos e/ou readequados para atender às necessidades e expectativas dos empresários;
- Material didático mais acessível com conteúdos atualizados e infográficos para boa assimilação do aprendizado.
- Implantação de uma nova política de preço;
- Aquisição de novas metodologias de outros Sebrae/UFS, a exemplo o Bootcamp.
- Desenvolvimento de novas metodologias, como exemplo a trilha de atendimento e etc.
- Maior divulgação e utilização do “Fale com o Especialista”;
- Implantação dos tótems nos Escritórios Regionais enquanto ferramenta de orientação técnica;
- Implantação do SebraeLAB;
- Normatização do sistema operacional do Sebraetec, proporcionando maior celeridade no trâmite contratual das demandas.

Devem ser destacadas as seguintes considerações sobre a execução dos produtos em relação as metas de atendimentos realizadas:

a) Agentes Locais de Inovação - ALI

Em 2017, o Programa ALI atendeu a 827 empresas que tiveram acesso às soluções do SEBRAE como consultorias e/ou cursos na área tecnológica, a partir da atuação intensiva dos agentes junto aos gestores das atividades de atendimento individual e dos macrosegmentos na capital e interior. Foram assistidas empresas dos setores da Indústria, comércio e serviços nos municípios de Bom Jesus (41), Floriano (43), Teresina (580), Parnaíba (40), Picos (40), Piripiri (43), São Raimundo Nonato (40).

Segundo pesquisa realizada junto as empresas beneficiadas, dentre os principais resultados de 2017 apresentam-se:

- Foram concluídas 195 ações de inovações nas empresas atendidas, sendo que 52,3% ocorreram nas áreas de Inovação de produtos e serviços, Tecnologia da Informação, Design, Qualidade, Produtividade, Propriedade Intelectual e Sustentabilidade;
- Os índices do Radar 0 e 2/3 (Indicativo de incorporação da gestão da inovação nas empresas), mostram que o grau médio de inovação das empresas acompanhadas pelos ALI's no Estado do Piauí em 2017 atingiram índice 2,0;
- 24,2% das empresas implantaram ações de melhoria;
- Das empresas atendidas 46,7% tiveram aumento de faturamento;
- 57,3% informaram que tiveram aumento da carteira de clientes;
- 35,2% aumentaram o número de funcionários.

b) Programa Negócio a Negócio

Em 2017 foram atendidas 10.367 empresas *in loco* com perfil de microempreendedor individual (5.131), microempresas (4.604) e empresas de pequeno porte (632).

Vale ressaltar que em 2017, o Piauí novamente foi destaque entre os SEBRAE/UF pela forma de condução do programa. Destaque-se a ampliação do atendimento (até 20% do público atendido) para as empresas de pequeno porte.

c) Sebraetec

Em 2017, a execução do SEBRAETEC foi impactada pela demora da implantação e operação do novo sistema de abrangência nacional de contratação, ocasionando desistência de algumas propostas por parte dos empresários, conforme já mencionado anteriormente. Através dessa ferramenta foram atendidas empresas tanto no âmbito das Atividades de Atendimento como dos projetos de macrosegmentação. Os resultados da aplicação das consultorias do Sebraetec evidenciam:

- 80% das empresas implantaram ações na área de gestão foram observados resultados de adequação, padronização e sistematização dos processos, garantindo a certificação de gestão de qualidade, impactos positivos na produtividade e aumento da clientela e do faturamento em até 30%;
- 70% das consultorias SEBRAETEC propiciaram inovações em processos produtivos (mudanças, ajustes ou a inserção de novos processos), além da aquisição de novos equipamentos, gerando em 90% das empresas que inovaram modernização e automação de processos, diversificação e qualidade dos produtos e serviços e aumento da produção;

- As inovações de mercado representaram 10% das consultorias efetivadas e se concentraram na área de produtos e serviços digitais, gerados notadamente para startups, segmentos de restaurantes e confecção.

d) SEBRAE Mais

O Programa implementou em 2017 as soluções, Gestão da Qualidade, Gestão de Indicadores de Resultados – FGA (3 turmas – Teresina, Bom Jesus e Floriano) e Líder Coach.

A aplicação das soluções oportunizou demandas espontâneas para outras ações da programação do SEBRAE/PI e outros produtos do banco de soluções da instituição, principalmente consultorias gerenciais, reforçando assim a geração de receitas com empresas beneficiadas.

3.1.1.5. Atividades de Atendimento e Projetos de Macrosegmentação

3.1.1.5.1. Atividades de Atendimento

Os investimentos planejados para as atividades de atendimento e projetos de macrosegmentação foram da ordem de R\$ 26,9 milhões, com realização de R\$ 19,1 milhões. As Atividades de Atendimento responderam pela maior fatia dos recursos previstos (R\$ 15,2 milhões).

A execução final (Atividades de Atendimento e Projetos) foi de 71,0%, decorrente principalmente da baixa execução dos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica, que não foi efetivada, como também pela baixa execução do SEBRAETec no âmbito projetos.

Tabela 4 – Aplicações de Recursos por Carteiras de Projetos em R\$ Mil

Unidades	Previsto Original	Previsto Ajustado	Realizado	Saldo Anual	% Realizado Previsão Anual
Atividades de Atendimento	14.896.543	15.171.368	10.534.321	4.637.047	69,44%
Agronegócio	6.106.898	7.170.449	5.471.011	1.699.438	76,30%
Comércio e Serviços	2.510.840	3.189.790	2.349.640	840.150	73,66%
Indústria	1.535.349	1.361.525	733.424	628.101	53,87%
TOTAL	25.049.630	26.893.132	19.088.396	7.804.736	70,98%

Fonte: SME

a) Agronegócio

A atuação do SEBRAE/PI no agronegócio se deu através de 08 projetos (macrosegmentos e projetos de continuidade), O montante de recursos previstos para serem aplicados pelo SEBRAE/PI foi da ordem de R\$ 7,2 milhões.

O foco principal das ações continuou sendo a promoção do agronegócio no Estado do Piauí dentro da visão da macrosegmentação como estratégia para dinamizar o segmento. As ações implementadas estiveram voltadas para gerar melhorias nos processos de produção e gestão dos negócios na cadeia de valor, permitindo a inserção dos produtores no mercado.

Neste sentido, o SEBRAE/PI manteve o trabalho conjunto com as instituições parceiras como a Associação Piauiense de Piscicultores, ADAPI, Associação Piauiense de Suinocultura, SENAR, CODEVASF, FAEPI, DNOCS, EMBRAPA, Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Governo do Estado, MAPA/SFA-PI, SESCOOP/PI e outras, a fim de cumprir com as demandas geradas em vários municípios do estado.

Tabela 5 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio em R\$ Mil

Projetos	Previsto Original	Previsto Ajustado	Realizado	Saldo Anual	% Realizado Previsão Anual
PI - Sertão Empreendedor	3.492.695	3.764.720	2.514.329	1.250.391	66,79%
APIS Semiárido Empreendedor	0	182.617	147.282	35.335	80,70%
APIS do Norte do Piauí	0	98.908	94.391	4.517	95,40%
PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí	1.020.000	1.530.000	1.530.000	0	100,00%
Crescer no Campo - Apicultura do Sertão no Território do Araripe/Picos	457.000	457.000	346.112	110.888	75,70%
Crescer no Campo - Apicultura no Território de São Raimundo Nonato	407.000	407.000	291.903	115.097	71,70%
Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Teresina	330.203	330.204	307.612	22.592	93,20%
Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Piripiri/ Região dos Cocais	400.000	400.000	239.382	160.618	59,80%
TOTAL	6.106.898	7.170.449	5.471.011	1.699.438	76,30%

A Fonte: SME

A execução orçamentária da Carteira do Agronegócio de 76,3%, conforme Tabela 8, decorreu principalmente da baixa execução dos novos projetos com estratégia de macrosssegmentação (Crescer no Campo - Apicultura do Sertão no Território do Araripe/Picos, Crescer no Campo - Apicultura no Território de São Raimundo Nonato e Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Piripiri/ Região dos Cocais) que foram impactados pelo atraso na liberação dos recursos, decorrente da demora do processo de análise e de aprovação dos mesmos .

Tabela 6 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2017	Execução 2017	% Realizado 2017
Consultoria	Nº de horas	29.055	35.138	120%
Curso	Nº de cursos	391	316	81%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	1	1	100%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	0	0	0%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	7	8	114%
Oficina	Nº de oficinas	162	139	86%
Orientação	Nº de orientações	1.278	1.788	139%
Palestra	Nº de palestras	113	100	88%
Seminário	Nº de seminários	34	38	111%
Rodada	Nº de rodadas	4	4	100%

Fonte: SME

A variação relacionada ao “Nº de cursos” (81%) decorreu do ajuste que teve que ser realizado na programação em razão do atraso na liberação dos recursos (CSN SEBRAE/NA), decorrente da demora do processo de análise e de aprovação dos projetos de macrossegmentação.

Já as variações relativas a “Nº de orientações” e “Nº de horas de consultoria” foi decorrente de:

- Nº de horas de Consultoria: A maior quantidade de horas demandas deveu-se ao surgimento de uma nova e potencial espécie a ser explorada na Cadeia da Horticultura na Regional de Picos – a Revitalização da Cultura do Alho livre de vírus. A disponibilidade de profissionais habilitados na própria regional, gerou uma diferença positiva de recursos nesta ação, possibilitando, por conseguinte, uma maior quantidade de horas de consultoria contratadas sem prejuízo para o projeto
- Nº de orientações: Com a agregação de mais uma espécie na Cadeia da Horticultura - a Cultura do Alho livre de vírus, necessitou-se de um direcionamento específico, especializado e urgente de orientações pela equipe técnica para a introdução dos trabalhos ainda no início do ano. As orientações adicionais não geram ônus para o projeto.

PI - Sertão Empreendedor

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 26.060 horas de consultoria *in loco* em 36 municípios, no total de 720 empreendimentos rurais atendidos,;
- Realização de 170 capacitações em atendimento à promoção da competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais através do fomento à inovação, ao empreendedorismo e a difusão das tecnologias sociais, de produção, gestão e boas práticas de convivência com o semiárido;
- Realização de 53 oficinas abordando a melhoria nas técnicas de transformação e diversificação dos produtos gerados na propriedade;
- Realização de 34 palestras, tratando da sensibilização, conscientização e da importância da responsabilidade sócio ambiental, de práticas de produção de reserva alimentar estratégica, do melhoramento genético;
- Realização de 04 caravanas com beneficiários e técnicos do projeto para conhecimento de novas tecnologias de produção para inovação, gestão, práticas de convivência com o semiárido, novas modalidades de comercialização.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Redução de 89,5% na mortalidade dos animais e redução do tempo de abate de 23,3 para 11,2 meses (caprinos e ovinos);
- Aumento de 100% na produtividade das colméias (consultorias Sebraetec);
- Aumento de 2 para 3 colheitas/ano de mel pelos apicultores atendidos;
- Aumento de 100 para 300 Kg (200%) na produtividade dos pomares -(cajucultura).
- Foram firmadas parcerias complementares às ações do projeto, estruturantes e determinantes para a obtenção da evolução de indicadores em todas as cadeias trabalhadas, destacam-se:
 - CODEVASF: doação de 47 kits de irrigação;
 - PROGRAMA VIVA O SEMIÁRIDO: doação de 03 apriscos e animais reprodutores e matrizes;
 - COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO-COFIR: doação de 35 kits de irrigação;

- CENTRAL DE COOPERATIVAS APÍCOLAS DO SEMIÁRIDO-CASA APIS: doação de 175 Colméias, 01 Centrífuga Elétrica, 01 Mesa desoperculadora e 02 Decantadores;
- ONG-FRATERNIDADE SÃO FCO. DE ASSIS DO PIAUÍ: doação de 20 apriscos, 05 reprodutores e mudas de espécies nativas.
- Criação de um ponto de comercialização para as hortaliças no Mercado Central de Paulistana, cedido pela Prefeitura em regime de comodato.

Apis do Norte do Piauí

As principais ações implementadas foram:

- Realização de consultorias SEBRAETEC para implantação do programa MAIS MEL, com visitas aos produtores individualmente e reuniões coletivas mensais;
- Consultorias sobre gestão do agronegócio, mercado, cooperativismo / associativismo, técnicas de produção, técnicas de extração e beneficiamento de produtos apícolas (mel, pólen, própolis, cera e apitoxina);
- Realização de oficinas sobre preparo e utilização de alimentação natural com plantas nativas da região.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Aumento do nº de enxames mantidos no período de estiagem;
- Aumento do número de apicultores com produção de pólen, própolis e apitoxina;
- Melhoria das estruturas de extração de mel, com adequação conforme exigências do MAPA;

PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí

As principais ações implementadas foram:

- Em parceria com o SENAR-AR/PI, foi realizada capacitação para 2.358 empreendimentos rurais com a metodologia “Negócio Certo Rural”, distribuídos em 95 turmas por 30 municípios piauienses. A metodologia contribui para a melhoria da gestão da propriedade rural por meio de capacitação e acompanhamento/consultoria, tendo como foco principal o empreendedorismo e a gestão, visando o fortalecimento do agronegócio piauiense.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Melhoria na eficiência da gestão da propriedade rural por meio da utilização da ferramenta apresentada e distribuída pelo Programa – Caderno de Campo;
- Adoção do hábito do apontamento de todas as atividades realizadas na propriedade, com as receitas e as despesas realizadas mensalmente;
- Propriedade rural com a previsão dos resultados, permitindo-se mitigar eventos prejudiciais ao bom rendimento das atividades do campo;

Crescer no Campo - Apicultura do Sertão no Território do Araripe/Picos

As principais ações implementadas foram:

- Realização do V Seminário de Apicultura da Região de Simplício Mendes;

- Revisão dos Manuais de BPF's e APPCC das Unidades de Extração de Mel –UEPAs e Agroindústrias da COMAPI (13 UEPAS e 01 agroindústria), Mel Wenzel (01 agroindústria) e PIMEL (02 UEPAS e 01 agroindústria) de acordo com a nova norma de segurança de alimentos do USDA –UEA (Norma FSMA);
- Capacitação, em parceria com a FFA e prefeitura de São Francisco de Assis, de 130 jovens, filhos de apicultores da COMAPI, em gestão, Liderança e Manejo Apícola;
- Diversificação da produção apícola com o levantamento do potencial produtivo de pólen e própolis, em parceria com a EMBRAPA Meio Norte, através da implantação de apiários pesquisa e apiários experimentos;
- Disseminação de técnicas de produção de pólen junto a 54 apicultores de S. Mendes, Isaías Coelho e conceição do Canindé;
- Participação em feiras/eventos comerciais – Shira RJ 2017 – Venda de produtos da COMAPI; BIOFACH América Latina 2017 – Exposição de produtos da COMAPI e participação em rodadas de negócios; EINE RN 2017;
- Replicação para grupos pilotos de tecnologias para manutenção dos enxames na estiagem, validadas e desenvolvidas pela EMBRAPA Meio Norte, visando a redução da perda de enxame se aumento de produtividade das colméias;
- Realização com a EMBRAPA, do Simpósio sobre “Perdas de Abelhas no Brasil, no período de 16 a 18/10/2017, em Teresina, evento de repercussão internacional, que reuniu destacadas autoridades no assunto, do Brasil e do mundo, com um protocolo de ações para subsidiar políticas públicas do Ministério do Meio ambiente e outras entidades afins.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Sistema de Manejo Orgânico da COMAPI adequado para a Certificação Orgânica, através de consultorias Sebraetec, envolvendo 821 apicultores de 10 municípios, 1.079 apiários e 32.432 colméias, com uma estimativa de produção de 700 toneladas de mel orgânico e faturamento de R\$ 9.610.000,00 (promovendo uma agregação de 20% no valor do mel);
- Perda de enxames reduzidas em torno de 20% a partir da transferência de tecnologias de redução da perda de enxames na estiagem, desenvolvidas pela EMBRAPA Meio Norte.

Crescer no Campo – Apicultura no Território de São Raimundo Nonato

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Seminário Regional de Apicultura com a presença de 120 participantes dentre apicultores e técnicos de instituições;
- Realização de consultorias tecnológicas SEBRAETEC, utilizando a metodologia do Programa Mais Mel, com a participação de 90 apicultores;
- Realização de missões técnicas para visita aos entrepostos de mel da COMAPI/Simplício Mendes e CASA APIS/Picos, com a participação de apicultores do município de Campo Alegre do Fidalgo.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Diminuição da perda dos enxames dos apicultores atendidos pelo MAIS MEL;
- Comercialização de aproximadamente 600 toneladas de mel através das cooperativas Cooparn e Coopasc, movimentando em torno R\$ 6 Milhões na economia local;

Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Seminário Piauiense de Aquicultura, com inscrição de 600 participantes dos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia;
- Realização do Censo da Piscicultura do Território Entre Rios, pesquisados aproximadamente 400 piscicultores;
- Assessoria técnica no levantamento de dados e georeferenciamento para elaboração de projetos de licenciamento ambiental, além de elaboração de 21 Registros do Aquicultor;
- Assessoria técnica no levantamento de dados para pleito de subsídio de energia elétrica junto à Eletrobrás;
- Implantação e ampliação de um projeto de integração Piscicultura e Agricultura no município de José de Freitas;
- Hackathon Aquitech do Brasil realizado em Teresina: A capital piauiense foi escolhida como sede do primeiro Hackathon Aquitec – Tecnologia a Serviço da Piscicultura, com o objetivo de buscar soluções para o segmento. Elaborado pelo Sebrae Nacional e pela Embrapa Pesca e Aquicultura, consiste em uma maratona de desenvolvedores de aplicativos, sistemas e afins para a criação de protótipos de soluções para um determinado problema do segmento da piscicultura.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Redução na conta de energia das propriedades em até 70% a partir do subsídio obtido junto a Eletrobrás;
- Reutilização da água utilizada na piscicultura na produção de milho, melancia, feijão, peixe e silagem proporcionando uma renda de R\$ 250 mil reais, com aumento de produtividade em torno de 20%;
- Participação dos piscicultores junto aos Programas Compras Direta do Governo do Estado e CONAB;
- Parceria com SDR/PI, SESCOOP e BNB na realização do Seminário Piauiense de Aquicultura, doação de KIT de irrigação.

Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Piripiri/ Região dos Cocais

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Seminário de Integração dos Piscicultores do Território dos Cocais, em Esperantina;
- Criação da Câmara Setorial da Piscicultura do Território dos Cocais;
- Assessoria técnica junto à Secretaria Estadual de Educação de Esperantina, para realização de Chamada Pública para aquisição de Peixes para inclusão na alimentação escolar;
- Realização do III Festival do Peixe de Esperantina;
- Assessoria Técnica à Associação de Piscicultores de Batalha (APIBA) para implantação de um laboratório para produção de Tilápias.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Aumento produtividade criação de tambaquis de 0,6 Kg de peixe/m³ em 7 meses, para 16,0 Kg/m³ em 5 meses;
- R\$ 500.000,00 em negócios realizados decorrentes do III Festival do Peixe de Esperantina;

- Prefeitura de Esperantina adquirindo peixes de produtores através do PNAE.

b) Comércio e Serviços

A carteira do Comércio e Serviços implementou 6 (seis) projetos. O montante de recursos previstos foi da ordem de R\$ 3,2 milhões. A execução orçamentária da carteira de projetos foi de 73,7%.

A execução apresentada, conforme já mencionado anteriormente foi decorrente principalmente pelo atraso na liberação dos recursos de CSN pelo SEBRAE/NA, decorrente da demora do processo de análise e de aprovação dos novos projetos de macrosegmentação - Destinos Turísticos Inteligentes - Rota das Emoções – PI, Polo de Saúde na Grande Teresina, Polo Gastronômico no Território de Teresina e Desenvolvimento das Empresas Startups no Território de Teresina.

Tabela 7 - Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços em R\$ mil

Projetos	Previsto Original	Previsto Ajustado	Realizado	Saldo Anual	% Realizado Previsão Anual
Piauí - Brasil Original	503.640	503.640	489.190	14.450	97,10%
Destinos Turísticos Inteligentes - Rota das Emoções - PI	700.000	760.000	390.599	369.401	51,40%
CRAB - Serra da Capivara PI	0	751.150	703.675	47.475	93,70%
Polo de Saúde na Grande Teresina	457.200	400.000	265.364	134.636	66,30%
Polo Gastronômico no Território de Teresina	450.000	375.000	199.178	175.822	53,10%
Desenv. das Empresas Startups no Território de Teresina	400.000	400.000	301.634	98.366	75,40%
TOTAL	2.510.840	3.189.790	2.349.640	840.150	73,66%

Fonte: SME

Tabela 8 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Comércio e Serviços

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2017	Execução 2017	% Realizado 2017
Consultoria	Nº de horas	9.952	6.539	66%
Curso	Nº de cursos	38	37	97%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	20	17	85%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	9	10	111%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	16	17	106%
Oficina	Nº de oficinas	44	61	138%
Palestra	Nº de palestras	45	63	140%
Seminário	Nº de seminários	4	4	100%
Rodada	Nº de rodadas	1	1	100%
Orientação	Nº de orientações	120	86	72%

Fonte: SME

As variações mais significativas na execução física dos instrumentos de atendimento são relativas aos indicadores “Horas de consultoria e Orientação” que também se justificam em decorrência dos fatos já citados anteriormente, conforme abaixo:

- Demora do processo de análise e de aprovação dos projetos de macrossegmentação;
- A execução do Sebraetec foi comprometida em decorrência do novo sistema de contratação que ocasionou desistência de algumas propostas por parte dos empresários, principalmente em decorrência do sistema de rodízio e da demora no processo de aceite e finalização da contratação.

As variações relativas aos instrumentos “Palestras e Oficinas” decorreram em razão de atendimento das demandas do público-alvo no âmbito do Projetos Polo de Saúde, Startups e Rota das Emoções sem prejuízo para a execução financeira.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Comércio e Serviços foram:

Piauí - Brasil Original

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 16 capacitações (curso e oficinas) com objetivo de ampliar produtos com alto valor agregado e criação de novas coleções artesanais; Realização de consultorias 705 ampliando a capacidade técnica e habilidade do fazer do artesão. Ressalte-se a consultoria de designers de destaque nacional como Renato Imbroisi e Fabíola Bergamo;
- Participação na Feira Brasil Original realizado em São Paulo, no Pavilhão do Anhembi;
- Participação na FENEART – Feira Nacional dos Negócios do Artesanato realizada em Recife/PE e na Feira Nacional de Artesanato, em Belo Horizonte/MG (Mãos de Minas);
- Realização de 14 feiras de artesanato, entre elas a Feira de Artesanato do Festival de Inverno de Pedro II.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Ampliação em 10% da capacidade produtiva, em razão da ação de inovação e gestão;
- Criação de coleções com interferência de designers com agregação de valor ao produto;
- Fortalecimento e incremento das parcerias do projeto que resultou na ampliação do faturamento das unidades de produção na ordem de R\$ 820.000,00.

Polo Gastronômico no Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Consultoria para Melhoria de Desempenho dos Indicadores Financeiros, Engenharia de Cardápio específica, Boas Práticas e Manipulação de Alimentos – PAS, Gestão Operacional, Eficiência Energética, Criação de Ficha Técnica em bares restaurantes e Consultoria de Registro de Marca junto ao INPI;
- Participação na 7ª Edição do Festival Sabor Maior, em Campo Maior;
- Promoção do concurso gastronômico no Evento Festival Sabor Maior em Campo Maior, com a participação de 13 estabelecimentos e cinco profissionais entre nutricionistas e chefs de cozinha;
- Participação no evento Cânion Fest Poty, em Castelo do Piauí, através da realização de consultorias e cursos para donos de pousadas, hotéis e condutores turísticos;

- Capacitação e consultorias Festival Maria Isabel em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Abrasel;
- Participação de empresas nos eventos nacionais Mesa São Paulo 2017 e Fispal 2017.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 65% das empresas com fluxo de Caixa implantado e 40% com controles de estoques informatizado;
- 06 empresas implantaram Boas Práticas BPF.

Destinos Turísticos Inteligentes - Rota das Emoções – PI

As principais ações implementadas foram:

- Realização de encontros de negócios, gerando mais de 200 oportunidades de negociações entre o TRADE turístico e operadoras;
- Qualificação de 70 empresários, através de cursos, seminários e palestras;
- Participação em Eventos Nacionais como: FESTIVAL DAS CATARATAS – Foz do Iguaçu/PR, Benchmarking para FOZ DO IGUAÇU, AVIRRP – Ribeirão Preto/PR e 45ª ABAV Expo Internacional de Turismo;
- Realização do Seminário Rota das Emoções e os Novos Negócios na Era Digital, que reuniu representantes de 6 (seis) Online Travel Agencies (OTAs) que atuam no país (Expedia, Hotel Urbano) e empresários da Rota das Emoções.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Incremento 11,67% no fluxo de turistas na Rota das Emoções no Piauí;
- Incremento na lucratividade das empresas na ordem de 37,21%;
- Criação e revitalização de associações empresariais do setor, bem como na criação e revitalização dos COMTUR municipais.

CRAB – Centro de Referência do Artesanato Brasileiro

As principais ações implementadas foram:

- Realização da Exposição Serra da Capivara – Terra e Homem no CRAB no Rio de Janeiro no período de 04/10 a 22/10/2017. A exposição foi resultado de seleção de vários projetos que concorreram ao Edital no SEBRAE/NA. A exposição recriou nas salas do CRAB, por meio de técnicas cenográficas, arquitetônicas e tecnológicas, o ambiente da Serra da Capivara, com suas antigas formações rochosas onde foram encontradas inscrições rupestres pintadas ou entalhadas na pedra, além de objetos e ossadas em centenas de sítios arqueológicos de grande relevância. Ao mesmo tempo, mostrou a cerâmica artesanal produzida pelos artesãos locais, inspirado em antigas formações rochosas e inscrições rupestres oriundas de sítios arqueológicos de grande relevância do Parque Nacional. Foram cerca de 500 peças, sendo que 200 foram desenvolvidas especificamente para a exposição. Foi a primeira vez que a Exposição da Serra da Capivara foi mostrada ao público fora do Piauí.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 5.315 visitantes na exposição;
- No Facebook 24.700 pessoas tiveram acesso a Fanpage do evento;

- 2.326 visitaram o evento através do Instagram;
- A Repercussão do evento resultou em inúmeras entrevistas e matérias jornalísticas (Jornal O Globo, Agênciabrasil.ebc.com.br,

Pólo de Saúde na Grande Teresina

As principais ações implementadas foram:

- 23 Empresas atendidas com 1172 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas: Sebraetec, Recursos Humanos, Financeiro, Planejamento Estratégico, Registro de Marca e Mapeamento e Melhoramento de Processos;
- 253 horas de capacitação voltadas para aperfeiçoamento e desenvolvimento de líderes, Modelo de Excelência em Gestão, Planejamento Estratégico e Finanças;
- 02 Missões empresariais: Feira Hospitalar - São Paulo e visita técnica a Clínica Santa Teresinha – em Teresina;
- Seminário de Gestão em Saúde – Teresina em parceria com SINDHOSP e GPI;
- Integração do público participante do projeto, como o Clube do RH onde foram desenvolvidos e aperfeiçoados os Recursos Humanos das empresas;
- O Cine Saúde, A Ação Família Saudável, o São João do Pólo e os Jogos de Integração da Saúde.
- Realização da I Feira Hospitalar do Piauí e IV Seminário de Gestão em Saúde.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 03 empresas premiadas no Prêmio GPTW 2017 como melhores empresas para se trabalhar no Piauí;
- 07 empresas selecionadas pela Revista Você S.A, sendo que 01 empresa, Hospital de Olhos Francisco Vilar, ficou em 4º lugar, resultado alcançado através da execução da ação de gestão” Clube do RH”;
- 01 empresa vencedora da etapa estadual no prêmio MPE Brasil - 2016 na Categoria Serviços em Saúde.

PI – Desenvolvimento das Empresas Startups no Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 6 edições do Meetup Like a Boss - Encontro mensal de startups da região de Teresina;
- Consultorias Sebraetec para a criação dos aplicativos das Startups após as mentorias;
- Consultorias dos Agentes Locais de Inovação em 40 empresas;
- Realização missão técnica empresarial à Conferência Anual de Startups 2017 – com participação dos maiores players do mercado mundial, como: Microsoft, Zendesk, IBM, Y Combinator, dentre outros;
- Realização de duas edições do Startup Day - dia inteiro dedicado às startups em todo o Brasil;
- Seminário Moda Digital em parceria com a unidade da indústria;
- Realização de palestra, oficina e consultorias com agentes públicos e empresas de tecnologia com o objetivo de abrir novos canais de vendas, realizadas no FOMENTA durante o Congresso das Cidades.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Modelagem e validação da idéia de negócio de 100% do público alvo através das mentorias entre elas: Business Model Canvas, Lean Startup, criação do Pitch, modelagem do MVP, Kan Ban, técnicas de Growth Hacking;
- 1.194 empreendedores impactados nas atividades de Meetup Like a Boss;
- Criação da OS Cajuína Tech através da parceria com a Câmara Setorial de Tecnologia com objetivo de agregar os empreendimentos para o Pólo Tecnológico.

c) Indústria

A Carteira da Indústria abrigou 5 (cinco) projetos, contemplando 402 empresas (55% microempresas, 27% empresas de pequeno porte e 18% micro empreendedor individual). O montante de recursos previstos para a execução dos projetos foi da ordem de R\$ 1,4 milhões. A execução orçamentária da carteira foi de 53,9% conforme tabela a seguir.

Tabela 9 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria - em R\$ mil

Projetos	Previsto Original	Previsto Ajustado	Realizado	Saldo Anual	% Realizado Previsão Anual
Encadeamento Produtivo Votorantim Energia e SEBRAE-PI	0	172.500	1.330	171.170	0,80%
Cadeia de Valor Casa e Construção no Território de Teresina	600.000	400.000	340.502	59.498	85,10%
Fortalecimento dos Transformadores de Farinha de Trigo no Território de Teresina -PI	595.000	595.000	300.222	294.778	50,50%
Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina	40.349	44.025	42.169	1.856	95,80%
Inserção de Pequenos Negócios na Cadeia de Energia Solar Fotovoltaica	300.000	150.000	49.201	100.799	32,80%
TOTAL	1.535.349	1.361.525	733.424	628.101	53,87%

A execução orçamentária, dos projetos “Fortalecimento dos Transformadores de Farinha de Trigo no Território de Teresina-PI” e “Inserção de Pequenos Negócios na Cadeia de Energia Solar Fotovoltaica” foi impactada em razão da demora do processo de análise e de aprovação desses projetos de macrosegmentação (uma vez que ficaram no rol dos últimos projetos aprovados pelo SEBRAE/NA).

Tabela 10 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2017	Execução 2017	% Realizado 2017
Consultoria	Nº de horas	7.069	6.695	95%
Curso	Nº de cursos	12	11	92%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	3	3	100%
Oficina	Nº de oficinas	12	9	75%
Orientação	Nº de orientações	160	241	150%
Palestra	Nº de palestras	18	17	94%
Seminário	Nº de seminários	6	5	83%

Fonte: SME

As variações observadas nos indicadores de atendimento “Nº de oficinas (75%) e Nº de seminários (83%)” tem relação com os mesmos fatos já citados anteriormente que afetaram a execução física e orçamentária dos novos projetos. No caso da Carteira da Indústria, o projeto que mais sofreu atraso no início da execução foi o de “Inserção de Pequenos Negócios na Cadeia de Energia Solar Fotovoltáica”.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira da Indústria foram:

Encadeamento Produtivo Votorantim Energia e SEBRAE-PI

Projeto encerrado em 2017, haja vista a baixa densidade empresarial, e principalmente ausência de fornecedores no município de Curral Novo/PI, que dificultou a seleção do público alvo do projeto, o qual era essencial para atender os requisitos do modelo de encadeamento produtivo – EP.

Cadeia de Valor Casa e Construção no Território de Teresina

Foram atendidos os segmentos de argamassas, construtoras, mármore e granito, premoldados e cerâmicas. O público participante do projeto foi constituído de 40 microempresas e 20 empresas de pequeno porte. Contudo, foram beneficiadas, direta e indiretamente, 103 pequenos negócios e 78 potenciais empresários. As ações foram atreladas à gestão da qualidade; mapeamento, desenvolvimento e racionalização de processos; normatização/certificação e acesso a mercados.

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Diagnóstico nas empresas participantes do projeto sobre a gestão dos seus negócios, identificando os pontos fortes nas áreas estratégica, mercadológica e de produção, assim como, o perfil dos empreendedores, visando definir estratégias adequadas de atuação junto a esses negócios.
- Consultorias para Implantação, manutenção e Adequação de sistema de gestão da qualidade da empresas de serviços e obras da construção civil de acordo com o SIAC 2017(ISO 9001:2015), com foco na padronização dos processos visando à melhoria na qualidade dos produtos e serviços e redução de custos com a eliminação de falhas e perdas no processo produtivo.
- Capacitação das empresas de construção civil em atualização da Norma de Desempenho SIAC/PBQP-H 2017, visando adequação a norma vigente, pré-requisito do processo de certificação;
- Palestra e Consultoria com destaque para a temática sobre a reforma trabalhista, dando suporte e orientação estratégica às empresas quanto aos novos procedimentos sobre contratação e gestão de seus colaboradores para uma maior segurança jurídica e redução de passivos trabalhistas.
- - Missões empresariais **Concrete Show** em São Paulo e **46º Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha** em Teresina, que possibilitaram benchmarking, geração de negócios entre as empresas e fornecedores do setor, bem como, conhecimento das atuais tendências e inovações do setor.
- Apoio ao evento **46º Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha**, realizado em Teresina, com a participação de empresários de vários os estados, fabricantes de máquinas, prestadores de serviços e soluções, consultores, objetivando discutir e integrar conhecimento e boas práticas do segmento, além de visitas técnicas nas empresas de referência e destaque do setor.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria dos processos de produção e padronização da execução dos serviços;
- 10 empresas adequadas a nova legislação em vigor, diminuindo o risco trabalhista e melhorando a tomada de decisão em relação aos novos procedimentos de contratação e gestão dos colaboradores;
- Certificação/manutenção de 10 empresas aptas a atuarem no programa PBQP-h (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do habitat);
- Redução de retrabalhos e desperdícios na execução dos serviços;
- Melhor qualidade dos produtos comercializados pelas empresas;
- Melhoria na qualificação da mão de obra.

Fortalecimento dos Transformadores de Farinha de Trigo no Território de Teresina –PI

As principais ações implementadas foram:

- Realização de cursos que possibilitaram conhecimento e ferramentas de gestão aos empresários;
- Realização do Seminário de Tributação para o segmento dos pequenos negócios de panificação e confeitaria, em parceria com o Instituto Tecnológico de Panificação e Confeitaria;
- Realização de palestra de Endomarketing como ferramenta de Gestão de Pessoas, com foco no cliente interno e Energia Solar;
- Realização de Oficinas Glass Cake, o conhecido “bolo de vidro”, em parceria com a Nestlé no Estado do Piauí, visando aumentar e diversificar o mix de produtos diferenciados;
- Promoção do Encontro de Negócios do Segmento de Alimentação, com ênfase na tecnologia do frio;
- Consultorias técnicas do Instituto Nacional, Instituto Tecnológico de Panificação e Confeitaria (ITPC), na orientação do processo produtivo e redução de desperdício de material;
- Lançamento do Festival da Pizza - Fest Pizza em Teresina.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Redução de custos e de desperdício de 20% da matéria prima, mediante aplicação de consultorias tecnológicas de redução de desperdício e boas práticas de fabricação;
- 10 empresas passaram a utilizar a tecnologia **Glass Cake**, o conhecido “bolo de vidro”;
- Implantação de ferramentas de gestão empresarial e financeira em 35 empresas atendidas pelo projeto beneficiando 50% do público alvo do projeto;
- Estruturação dos processos produtivos de 13 empresas de panificação, focando os aspectos de padronização e elaboração de ficha técnica de produtos, como também cadastramento de receitas;
- Implantação de ferramentas de gestão empresarial e financeira em 35 empresas atendidas pelo projeto, beneficiando 50% do público alvo do projeto.

Inserção de Pequenos Negócios na Cadeia de Energia Solar Fotovoltaica

As principais ações desenvolvidas foram:

- Aplicação de 20 Diagnósticos de Mercado Comércio Brasil junto as 20 empresas beneficiárias do Projeto;
- Realização Seminário Crédito Orientado para os pequenos negócios da cadeia de energia solar fotovoltaica com 28 participantes (empresas e potenciais empreendedores);

- Realização dos cursos: Bootcamp Empreendedorismo em Ação com a participação de 12 empresas;
- Realização da palestra Energia Solar como vetor para o Desenvolvimento dos Pequenos Negócios durante o III Piauí Solar com 104 participantes;
- Realização do Workshop – III Piauí Solar e II Seminário de Pesquisa em Energia Solar com a presença de 107 participantes.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

Não foram gerados resultados uma vez que o projeto encontra-se na sua fase inicial e somente teve início em outubro/17.

Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Foram realizadas palestras, relacionadas às temáticas: produtos e aplicações na serralheria (Gerdau), utilização correta de máquina e ferramentas (Bosch e Makita);
- Realização de cursos: Serralheiro em Aço Carbono, Gestão da Produção e oficina de formação de preço;
- Encontro de Negócios da Construção Civil – SEBRAE/PI, SINDICER e FIEPI;
- Consultorias gerenciais voltada para melhoria da qualidade de processos, produtos e serviços, eliminação de desperdícios e redução de custos e aumento produtividade e da lucratividade das empresas;
- Visita Técnica à Gerdau de Araçariguama e aos Centros Comerciais Especializados de Máquinas e Equipamentos em São Paulo-SP;
- Missão empresarial para a FEIMAFE 2017.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Redução de retrabalhos e desperdícios na execução dos serviços;
- Melhor qualidade dos produtos comercializados pelas empresas;
- Melhoria na qualificação da mão de obra;
- Melhoria do atendimento e lay-out das fachadas;
- Criação de planilha com valores dos produtos pelas empresas;
- Criação de cadastro dos clientes;
- Redução e reutilização dos resíduos.

d) Atividades de Atendimento e Projetos Territoriais

As atividades de Atendimento e Projetos Territoriais representam o contato massivo com os pequenos negócios e empreendedores, consolidando a perspectiva de atender o cliente de forma padronizada, customizada e inovadora, suprimindo as necessidades de conhecimento e de gestão de cada cliente no âmbito das peculiaridades geográficas, setoriais e de segmentação do porte e da maturidade empresarial de cada um.

Em 2017, contemplou 13 (treze) iniciativas (8 atividades e 5 projetos) com recursos previstos totalizados em R\$ 15,2 milhões e uma execução orçamentária de 69,4%. Esses atendimentos foram realizados presencialmente ou de forma remota através de produtos e soluções como: Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação, Sebraetec, Central de

Relacionamento, Feiras e Eventos, Call Center e Fale com o Especialista, Salas do Empreendedor e unidade móvel do SEBRAE Mais perto de Você e outros.

Atualmente, o SEBRAE/PI conta com 7 pontos de atendimentos próprios (Teresina, Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato e Bom Jesus), e outros, através de parcerias com entidades de representação empresarial e prefeituras municipais, por meio das Salas do Empreendedor, destacando-se o ponto de atendimento de Uruçuí, que conta com atendimento de 02 consultores especialistas.

Tabela 11 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento (Atividades e Projetos Territoriais) Em R\$ mil

Projetos	Previsto Original	Previsto Ajustado	Realizado	Saldo Anual	% Realizado Previsão Anual
Atendimento Remoto SEBRAE/PI	279.248	279.248	213.500	65.748	76,50%
Atendimento SEBRAE - Regional de Bom Jesus	1.088.366	1.088.366	621.550	466.816	57,10%
Atendimento SEBRAE - Regional de Floriano	834.184	834.184	508.237	325.947	60,90%
Atendimento SEBRAE - Regional de Parnaíba	1.019.401	1.019.401	624.934	394.467	61,30%
Atendimento SEBRAE - Regional de Picos	1.101.363	1.101.363	719.640	381.723	65,30%
Atendimento SEBRAE - Regional de Piripiri	650.463	784.563	724.909	59.654	92,40%
Atendimento SEBRAE - Regional de São Raimundo Nonato	574.136	828.136	611.942	216.194	73,89%
Atendimento SEBRAE - Regional de Teresina	7.726.960	7.514.096	5.144.460	2.369.636	68,50%
PI - Programa de Educação Empreendedora	228.358	256.103	238.933	17.170	93,30%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina	252.807	324.651	238.181	86.470	73,40%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense	328.645	328.645	278.883	49.762	84,90%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense	378.464	378.464	286.245	92.219	75,60%
PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé	434.148	434.148	322.907	111.241	74,40%
TOTAL	14.896.543	15.171.368	10.534.321	4.637.047	69,44%

Fonte: SME

Tabela 12 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento (Atividades e Projetos Territoriais)

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2017	Execução 2017	% Realizado 2017
Consultoria	Nº de horas	54.031	41.948	78%
Curso	Nº de cursos	794	859	108%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	4	2	50%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	0	0	0%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	6	2	33%
Oficina	Nº de oficinas	672	715	106%
Orientação	Nº de orientações	29.183	29.481	101%
Palestra	Nº de palestras	260	326	125%
Rodada	Nº de rodadas	7	6	86%
Seminário	Nº de seminários	9	9	100%

Fonte: SME

As variações mais significativas foram:

- Nº de feiras do SEBRAE (50%): A não execução conforme a previsão estabelecida no PPA decorreu da não realização de duas feiras de pequenos negócios nos municípios no âmbito dos projetos “PI - Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piau/Itaueiras/Canindé” (1) e Atendimento SEBRAE - Regional de Teresina (1).
- Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros (33%): Nº de caravanas previstas dos municípios para o Congresso das Cidades (realizado em Teresina no mês de Março ocorreu abaixo do esperado).
- Horas consultoria (78%): Deve-se a execução do Sebraetec que, conforme já mencionado, foi comprometida em decorrência do novo sistema de contratação que ocasionou desistência de algumas propostas por parte dos empresários, principalmente em decorrência do sistema de rodízio e da demora do processo de início de operação do novo sistema.

Os principais destaques das atividades e projetos territoriais foram:

Atendimento Remoto SEBRAE/PI

O atendimento remoto em 2017 se deu através dos seguintes canais:

- Central de Relacionamento: Através deste canal foram realizados 5.860 atendimentos receptivos e 26.264 ativos, totalizando 32.124 atendimentos telefônicos em 2017.
- Fale com o Especialista: Consultorias realizadas através de chat ou email, através das quais são realizadas o atendimento ao cliente.
- Portal SEBRAE: Canal de informações on line com conteúdos (produtos, soluções, projetos, eventos, matérias, etc) de interesse dos clientes.

Atendimento SEBRAE - Regional de Bom Jesus

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de cursos, palestras e oficinas voltadas para as empresas e empreendedores;
- Realização da solução do Sebrae Mais – Gestão de Indicadores de Resultados;
- Realização do Outlet de Natal com 22 expositores e 4 mil visitantes;
- Realização de consultorias gerenciais e Sebraetec que totalizaram 1.605 horas aplicadas;
- Participação em feiras e eventos como: Exposhow em Bom Jesus e Expocorrente em Corrente e Expositoja;
- Realização da Semana do MEI em parceria com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus;

Dentre os principais resultados de 2017:

- Aumento da demanda de capacitações e consultorias pelas empresas;
- Amadurecimento dos pequenos Negócios atendido pelo SEBRAE/PI na região;
- Empresas incorporando inovações a partir do SEBRAETec.

Atendimento SEBRAE - Regional de Floriano

Através das ações implementadas foram beneficiados 570 empreendedores individuais, 314 microempresas, 64 empresas de pequeno porte e 752 potenciais empresários.

As principais realizações do projeto foram:

- 703 horas de consultoria gerencial, Sebraetec (destinadas a desenvolvimento de site, registro de marcas e certificação), consultorias através do programa ALI e do Programa Negócio a Negócio;
- 1.047 orientações técnicas através
- 28 capacitações
- 16 palestras;
- 36 oficinas, incluindo as Oficinas SEBRAE de Empreendedorismo.

Atendimento SEBRAE - Regional de Parnaíba

Foram disponibilizadas, para o público-alvo, informações, orientações técnicas, cursos, palestras e consultorias voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Articulação com os gestores dos 15 municípios que compõem a Unidade Regional de Parnaíba, trazendo maior contato entre Sebrae e Municípios;
- Realização periódica de visita “in loco” às empresas dos municípios atendidos para alinhamento das principais necessidades e ofertas de produtos e soluções do Sebrae;
- Aumento da atuação do SEBRAE por meio dos produtos nacionais: Negócio a Negócio, em municípios do território a UR de Parnaíba, que ainda não haviam sido contemplados: Joaquim Pires /Buriti dos Lopes / Cocal / Caraúbas / Caxingó / Luzilândia;
- Mapeamento das possibilidades de negócios em todo o território, com apoio dos Agentes de Desenvolvimento das Salas do Empreendedor – Proximidade a mais com os municípios do território. Em destaque a ação em Cocal e Parnaíba que promoveram a capacitação das empresas que comercializavam para o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação nos seus programas federais (PDE, PDDE e Mais Educação), impactando positivamente com a realização

de negócios no valor mensal inicial (junho/2017) no valor R\$ 87.500,00 de demanda imediata e R\$ 53.000,00 de demanda futura, o que em média, superou em cerca 45% das negociações realizadas anteriormente;

- Mobilização e capacitação dos AD's para a implantação da Sala do Empreendedor em Joaquim Pires, Caxingó e Buriti dos Lopes;
- Realização do Festival de Negócios do Litoral Piauiense, oportunidade com a participação de 28 empresas dos setores de vestuário, gastronomia, construção, TIC, artesanato, turismo e acessórios, com público visitante estimando em 10 mil pessoas.

Atendimento SEBRAE - Regional de Picos

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 33 cursos nas áreas de Negociação; Empreendedorismo; Oratória; Atendimento; Vendas; Marketing, Finanças; Relações Interpessoais; Vitrinismo; Gestão e EMPRETEC;
- Realização de 56 oficinas nas áreas de Vendas; Atendimento; Finanças, Tecnologia; Empreendedorismo; Sustentabilidade; Certificação no Comércio Justo e oficinas SEI;
- Realização de 24 palestras nas áreas de Empreendedorismo; Motivação; Vendas; Atendimento; Mercado; Linhas de Crédito ofertadas pelos Bancos Públicos; Passo a passo sobre a formalização do MEI; Obrigações e Benefícios do Microempreendedor Individual; Finanças; Inovação e Tecnologia;
- Realização de 3.240 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas - SEBRAETec ;
- Realização de 1.233 orientações técnicas, realizadas através dos Programas Negócio a Negócio e ALI, assim como também, do atendimento espontâneo na Unidade Regional, sobre: MEI – Microempreendedor Individual; abertura de empresa; linhas de crédito e outras orientações específicas.

Atendimento SEBRAE - Regional de Piripiri

Através das ações implementadas foram beneficiados 430 empreendedores individuais, 189 microempresas, 26 empresas de pequeno porte e 983 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 584 visitas a microempreendedores individuais e microempresários da região, através da Agente de Orientação Empresarial/AOE, no âmbito do Programa Negócio a Negócio;
- Realização de 3.059 consultorias gerenciais e tecnológicas;
- Capacitação de empresários, colaboradores e profissionais de diversas áreas em cursos como: Aprender a Empreender, Gestão Básica de Crédito e Cobrança, Atendimento, Internet – Aplicações Na Medida, Gestão Estratégica de Vendas, Marketing Na Medida, Atendimento ao Cliente, Higiene e Manipulação de Alimentos e Culinária à base do Bode nos municípios de Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Esperantina, Cocal de Telha, Batalha;
- Realização de Concursos Gastronômicos e Feiras: Festival de Inverno – Pedro II, EXPOAGRO – Piripiri, Festa do Bode – Batalha, Festa do Leite – São José do Divino. Os Expositores foram capacitados em Atendimento ao Cliente, Higiene e Manipulação de Alimentos e Curso de Gastronomia;
- Realização de consultorias nos meios de hospedagem e restaurantes de Pedro II, para receber os turistas e visitantes do Festival de Inverno de Pedro II, visando preparar os estabelecimentos, para um melhor serviço ofertado.

Destaque-se a comercialização dos eventos: Pedro II – 250 mil reais comercializados; Festa do Bode – 90 mil reais comercializados; Expoagro – 198 mil reais comercializados; Festival do Leite – 32 mil reais comercializados. Nestes eventos os bancos fizeram negócios na ordem de R\$ 1 milhão de reais.

Atendimento SEBRAE - Regional de S. Rdo Nonato

Foram beneficiadas com as ações 456 empreendedores individuais, 372 microempresas, 35 empresas de pequeno porte e 468 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 114 formalizações de microempreendedores individuais e microempresários da região, através do Agente de Orientação Empresarial/AOE, no âmbito do Programa Negócio a Negócio;
- Realização de 3.000 horas de consultoria Sebraetec para implementação do Mais Mel;
- Realização de oficinas sobre modelagem de negócios;
- Realização de 50 oficinas SEI planejar, SEI empreender, SEI comprar, SEI planejar, SEI administrar, SEI vender, SEI clicar, SEI controlar meu dinheiro, Começar Bem e No Campo para empresários, microempreendedores e produtores.
- Realização de palestras sobre inovação, motivação, empreendedorismo e atendimento;
- Realização de 25 cursos para empresários, colaboradores e profissionais de diversas áreas em cursos como: Gestão Básica de Crédito e Cobrança, atendimento, Internet – Aplicações Na Medida, Gestão Estratégica de Vendas Na Medida, Marketing Na Medida, Gestão de Estoques Na Medida;

Atendimento SEBRAE - Regional de Teresina

As ações realizadas continuaram tendo como foco o alcance das metas correntes e mobilizadoras a partir de produtos e soluções como Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação - ALI e SEBRAETec, SEI, Na Medida, bem como das consultorias gerenciais. Dessa forma foram disponibilizadas para o público-alvo informações, orientações técnicas, palestras e informações voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos.

Vale destacar que a ampliação do atendimento reflete-se na superação da meta mobilizadora número 1, “Ampliar o Número de Atendidas pelo SEBRAE” que registrou 25.466 empresas em 2017, atingindo 101,1% de execução. A seguir registra-se a contribuição do projeto para o alcance das metas mobilizadoras do SEBRAE/PI.

Tabela 13 - Contribuição do Projeto Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina para as Metas Mobilizadoras

Meta	Nome	Realizado em 2017	Contribuição do Projeto	% de Contribuição do Projeto
Meta 1	Atendimento	25.466	12.496	49%
Meta 3	MEI	12.894	7.305	57%
Meta 4	ME	11.198	4.350	39%
Meta 5	EPP	1.374	841	61%

Fonte: SME

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 22.492 horas de consultorias; 129 capacitações; 169 palestras; 283 oficinas; 14.555 orientações técnicas e 2 rodadas de negócios;
- **Realização do Congresso das Cidades:** evento realizado voltado para os gestores municipais, primeiras damas, secretários e agentes de desenvolvimento, abordando temas como gestão pública, compras governamentais e outros, incentivando-os à prática de políticas públicas eficientes. Contou com a presença de 219 gestores municipais e autoridades políticas (Governador do Estado; Senadores, Deputados e Vereadores). O evento contou com a participação de 3.000 pessoas;
- **Atendimento Negócio a Negócio:** consultorias e orientações para a melhoria da gestão dos pequenos negócios, atendendo 10.367 empresas *in loco* com perfil de microempreendedor individual (5.131), microempresas (4.604) e empresas de pequeno porte (632);
- **Atendimento Central Fácil:** Foram realizados 7.674 atendimentos (informações e orientações) ao MEI, ME, EPP e potencial empresário com serviços de renovação, alteração de registros e orientação para a formalização. Em 2017, predominou o atendimento ao MEI com 81% do total das demandas. A queda no atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte deveu-se ao fato da obrigatoriedade do registro desse perfil de empresário só poder ser efetuado com o contador do CRC;
- **Sebrae Mais Perto de Você:** As ações ocorreram principalmente nos bairros de Teresina Soinho, Povoado Santa Tereza, Portal da Alegria, Poty Velho, Vila Santa Bárbara, Esplanada, Vila da Guia, Mocambinho e Centro onde foram realizadas 69 oficinas e palestras e 312 orientações técnicas, sendo atendidos 341 empreendedores. Dentre os resultados destacamos a capacitação de senhoras na fabricação de fardamento escolar para atender a demanda do município de Buriti dos Montes. Parcerias com o Tribunal de Justiça na ação Justiça Itinerante, SESI, SESC, TV CLUBE e municípios;
- **Atendimento a Clientes:** Através de orientações e informações prestadas pelo Centro de Documentação e Informação do Sebrae/PI - CDI com disponibilização de Perfis de Oportunidades e literatura sobre Gestão; **Prêmio Sebrae Mulher de Negócios:** A Edição 2017 teve a participação de todos os Escritórios Regionais. A Meta estabelecida para o Piauí foi de 150 empresas, sendo inscritas 136. A Etapa Estadual teve como vencedoras no Piauí: Categoria Pequenos Negócios: IARA SANTANA VAZ – STÚDIO IARA VAZ (Teresina), Produtora Rural: MARCILENE LUSIA BARBOSA - (Jaicós). Na Categoria Micro Empreendedora Individual, o Piauí não teve empresa classificada. Na etapa Nacional o Piauí ficou com o Bronze com a candidata: MARCILENE LUSIA BARBOSA.
- **Empretec:** Em 2017 foram realizados 5 seminários. Nesse ciclo houve uma participação maior de negócios já formalizados, o que traduz a preocupação dos empresários na busca de melhoria constante;
- **Sebrae Mais:** O destaque foi a realização de 3 (três) turmas da solução Gestão de Indicadores de Resultados em Teresina, Floriano e Bom Jesus, além de turmas do Líder Coach e Gestão da Qualidade; **Salão do Empreendedor:** Participação com stand institucional em 10 eventos de parceiros. Além das orientações prestadas foram realizadas consultorias, palestras, oficinas, seminário e rodadas de negócios beneficiando os mais diversos segmentos, com destaque para os Festivais Gastronômicos em Campo Maior e Teresina.
- **ALI:** O Programa ALI contribuiu com os atendimentos realizados para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte realizando diagnóstico na área da inovação e através da disseminação de ferramentas importantes como o Sebraetec, cursos e consultorias em gestão;
- **Semana do MEI:** Realizada em maio de 2017, ocorreu em todas as Unidades Regionais, sendo que em Teresina foram realizadas 51 oficinas, 748 orientações ao Microempreendedor Individual e ao Potencial Empresário. Durante o evento foram realizados 1.541 atendimentos

com mais de 500 microempreendedores individuais formalizados, além de serviços como declaração, emissão de boletos e orientação sobre a gestão;

- **Semana do Crédito:** Essa ação teve o intuito de orientar o empresário sobre o acesso a serviços financeiros e renegociação de suas dívidas junto às instituições financeiras como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Foram 51 oficinas, 43 palestras e 119 horas de consultorias gratuitas para atender ao empresário para análise das informações financeiras, renegociação de dívidas e simulação de financiamento. Durante o evento foram atendidos 1.318 empreendedores.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria na organização financeira das empresas atendidas com redução de custos e melhor controle financeiro, além da análise de relatórios através do demonstrativo dos resultados, uma vez que 70% das demandas de consultoria e cursos foram na área financeira;
- Racionalização da produção através da organização do processo produtivo com redução de desperdício em 5% e aumento da produtividade na ordem de 10%, decorrentes da difusão de tecnologia de produção (consultorias Sebraetec);
- Melhoria na qualidade das empresas através dos programas de certificações;
- Melhoria no layout, ambiente interno e externo das empresas, criação de rótulos adequados para produtos; melhoria na apresentação da logomarca bem como registro da mesma;

PI - Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina

O Projeto Regiões Urbanas de Baixa Renda é um projeto de desenvolvimento Econômico Territorial que atende o bairro Angelim (este dividido em Vila Irmã Dulce e Conjunto Esplanada). O projeto visa o desenvolvimento e dinamização da economia do bairro através do fortalecimento dos pequenos negócios existentes.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Consultoria Financeira e Formação de Preço – foram capacitadas 40 empresas com o objetivo de organizar os controles financeiros e conhecimento do retorno de cada produto comercializado;
- Palestra Mães de Negócios – Diferencial das Famílias Empreendedoras – Sensibilização de 100 mães com o objetivo de apresentar a importância do papel da mulher e mãe no empreendedorismo local;
- Seminário: Propostas de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Impacto Social – participação da Rede de Cooperação do Projeto e com representante do órgão público (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano), referente Fórum Teresina Participativa, tendo como objetivo mobilizar a comunidade a participar com contribuições para o Planejamento Plurianual PPA e com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial com demandas específicas para a comunidade;
- Feira Junina com 16 barracas de empreendedores do segmento alimentos e bebidas tendo como objetivo Proporcionar o momento cultural de integração na Comunidade, bem como a comercialização por parte de empreendedores;
- Cine Comunidade Juventude Empreendedora - Mais de 100 jovens do Ensino Médio e Pré-Vestibular da Escola Maria do Socorro tendo como objetivo despertar o empreendedorismo na juventude dos bairros Esplanada, Vila Irmã Dulce e Palitolândia, incentivando esse público jovem da região para reflexão e discussão coletiva sobre idéias e oportunidades de negócios;
- II Feira de Negócios e Oportunidades com 15 empresas envolvidas nos segmentos de alimentação, confecção, artesanato e serviço;

- Seminário: Humor com Empreendedorismo e desenvolvimento participação de mais de 150 pessoas da comunidade, onde foram apresentados os resultados do Projeto durante os três anos de execução, utilizando temas como: empreendedorismo, criatividade e inovação, liderança, determinação, marketing, vendas e competitividade.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 50% dos empreendedores atendidos implantaram controles de gestão;
- Formalização de 34 microempreendedores Individuais.

PI - Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense

Em 2017 foram atendidos através do projeto 949 empresas (434 empreendedores individuais, 468 microempresas, 47 empresas de pequeno porte) e 472 pessoas físicas (114 potenciais empresários e 358 potenciais empreendedores).

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 541 horas de consultorias: gerencial e Sebraetec;
- Realização de 6 palestras com temas de inovação, motivação, mercado, crédito e vendas;
- Realização de 18 cursos;
- 520 horas de orientação técnica através do Programa Negócio a Negócio;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento da participação dos pequenos negócios nas compras públicas – mais de 20%;
- Aumento das vendas a partir do uso das redes sociais como o instagran;
- Adoção da internet como cana de publicidade.

PI - Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense

Em 2017 os municípios beneficiados foram Buriti dos Lopes, Caxingó, Caraúbas, Cocal, Joca Marques, Joaquim Pires, Luzilândia, Parnaíba e Murici dos Portelas.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 42 cursos: Aprender a Empreender, Técnicas de Oratória, Como Conduzir Negociações Eficazes, Horticultura Básica, Curso Gestão do Visual de Loja, Curso Técnicas de Piscicultura, Atendimento ao Cliente e Gastronomia a Base de Peixe;
- 02 feiras;
- 16 palestras
- 41 oficinas realizadas: SEI Administrar, SEI Clicar, SEI Comprar, SEI Controlar meu Dinheiro, SEI Vender, No Campo – Controlar Meu Dinheiro no Campo, No Campo – Custos para Produzir no Campo, No Campo – Venda Direta no Campo, dentre outras;
- 02 rodada de negócio;
- 653 orientações técnicas.

PI - Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé

Em 2017 foram atendidos através do projeto 460 empreendedores individuais, 491 microempresas, 58 empresas de pequeno porte, 800 potenciais empresários e 702 potenciais empreendedores.

As principais ações desenvolvidas foram:

- 890 horas de consultorias realizadas, incluídas o Programa Negócio a Negócio;
- 22 cursos com os mais diversos temas: atendimento, vendas, finanças, higiene e manipulação;
- 477 horas de orientação Técnica através do Programa Negócio a Negócio;
- 36 palestras com temas de empreendedorismo, inovação, motivação e crédito;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento de 30% do número de empresas formalizadas (MEI);
- Adoção de processo de gestão financeiro e de planejamento estratégico de vendas;
- Redução de 30% na inadimplência das responsabilidades fiscais dos microempreendedores individuais;
- Aumento da participação das empresas em 30% fornecendo para o governo.

e) Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços

O presente relatório descreve as atividades executadas no período de Janeiro a Dezembro de 2017 realizadas na Unidade de Produtos e Soluções, incluindo os Programas (Educação Empreendedora), Produtos Nacionais (SEBRAETec, ALI) e o Edital SEBRAE de Inovação.

Quadro 8 – Desenvolvimento de Soluções Locais

Nº	NOME DA SOLUÇÃO	ORGANIZADOR (A)	SITUAÇÃO
01	Liderança no chão de fábrica	Auricélia Soares Costa	Concluída
02	Relações Interpessoais no Trabalho	Ana Karina Silva Souza	Concluída
03	Técnicas em Oratória	Ana Karina Silva Souza	Concluída
04	Gestão de Crédito e Cobrança	Ciro Ito	Concluída
05	Técnicas Especiais em Cerâmica	Rosa de Viterbo	Concluída
06	Técnicas Básicas em Customização de Sandálias	Deusa Maria Fernandes	Concluída
07	Técnicas Básicas em Confeitaria	Sandra Régia	Concluída
08	Técnicas Básicas em Confecção de Baby Doll	Joana Ferreira	Concluída
09	Técnicas Básicas em Pintura e Decoupage	Josete Carmo	Concluída
10	Técnicas Básicas em Arte em Feltro	Lívia de Lima Fernandes	Concluída
11	Técnicas Básicas em Panificação	Sandra Régia	Concluída
12	Técnicas Básicas em Cabeleireiro	Maria de Fátima da Silva Amorim	Concluída
13	Técnicas Básicas em Corte e Costura	Joana Ferreira	Concluída
14	Cartilha Apicultura Básica – Vol 1 Série APIS	Laurielson Chaves Alencar	Concluída
15	Técnicas Básicas em Confecção de Necessaire	Lívia de Lima Fernandes	Iniciada
16	Oficina formação de Preço em 4 passos	Paulo Medeiros	Iniciada
17	Consultoria Temática em Pesquisa de Mercado	Maurílio Oliveira	Iniciada
18	Oficina MEI	Ismael Avelar Bastos	Iniciada
19	Higiene e manipulação de Alimentos	Nívea Maria Sousa	Iniciada
20	Técnicas Básicas em Olericultura	Leonardo Rodrigues Sales	Iniciada
21	Oficina Compras governamentais MEI	Karine Boavista	Iniciada
22	Oficina Sala do Empreendedor	Marilda Melão e Graça Carvalho	Iniciada

Quadro 9 – Repasses Metodológicos das Soluções Locais

Repasso	Período	Carga horária	Multiplicador
Relações Interpessoais	16 a 17 de novembro	8h	Ana Karine
Práticas de liderança de chão de fábrica	05 de agosto	8h	Auricélia Santos
Bootcamp	16 a 20 de outubro	36h	Alécio Mascarenhas
JEPP	24 a 30 de junho	45h	Lídia Nunes

Edital SEBRAE de Inovação

O Edital Inova aprovou no total 11(onze) projetos listados abaixo.

Quadro 10 – Empresas Aprovadas na Chamada Pública Inovação

COORDENADOR STARTUP	PROPOSTA APROVADA
AILTON PEREIRA RODRIGUES	47.020,00
AISLAN RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA	42.333,16
ALEXANDRE MIRANDA DOS ANJOS	45.950,00
CARLOS GIOVANNI NUNES DE CARVALHO	53.700,00
FILIPE MATEUS CARVALHO AVELINO	36.400,00
GEANDRA BATISTA LIMA NUNES	59.417,00
IDALVO GABRIEL DA SILVA SANTOS	30.100,00
NÁDIA MENDES DOS SANTOS	29.663,75
RAFAEL FERREIRA DA COSTA	51.440,00
RAPHAEL PRADO ARAÚJO	50.083,00
TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO	53.086,60
TOTAL GERAL	499.193,51

Quadro 11 – Valores dos Projetos Aprovados Chamada Inovação

Empresa	SEBRAE	Participação Empresas	Valor Total
INGETI	120.000,00	81.150,00	201.150,00
PRO-HEALTH	29.400,00	19.600,00	49.000,00
TOTAL	149.400,00	100.750,00	250.150,00

Outras ações:

- VII Seminário de Extensão e Cultura da UFPI realizado no dia 24/11/2017 no auditório Salomé Cabral localizado no CCE;
- Participação no II Tech Nordeste – Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Região Nordeste;
- Workshop de Empreendedorismo - Instituto Dom Barreto - Workshop de Empreendedorismo e inovação para os alunos do ensino fundamental e médio.

f) Projetos de Articulação Institucional

Aprimoramento do Ambiente Legal e Institucional

- Implementação de Políticas de Desenvolvimento, nos eixos Compras Públicas, Redesimples, Atores de Desenvolvimento e Sala do Empreendedor, em 14 municípios: Barras, Bonfim do Piauí, Cocal, Santa Rosa, Corrente, São Miguel do Tapuio, Pedro II, José de Freitas;
- Implementação da Lei Geral em 08 municípios: Teresina, Picos, Francisco Macêdo, Santa Filomena, São Francisco de Assis do Piauí, Nazaré do Piauí, Colônia do Gurguéia, Coronel José Dias;
- Realização de Oficinas de Compras Governamentais – Comprador e Fornecedor;
- Realização do Festival de Negócios e Oportunidades do DET: em Bom Jesus, em 2016 e Parnaíba, em 2017;
- Encontro Estadual de Agentes de Desenvolvimento durante o Congresso das Cidades, em Teresina/PI, com a participação de 60 Agentes de desenvolvimento de todo o Estado do Piauí;
- Lançamento da 10ª edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, com 54 Prefeitos presentes, 06 Agentes de Desenvolvimento, Representantes de Instituições Parceiras e Imprensa;
- Realização do Fórum Piauí Brasil com debates sobre a conjuntura da economia dos municípios piauienses nos eixos da macroeconomia, agronegócio e gestão pública;
- Participação de 09 prefeitos de municípios com melhor nota em Políticas de Desenvolvimento Implantadas durante FOMENTA NACIONAL;
- Realização do 1º Workshop Programa Empresa Inteira, com a participação de 50 participantes, entre instituições e empresários;
- Encontro de Secretários e Dirigentes Municipais durante Festival de Negócios do Litoral Piauiense, com participação de 62 gestores municipais, em Parnaíba/PI, com a formação da Rede Estadual de Secretários.

PI DET na Implementação da Lei Geral

As principais ações desenvolvidas foram:

- Implementação da Lei Geral no município de Cocal/Piauí;
- Realização de Curso de Compras Governamentais – Comprador e Fornecedor;
- Potencialização das Salas do Empreendedor, com a realização das Oficinas de Estruturação da Sala;
- Construção e implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Econômico de cada território;
- Formação, orientação, capacitação e acompanhamento das Redes de Cooperação de cada território, composto por instituições de representatividade em cada um dos municípios atendidos;
- Realização do Festival de Negócios e Oportunidades do DET em Parnaíba;
- Encontro de Agentes de Desenvolvimento durante o Congresso das Cidades, em Teresina/PI;
- Participação dos Ads dos 03 territórios durante Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento, em Brasília-DF;
- Realização do Fórum Piauí Brasil com debates sobre a conjuntura da economia dos municípios piauienses nos eixos da macroeconomia, agronegócio e gestão pública;
- Participação dos municípios atendidos pelo DET durante FOMENTA NACIONAL;
- Encontro de Secretários e Dirigentes Municipais durante Festival de Negócios do Litoral Piauiense, em Parnaíba/PI.

Projeto de Apoio à Implantação da Rede Simples no Piauí

As ações implementadas deram continuidade ao processo de implantação e o desenvolvimento da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES, no Estado do Piauí em parceria com a Junta Comercial do Piauí.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Continuidade do processo de digitalização do acervo de documentos da Junta Comercial;
- Monitoramento do processo de digitalização do acervo da junta Comercial e do sistema integrador dentro das premissas da Redesimples;
- Participação no Seminário “**Brasil Mais Simples 2017**”, em Brasília- DF, cujo objetivo foi o alinhamento entre as diferentes entidades parceiras na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios.

Resultados obtidos:

- Hoje a atuação do projeto ocorre em 125 (cento e vinte e cinco) municípios onde a média para formalização de uma empresa de baixo risco é de até 05 úteis dias (posição em 31/10/2017);
- Além destes resultado, hoje a integração do Corpo de Bombeiros permite que se entregue as orientações de grau de risco e orientações técnicas por CNAE na fase de Viabilidade, inclusive com a adequação legislativa com vistas à redução de procedimentos para emissão do ”Atestado de Regularidade”, nos termos da Lei Estadual n°. 6.950/17, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí - DOEPI de 20.01.2017.

3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em 2017 foi procedida a adequação do Mapa Estratégico, alinhada as mudanças ocorridas no Mapa do Sistema SEBRAE.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Quadro 12 – Vinculação dos Planos

Objetivo Estratégico Local	Prioridade	Vinculação dos Projetos
<p>P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.</p>	<p>Aprimorar o atendimento presencial e remoto no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento de competitividade, sustentabilidade e inclusão produtiva dos pequenos negócios.</p>	<p>Atendimento Remoto SEBRAE/PI Atendimento SEBRAE - Regional de Bom Jesus Atendimento SEBRAE - Regional de Floriano Atendimento SEBRAE - Regional de Parnaíba Atendimento SEBRAE - Regional de Picos Atendimento SEBRAE - Regional de Piripiri Atendimento SEBRAE - Regional de São Raimundo Nonato Atendimento SEBRAE - Regional de Teresina Gestão do Produto Negócio a Negócio Sebrae/PI no Programa Inovação nos Pequenos Negócios SebraeLab - PI Modernização dos Espaços Educacionais - PI</p>
	<p>Desenvolver a competitividade dos pequenos negócios com foco na gestão, mercado, inovação e sustentabilidade nos elos das cadeias de valor dos macrosssegmentos de alimentação e bebidas, moda, energia, casa e construção, saúde e bem-estar e artesanato.</p>	<p>Fortalecimento dos Transformadores de Farinha de Trigo no Território de Teresina - PI APIS do Norte do Piauí APIS Semiárido Empreendedor Cadeia de Valor Casa e Construção no Território de Teresina CRAB - Serra da Capivara PI Crescer no Campo - Apicultura do Sertão no Território do Araripe/Picos Crescer no Campo - Apicultura no Território de São Raimundo Nonato PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé</p>

P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente. (Cont.)	Desenvolver a competitividade dos pequenos negócios com foco na gestão, mercado, inovação e sustentabilidade nos elos das cadeias de valor dos macrosssegmentos de alimentação e bebidas, moda, energia, casa e construção, saúde e bem-estar e artesanato. (Cont.)	Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Piripiri/ Região dos Cocais
		Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Teresina
		Desenvolvimento das Empresas Startups no Território de Teresina
		Destinos Turísticos Inteligentes - Rota das Emoções - PI
		PI - Sertão Empreendedor
		Piauí - Brasil Original
		PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí
		Polo de Saúde na Grande Teresina
		Polo Gastronomico no Território de Teresina
		Promover a transversalidade de temas como Economia Digital e Encadeamento Produtivo.
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Promover a articulação de ambiente legal favorável aos pequenos negócios, com foco na implementação de políticas voltadas para a inclusão produtiva e dinamização da economia.	Encadeamento Produtivo Votorantim Energia e SEBRAE-PI
		Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Ampliar a Educação Empreendedora junto às instituições de ensino (fundamental, médio e superior, voltada para a consolidação da cultura empreendedora na educação.	Municipalização de Políticas de Desenvolvimento
		Implantação e Desenvolvimento da REDESIM no Estado do Piauí
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	Aprimorar o portfólio de produtos e serviços, adequando-os às necessidades identificadas do público-alvo, visando melhorar a efetividade dos serviços prestados.	PI - Programa de Educação Empreendedora
		Desenvolvimento e Adequação de Soluções Educacionais e Tecnológicas

P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	Assegurar a excelência em gestão com foco no aperfeiçoamento dos processos operacionais e gerenciais internos, com ênfase na gestão de riscos, práticas empresariais sustentáveis, valorização dos colaboradores e da gestão do conhecimento.	Desenvolvimento Profissional e Integral dos Colaboradores
		Gestão de Credenciados -SGC
		Gestão de Documentos do Sebrae/PI
		Núcleo de Processos e Gestão do Sebrae/PI
		Saúde Laboral e Integral dos Colaboradores
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes	Sem Contribuição	Gestão de Tecnologia da Informação

Fonte: SGE

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O monitoramento do Plano Plurianual - PPA tem como finalidade registrar a evolução da sua implementação, destacando os fatos e dados mais relevantes, os eventuais desvios e a efetivação das oportunidades para a tomada de decisão e as medidas de gestão necessárias à implementação do Plano. É um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento e à avaliação e é realizado através dos sistemas corporativos via web, que possibilitam a verificação do andamento, evolução e acompanhamento dos projetos/atividades.

- SIACWEB: O Sistema Integrado de Atendimento a Clientes – SIAC (<http://siacweb>) é utilizado para registro dos atendimentos aos clientes do Sistema SEBRAE em suas modalidades de consultoria, orientação técnica, cursos, palestras, oficinas, mini cursos, seminários, acesso a eventos, promoção de eventos e informações, permitindo acompanhar/monitorar a execução física conforme estabelecido em cada projeto. O monitoramento é realizado pela unidade de atendimento com periodicidade mensal;
- O novo sistema SAS - **Sistema de Atendimento do SEBRAE**, teve sua implementação iniciada no SEBRAE/PI em 2017. O SAS ainda se encontra em fase de implantação para posterior substituição do SIAC. Atualmente está sendo operado o **Módulo 1 - Atendimento Individual**. O percentual de uso do SAS para o módulo de atendimento é de 100%. A próxima etapa de implantação do SAS é o **Módulo 2 – Eventos**, previsto para iniciar em 2018. Os principais **benefícios trazidos pelo SAS ao Sebrae/PI serão:** Sistema mais ágil, facilitando o atendimento presencial; maior praticidade na realização do atendimento/cadastro; Base de dados alinhada aos órgãos federais competentes, facilitando o cadastro e reduzindo a incidência de erros cadastrais;
- CORPORE RM: Sistema web (<http://corporerm/>) é utilizado para consultas financeiras dos recursos utilizados pelos projetos/atividades. Proporciona consulta e geração de relatórios de execução dos recursos aportados informando em cada ação dos projetos/atividades, o saldo inicial, o valor realizado, o valor comprometido e quanto está disponível para execução. Esse sistema pode ser acompanhado por qualquer gestor de projeto e é monitorado pela UGE com periodicidade mensal.
- SGE: O Sistema de Gestão Estratégica (SGE) (www.sge.SEBRAE.com.br), baseado na metodologia GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados), proporciona a inserção e acompanhamento dos projetos/atividades, através de módulos: Estruturação, Planejamento, Orçamento e Gestão. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal;
- SME: O Sistema de Monitoramento Estratégico (SME 3.0) (www.sme3.SEBRAE.com.br) consolida as informações do CORPORE RM, SGE e SIACWEB, e a partir de seus relatórios físicos e financeiros, mantém o Sistema SEBRAE informado acerca de seu desempenho operacional, bem como, da visibilidade do investimento aportado em segmentos empresariais. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal.

Além do monitoramento através dos sistemas corporativos a implementação dos planos de ação são monitoradas de três formas:

- Mensalmente são realizadas reuniões com os gerentes e gestores para acompanhar e avaliar a execução física e financeira dos projetos/atividades;
- Bimestralmente a gerência de Gestão Estratégica - UGE, de Gestão Orçamentária e Contábil - UGOC e das Unidades de Negócio se reúnem com a Diretoria Executiva - DIREX para avaliar o desempenho das unidades.
- Mensalmente a Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE Nacional envia aos SEBRAE/UF o Boletim SME que apresenta uma análise comparativa da execução física e orçamentária de todos

os SEBRAE. As reuniões de acompanhamento ocorrem conforme programação previamente definida com pauta e datas informadas e comunicadas aos participantes pela UGE e/ou secretaria da DIREX;

A UGE emite, trimestralmente um relatório consolidado da gestão dos projetos e da implementação dos planos de ações de todas as unidades, identificando os principais fundamentos e apresentando as principais causas de sucesso e insucesso na implementação. Esse relatório apresenta uma avaliação geral da eficácia da prática das ações estratégicas, até o momento, com sugestões de medidas preventivas e corretivas de controle, para assegurar o êxito final na implementação dos planos.

3.3 Desempenho Orçamentário

As informações orçamentárias relativas ao exercício de 2017 tiveram por base o Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) apresentando compatibilidade com as informações contábeis de 100% nas receitas e despesas, contribuindo para o objetivo estratégico P7: “Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação dos resultados”.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, não possui atividades relacionadas com a execução física e financeira da LOA. Portanto, o referido item não se aplica ao Relatório de Gestão do SEBRAE.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2017, houve aumento de 9,5% na execução dos recursos de Contribuição Social Ordinária – CSO em relação ao total previsto. Por outro lado houve um crescimento de 18,8% na Contribuição Social Nacional – CSN em relação a previsão inicial. Diferentemente da CSO a execução da CSN foi de apenas 66,5%, decorrente da não liberação de parcelas de recursos dos novos projetos aprovados devido ao atraso na análise e aprovação pelo SEBRAE/NA.

As receitas totais apresentaram um crescimento de 4,0% em relação a previsão inicial de 2017. Deve-se destacar também a execução das receitas próprias provenientes de empresas beneficiadas, decorrentes da prestação de serviços com treinamento, consultoria e feiras/locações de espaços que apresentou um crescimento de 60,7% em relação à previsão ajustada do orçamento, contribuindo assim para atingir o índice de 5% de contrapartida da Contribuição Social Ordinária – CSO.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

As transferências de recursos para parceiros são realizadas através de contratos de repasses e da modalidade de convênios. Convênios são acordos firmados entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados para realização de atividades de interesse comum dos participantes, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Os convênios firmados junto ao SEBRAE Piauí seguiram orientações contidas na Instrução Normativa SEBRAE IN 41/04, editada pelo SEBRAE Nacional em 17/12/2012 e acompanhamento da execução com o registro desta em sistema próprio desenvolvido especificamente para cadastro, acompanhamento e prestação de contas denominado Prestecontas, sistema que visa garantir controle efetivo da gestão dos recursos repassados pelo SEBRAE Piauí quando de convênios executados pelos parceiros.

A liberação dos recursos se dá após verificação dos itens previstos nos termos acordados nos instrumentos de convênios, da documentação legal exigida, do cumprimento do fluxo estabelecido para liberação incluindo autorização da Diretoria Executiva.

As prestações de contas são analisadas sempre sob duas vertentes: parte financeira e técnica. A parte financeira é analisada na unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC que dispõe de dois funcionários (1 assistente e 1 analista) para acompanhar esta execução no sistema Prestecontas. Quanto à parte técnica, o SEBRAE/PI possui um corpo de pessoal treinado para a função de gerenciar a execução de projetos. Cada parceria é acompanhada em sua parte técnica e de execução por analistas vinculados às Unidades Técnicas. Desta forma as verificações e fiscalizações in loco, são sempre acompanhadas por técnicos ou consultores credenciados que emitem parecer sobre os níveis de conformidade de cada etapa da parceria.

Em 31 de dezembro de 2017, existe apenas 1 (um) convênio vigente firmado com o SENAR-AR/PI, cuja análise de prestação de contas parciais da 1ª, 2ª e 3ª parcelas liberadas, foram analisadas e validadas pela Unidade Estadual do Agronegócios, com base no item 5.2.3 da IN 41/04 que trata sobre repasse de recursos das demais parcelas. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do término da vigência do convênio, previsto para 05 de janeiro de 2019, com a juntada dos documentos previstos na IN 41/04 item 9.1.

Tabela 14 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2017

Instrumentos	Vigentes em 31/12/2017	
	Exercícios Anteriores	Exercício Atual
QUANTIDADE	1	1

Instrumentos	Liberados (1)		Comprovados (2)		A comprovar (3)	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
	Convênio 01/2016 SENAR-AR/PI	1.020.000	1.530.000	-	2.040.000	
TOTAL	1.020.000	1.530.000		2.040.000		510.000

Os valores acima estão demonstrados em valores originais sem a inclusão de rendimentos, contrapartidas das entidades parceiras e eventuais ajustes.

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

A Tabela 15 demonstra o Balanço Orçamentário de 2017 e a variação das receitas e despesas executadas com a programação do exercício.

Tabela 15 - Balanço Orçamentário –Exercício de 2017

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PIAUÍ - SEBRAE/PI

Balanço orçamentário no período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em reais mil)

Receitas	Execução Período Anterior(a)	Ano Atual				Despesa	Execução Período Anterior(a)	Ano Atual			
		Previsão Original(b)	Execução(c)	%(c/b)	% ? (c/a)			Previsão Original(b)	Execução(c)	%(c/b)	% ? (c/a)
Receitas correntes						Despesa correntes					
Contribuição Social Ordinária-CSO	38.635	37.120	40.654	109,5%	5,2%	Pessoal, Encargos e Benefícios	19.897	21.350	19.985	93,6%	0,4%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	9.162	16.493	13.037	79,0%	42,3%	Serviços Profissionais e Contratado	18.968	25.511	19.327	75,8%	1,9%
Convênio com Parceiros	104	400	10	2,6%	-90,4%	Demais Despesas Operacionais	8.210	8.262	8.133	98,4%	-0,9%
Aplicações Financeiras	1.797	1.484	1.092	73,6%	-39,2%	Encargos Diversos	571	430	416	96,7%	-27,2%
Empresas Beneficiadas	1.389	1.456	2.005	137,7%	44,3%	Transferências	1.020	1.020	1.530	150,0%	50,0%
Outras Receitas	381	100	497	497,3%	30,4%						
						Total despesas correntes	48.667	56.573	49.391	87,3%	1,5%
Total das receitas correntes	51.468	57.053	57.297	100,4%	11,3%						
Déficit corrente	-	-	-	-	-	Superávit Corrente	-	-	7.906	-	-
Receitas de Capital						Despesas de Capital					
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	Investimentos/Outros	4.058	1.046	1.951	186,6%	-51,9%
Operações de Crédito	1.208	-	-	-	-	Amortização de Empréstimos	866	1.100	1.068	97,1%	23,3%
						Total de despesas de capital	4.924	2.146	3.019	140,7%	-38,7%
Total de receitas de capital	1.208	-	-	-	-	Fundo de Reserva	-	2.834	-	-	-
Saldo de Exercícios Anteriores	-	4.500	-	-	-	Despesas Totais	53.591	61.553	52.410	85,1%	-2,2%
Receitas Totais	52.676	61.553	57.297	93,1%	8,8%	Superávit Total	-	-	4.887	-	-
Déficit Total	915	-	-	-	-						
Total Geral	53.591	61.553	57.297	93,1%	6,9%	Total Geral	53.591	61.553	57.297	93,1%	6,9%

Fonte: SME

Justificativas das variações na execução de receitas acima de 15%

Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN (79%):

Decorrente da não liberação de parcelas de recursos de CSN dos novos projetos aprovados devido ao atraso na aprovação e execução de 80% das parcelas aprovadas nos projetos.

Convênios com Parceiros (2%):

Não concretização de convênios/parcerias com o Governo Estadual e Prefeituras Municipais no âmbito dos projetos em decorrência da crise econômica.

Aplicações Financeiras (73,6%):

Embora tenha havido um crescimento das receitas em relação a previsão inicial, as receitas com aplicação financeira decresceram face ao menor volume de recursos aplicados, principalmente de CSN, em razão da mudança na sistemática de sua liberação que ocorreu de forma mais escalonada, como também pela demora na aprovação dos projetos pelo SEBRAE/NA fato que retardou a liberação das parcelas dos recursos.

Empresas Beneficiadas (137,7%):

O crescimento esta relacionado principalmente ao aumento nas receitas de prestação de serviços com treinamentos (38,02%), consultoria (18,12%) e feiras/locações de espaços (234,13%) em relação ao ano de 2016.

Outras receitas (497,3%):

O crescimento é relativo à recuperação de valores pagos de contribuição previdenciária, compensados na SEFIP/GFIP mensalmente.

Justificativas das variações na execução de despesas acima de 15%

Serviços Profissionais e Contratados (75,8%):

Não execução de despesas relacionadas ao produto Sebratec, devido a desistência das empresas para não assumir a contrapartida e entraves do sistema de rodízio e do produto SEBRAE Mais, pela não formação de turmas da solução Gestão de Indicadores de Resultados executada em 2 anos.

Transferências (150%):

O crescimento é relativo à 4ª parcela repassada ao SENAR-AR/PI para execução do Programa NCR – Negócio Certo Rural - convênio 001/2016, não previsto no orçamento original.

Investimentos /Outros (186,6%):

Está relacionado ao INSS Patronal sobre folha de pagamento dos funcionários, que passou a ser reconhecido contabilmente como despesas na rubrica provisão para riscos fiscais, recolhido mensalmente através de depósito judicial.

3.3.4.1 Evolução e Execução das Receitas

A Tabela 16 destaca as principais Receitas do SEBRAE/PI e compara a execução de 2017 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada (previsão original).

Tabela 16 - Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI

Receitas	Origem da Receita - Valores em R\$ 1.000,00						
	2016	2017			Execução (d)	% Variação (d/c)	% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão					
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Contribuição Social do Exercício	38.492	37.120	37.120	0,0%	40.654	9,5%	5,6%
CSO-Saldo de Exercícios Anteriores	143	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	9.162	16.493	19.605	18,8%	13.037	-33,5%	42,2%
Convênios com Parceiros	104	400	400	0,0%	10	-97,5%	-90,3%
Aplicações Financeiras	1.797	1.484	1.484	0,0%	1.092	-26,4%	-39,2%
Empresas Beneficiadas/outras Receitas	1.770	1.556	1.556	0,0%	2.502	60,7%	41,3%
Alienação de Bens/Operações de Crédito	1.208	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Saldo de Exercícios Anteriores		4.500	3.883	-13,7%			
Total	52.676	61.553	64.048	4,0%	57.297	-10,5%	8,7%

Fonte: SME

3.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

3.3.5.1 Evolução e Aplicação dos Recursos por Natureza de Despesa

A Tabela 17 demonstra as principais despesas por natureza e compara a execução do exercício de 2017 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada pelo CDE/CDN.

Tabela 17 – Composição da Aplicação de Recursos - SEBRAE/PI

Natureza de Despesa	SEBRAE/PI (R\$ 1.000,00)						
	2016	2017					% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)	% Execução (d/b)	
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Pessoal, Encargos e Benefícios	19.897	21.350	21.742	1,8%	19.985	93,6%	0,4%
Serviços Profissionais e Contratados	18.968	25.511	27.919	9,4%	19.327	75,8%	1,9%
Demais Despesas Operacionais	8.210	8.262	9.129	10,5%	8.133	98,4%	-0,9%
Encargos Diversos	571	430	247	-42,5%	416	96,7%	-27,2%
Transferências para Parceiros	1.020	1.020	1.530	50,0%	1.530	150,0%	50,0%
Investimentos /Outros	4.058	1.046	729	-30,2%	1.951	186,5%	-51,9%
Amortização de Empréstimo	866	1.100	1.098	-0,2%	1.068	97,1%	23,3%
Fundo de Reserva		2.834	1.653	-41,7%			
Total	53.591	61.553	64.048	4,1%	52.410	85,1%	-2,2%

Fonte: SME

O montante de despesas realizadas em 2017 foi da ordem de R\$ 52,4 milhões. Esse valor foi inferior em (-2,2%) quando comparado com 2016.

3.3.5.2 . Execução das Despesas por Modalidade de Licitação

A Tabela 18 demonstra o total das despesas por modalidade de licitação, no Exercício de 2017.

Tabela 18 - Evolução de Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2015 a 2017

Modalidade	2015		2016		2017	
	VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Concorrência	4.096	10,56%	5.037	15,31%	1.547	5,13%
Convite	483	1,24%	437	1,33%	405	1,34%
Credenciamento	13.927	35,90%	11.079	33,67%	11.059	36,67%
Dispensa	6.990	18,02%	2.696	8,19%	3.374	11,19%
Inexigibilidade	671	1,73%	1.552	4,72%	2.017	6,69%
Pregão	12.630	32,55%	12.105	36,79%	11.753	38,97%
TOTAIS	38.797	100,00%	32.906	100,00%	30.155	100,00%

Fonte: Sistema RM Nucleus.

A tabela acima demonstra os valores pagos pelos SEBRAE/PI entre os exercícios de 2015 e 2017, classificados por modalidade de licitação praticada.

Entre 2016 e 2017 as variações positivas mais significativas ocorreram nas modalidades Concorrência e Dispensa.

Para a modalidade de Concorrência houve uma diminuição do valor em 69,28%, uma vez que o principal motivo da variação negativa foi a finalização de pagamentos referente ao Contrato CD 01/2014, cujo objeto é construção do Centro de Treinamentos (obra de engenharia).

Sobre a modalidade Dispensa, a variação de 21,25% se dá em razão da contratação da empresa M.I MONTREAL INFORMÁTICA, com fundamento no art. 9º, inciso XVII*, CD.0004.17, cujo objeto é a “prestação de serviços com vistas à realização da estruturação tecnológica da base de dados e documentação da JUCEPI, de modo que se possa criar um ambiente capaz de integrar o Estado do Piauí no sistema preconizado pela REDESIM com a prestação de serviços técnicos em gestão digital de documentos, através da digitalização centralizada do acervo, com preparação, digitalização, depuração de dados, controle de qualidade, indexação, importação e organização de documentos físicos, bem como a aquisição de uma solução completa de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) integrado ao Sistema SIARCO (Sistema Integrado de Automação do Registro do Comércio) e customização do Sistema de Gerenciamento de Documentos pertencentes ao acervo documental da JUCEPI — Junta Comercial do Estado do Piauí, parceira do SEBRAE/PI, com objetivo de integrar o Estado do Piauí ao Sistema da REDESIM”.

** Art. 9º A licitação poderá ser dispensada:*

XVII - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

3.4 Desempenho Operacional

Os indicadores operacionais relativos ao exercício de 2017 apresentaram os seguintes resultados:

- Execução orçamentária de 84,0% considerando o orçamento ajustado anual;
- A execução orçamentária de parceiros atingiu apenas 32,2 % da previsão estabelecida inicialmente;
- Todos os limites orçamentários foram cumpridos;

3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho mensuram os resultados das atividades realizadas pelo SEBRAE, vinculadas aos objetivos estratégicos das Perspectivas “Processos” e “Recursos”. O conjunto de indicadores de desempenho para o PPA 2017–2018 é demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19– Indicadores de Desempenho

Indicadores Institucionais	Métrica	Planejado para 2017	Realizado em 2017
Índice de aplicabilidade de produtos e serviços	0 – 10	8,0	8,2
Índice de satisfação do cliente	0 – 10	8,5	9,0
Número de Potenciais Empreendedores Atendidos	Nº	8.900	11.553
Número de Potenciais Empresários Atendidos	Nº	22.500	24.286
Número de pequenos negócios atendidos.	Nº	25.190	25.466
Acessos /downloads aos conteúdos do Portal SEBRAE (1)	Acessos	105.000	2.833
Índice de Satisfação com os Fornecedores	0 – 10	7,0	(2)
Índice de Satisfação dos clientes Internos	0 – 10	7,0	7,3

Fonte: SME

(1) O resultado considera apenas os acessos feitos em áreas logadas.

(2) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE

3.5.1. Metas

O desempenho do SEBRAE/PI na execução de sua estratégia é monitorado por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais e Metas Mobilizadoras.

3.5.1.1. Indicadores Institucionais

Os objetivos estratégicos das perspectivas “Cumprimento da Missão” e “Partes Interessadas” são monitorados por meio de indicadores denominados Indicadores Institucionais. O desempenho obtido nesses indicadores é demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 20 – Indicadores Institucionais

Indicadores Institucionais	Métrica	Planejado para 2017	Realizado em 2017
Índice de efetividade do atendimento	0 – 10	8,0	8,5
Índice de imagem junto à sociedade.	0 – 10	8,5	8,5
Índice de imagem junto aos pequenos negócios	0 – 10	8,0	8,6
Taxa de resultados alcançados em projetos de atendimento	%	70	(*)

Fonte: SME

(*) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE/NA. Foi divulgado o resultado de 2016, tendo o SEBRAE/PI alcançado o percentual de 82,10% - maior taxa entre os SEBRAE/UF.

3.5.1.2. Metas Mobilizadoras

Tabela 21 – Metas Mobilizadoras

Meta	Nome	Planejado para 2017	Realizado em 2017	% Realizado
Meta 1	Atendimento	25.190	25.466	101,1%
Meta 2	Inovação	2.950	3.139	106,4%
Meta 3	MEI	13.790	12.894	93,5%
Meta 4	ME	10.500	11.198	106,6%
Meta 5	EPP	900	1.374	152,7%
Meta 6	Políticas Implantadas (*)	13	7	53,8%
Meta 7	Fidelização	12.595	14.450	114,7%

Fonte: SME

(*) O Piauí teve 12 municípios com políticas implantadas em 2017, contudo as evidências referentes a 2017 foram inseridas em 2018, sem selecionar o ano 2017, prejudicando o resultado do Sebrae/PI.

3.5.1.3. Metas de Atendimento

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do SEBRAE/PI no atendimento desses públicos. Os resultados obtidos são decorrentes principalmente das estratégias de gestão adotadas.

Tabela 22 – Grupos de Clientes

Indicador de Desempenho	Realizado em 2016	Planejado para 2017	Realizado em 2017
Número de potenciais empresários atendidos	15.451	22.500	24.286
Número de empresas atendidas	23.550	25.190	25.466

Fonte: SME

Os resultados obtidos decorreram principalmente das estratégias adotadas e do sucesso dos eventos realizados que priorizaram ações que geram demandas por parte dos pequenos negócios e dos empreendedores.

O atendimento é feito por meio de seis instrumentos, que são apresentados na Tabela 23 a seguir, com seus indicadores de desempenho.

Tabela 23 – Instrumentos de Atendimento

Instrumento	Indicador	Realizado em 2016	Previsto Ajustado para 2017	Realizado em 2017	% Realizado 2017
Consultoria	Nº de Horas	85.137	102.005	86.610	84,90%
Curso	Nº de Cursos	1.427	1.235	1.139	92,20%
Feira	Nº de feiras do SEBRAE	21	25	20	80,00%
	Nº Peq. Neg. participantes feiras terceiros	-	133	226	169,90%
Missão/caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos do SEBRAE	14	9	10	111,10%
	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	58	32	30	93,80%
Oficina	Nº de oficinas	1.146	890	924	103,80%
Orientação	Nº de orientações	37.247	30.745	31.596	102,80%
Palestra	Nº de palestras	673	436	506	116,10%
Rodada	Nº de rodadas	10	12	11	91,70%
Seminário	Nº de seminários	81	53	56	105,70%

As variações mais significativas nos instrumentos de atendimento foram:

- Nº de feiras do SEBRAE (80%): Algumas feiras deixaram de ser realizadas em decorrência de parcerias que não foram concretizadas no âmbito dos municípios.
- Nº Peq. Neg. participantes feiras terceiros (169,9%): Decorreu do nº de participantes das caravanas que participaram do Congresso das Cidades trazidas pelos gestores municipais, cujas despesas não acarretaram em ônus adicional para o SEBRAE/PI.

3.5.2. Indicadores de Desempenho Financeiro

A Tabela 24 demonstra os Índices de Liquidez do SEBRAE Piauí de 2015 a 2017.

Tabela 24 – Índices de Liquidez

ÍNDICE	INDICA	INTERPRETAÇÃO	2015	2016	2017
Liquidez Corrente $\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo.	Quanto Maior, Melhor	1,88	1,66	2,4
Endividamento $\frac{PC + ELP}{Ativo Total}$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto Menor, Melhor	54%	56%	52%
Capital de Terceiros $\frac{PC+ELP}{PL}$	Quanto a empresa possui de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido	Quanto Menor, Melhor	116%	125%	108%

Fonte: Contabilidade

O índice de liquidez corrente superior a 1,0 contribui para imagem positiva do SEBRAE/PI frente aos seus fornecedores pelo fato de ter capacidade de honrar seus compromissos financeiros nos prazos acordados. Este índice indica de quantos Reais dispomos de forma imediata e/ou conversíveis em dinheiro a curto prazo, para fazer face às dívidas contraídas pela empresa.

Em 2017 houve um aumento do índice de liquidez e redução dos índices de endividamento e capital de terceiros, melhorando o resultado comparativamente aos últimos 2 (dois) anos.

3.5.3. Indicadores de Desempenho Orçamentário

Os limites orçamentários estabelecidos pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) em 2017 para o Sistema SEBRAE estão divididos em dois grupos.

No primeiro grupo temos os indicadores que estabelecem limite efetivo para a ação dos SEBRAE UF e do SEBRAE Nacional. Neste conjunto estão os limites de gastos com Pessoal, Encargos e Benefícios, Custeio Administrativo e Bens Móveis.

No segundo grupo, os indicadores que impõem um desafio de gestão neste conjunto estão os Projetos Finalísticos Coletivos, a aplicação em Inovação e Tecnologia, a Capacitação de Recursos Humanos e o Esforço de Captação de Recursos Próprios da ordem de 5% (cinco por cento) das receitas de Contribuição Social do exercício, tendo sido considerado em 2016 isento nas diretrizes Nacionais.

A Tabela 25 apresenta os limites orçamentários do SEBRAE/PI alcançados no exercício de 2017.

Tabela 25 – Limites Orçamentários em 2017 - SEBRAE/PI

Limites Orçamentários – Piauí			
Limite	% Realizado	Estabelecido	Situação
Inovação e Tecnologia	20,3%	Mín. de 20%	OK
Capacitação de Recursos Humanos	2,6%	Mín. 2% Máx. 6%	OK
Pessoal, Encargos e Benefícios	45,2%	Máx. 55%	Isento
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda	1,6%	Máx. 3,5%	OK
Bens Móveis	23,5%	Máx. 100% (1)	OK
Custeio Administrativo	69,2%	Máx. 100% (2)	OK
Contrapartida da Contribuição Social Ordinária	5,0%	Mín. 5%	OK
Tecnologia da Informação e da Comunicação	2,0%	Mín. 2%	OK
Fundo de Reserva	2,6%	Máx. 10%	OK

Fonte: SME

(1) Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias)

(2) Aprovação prévia do CDN

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

4. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

4 GOVERNANÇA

4.1 Descrição das Estruturas de Governança

No SEBRAE/PI a estrutura de Governança é encabeçada pelo Conselho Deliberativo Estadual (CDE), composto por 15 membros titulares e seus respectivos suplentes. Para auxiliar na Gestão do SEBRAE/PI o CDE elege a Diretoria Executiva, composta por um Superintendente e dois Diretores (Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico). Para acompanhar a execução da Gestão, o CDE conta com a atuação do Conselho Fiscal, composto por 3 membros. A interlocução entre o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva é executada pela Unidade de Auditoria Interna.

Os controles internos contam ainda com o apoio da Auditoria Independente contratada pelo SEBRAE Nacional. No exercício de 2017 a auditoria independente foi realizada pela empresa Maciel Auditores S/S.

Os trabalhos de auditoria interna e independente são monitorados pelo Conselho Fiscal, órgão de assessoramento ao Conselho Deliberativo Estadual. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente a cada trimestre para receber da Unidade de Auditoria Interna os relatórios trimestrais contábeis, a carta de controles internos com recomendações da Auditoria Independente e comentários do SEBRAE/PI e/ou planos de ação. Em caso de aprovação, o Conselho Fiscal emite o parecer de aprovação das contas trimestrais.

O normativo que rege a estrutura de governança é o Estatuto Social do SEBRAE/PI. Existem ainda os normativos complementares:

- a) Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE
- b) Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP
- c) Regimento Interno do SEBRAE/PI
- d) Manual de Aquisições do SEBRAE/PI
- e) Instruções Normativas.

4.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados

4.2.1.1. Composição do Conselho Deliberativo Estadual

O CDE é composto por 15 instituições que são responsáveis por indicar, cada uma, um Conselheiro Titular e outro suplente. As instituições que compõem o CDE do SEBRAE/PI são:

- a) Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- b) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí;
- c) Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí;
- d) Federação das Indústrias do Estado do Piauí;
- e) Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí;
- f) Associação Comercial Piauiense;
- g) Associação Industrial do Piauí;
- h) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;
- i) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
- j) Instituto Euvaldo Lodi – IEL Núcleo Regional do Piauí;
- k) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDET;
- l) Universidade Federal do Piauí;

- m) Banco do Brasil S/A;
 n) Caixa Econômica Federal;
 o) Banco do Nordeste do Brasil S/A.

No exercício de 2017, atuaram no CDE os seguintes representantes:

Quadro 13 – Composição Conselho Deliberativo Estadual

Nome	Entidade	Função	Período de atuação	
			Início	Término
Evandro Cosme Soares de Oliveira (3)	FCDL		23.05.2016	31.12.2018
José Moacyr Leal	ACP	Não Informado	24.09.2015	20.04.2017
José Elias Tajra	ACP	Presidente	21.04.2017	31.12.2018
Ezequias Gonçalves Costa Filho	AIP	Presidente	01.01.2015	30.05.2017
Gilberto Diego Veríssimo Pedrosa	AIP	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha (1)	FAEPI	Presidente	01.01.2015	12.04.2017
Júlio César de Carvalho Lima	FAEPI	Presidente	13.04.2017	31.12.2018
Antonio Leite de Carvalho	SENAC	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
João dos Santos Andrade	SENAC	Não Informado	02.12.2015	31.12.2018
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (2)	FECOMERCIO	Presidente	27.02.2016	31.12.2018
Francisco Soares Campelo Filho	FECOMERCIO	Não Informado	26.04.2017	31.12.2018
Olga Ariadne Bezerra de Sousa	SEDET	Não Informado	07.12.2016	31.12.2018
José Icemar Lavôr Neri	SEDET	Secretário	09.05.2017	31.12.2018
Robério de Barros Cantalice	FIEPI	Não Informado	01.03.2016	31.12.2018
Pedro Vilarinho Castelo Branco	UFPI	Docente	07.04.2016	31.12.2018
Luiz Alberto da Silva Junior	BNB	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
João Henrique de Almeida Sousa	IEL	Não Informado	23.06.2015	31.12.2018
Augusto Togni de Almeida Abreu	SEBRAE/NA	Gerente -UAGRO	30.07.2015	31.12.2018
Sérgio Luiz Bortolozo	SENAR	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Pio Gomes de Oliveira Junior	BB	Superintendente	01.03.2016	31.12.2018
Francisco Elizomar Nunes Guimarães	CEF	Superintendente	27.08.2016	31.12.2018
Edilberto Costa Oliveira	CEF		27.08.2016	31.12.2018
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	UFPI		07.04.2016	31.12.2018
Filemon José Francisco de Sousa Nogueira Paranaguá	FAEPI		01.01.2015	31.12.2018
Francisco das Chagas Lopes	BNB		05.06.2017	31.12.2018
Roger de Carvalho Correia Jacob	IEL		23.06.2016	31.12.2018
Paulo Emílio do Rego Monteiro	SENAR		01.01.2015	31.12.2018
Silvio Luiz de Lima	BB		31.07.2017	11.12.2017
Fausto Ricardo Keske Cassemiro	SEBRAE/NA		31.03.2016	31.12.2018
João Batista Feitosa	BB		16.09.2016	30.07.2017
Francisco das Chagas Araújo Silva	BNB		01.01.2015	04.06.2017
Edgar de Almeida Ataíde Júnior	FIEPI		01.01.2015	31.12.2018
Robert Stênio de Freitas Bandeira	BB		11.12.2017	31.12.2018

(1) Faleceu em 05/04/2017

(2) Exerceu a Presidência Interina do CDE no período de 07/04 a 29/05/2017

(3) Foi eleito Presidente do CDE e exerce a presidência desde 30/05/2017

4.2.1.2.Composição do Conselho Fiscal em 2017

No exercício de 2017, atuaram no Conselho Fiscal os seguintes representantes:

Quadro 14 - Composição do Conselho Fiscal em 2017

Nome	Entidade	Função	Período de atuação	
			Início	Término
Paulo Sérgio Muniz Nery	FCDL	Não Informado	01.12.2015	04.05.2017
José Airton Soares	FCDL	Não Informado	05.05.2017	09.08.2017
Ezequias Gonçalves Costa Filho	AIP	Não Informado	06.09.2017	31.12.2018
Pedro de Oliveira Barbosa	FECOMERCIO	Não Informado	01.01.2016	31.12.2018
Francisco de Sousa Neto	FIEPI	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018

4.2.1.3.Composição da Diretoria Executiva em 2017

No exercício de 2017, atuaram na Diretoria Executiva do SEBRAE/PI:

Quadro 15 - Composição da Diretoria Executiva em 2017

Nome	Entidade	Função	Período de atuação	
			Início	Término
Mário José Lacerda de Melo (1)	SEBRAE/PI	DIREX-SUPER	01.01.2015	31.12.2018
Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes (2)	SEBRAE/PI	DIREX-DAF	01.01.2015	31.12.2018
Delano Rodrigues Rocha (3)	SEBRAE/PI	DIREX – DT	01.01.2015	31.12.2018

(1) Gozou férias no período de 03/07/2017 a 01/08/2017.

(2) Gozou férias no período de 17/07/2017 a 15/08/2017.

(3) Gozou férias no período de 04/05/2017 a 02/06/2017 e acumulou o cargo de Diretor Superintendente no período de 03/07/2017 a 01/08/2017, nos termos da Portaria nº 07/17.

4.2.2. Papeis e Funcionamento dos Colegiados

4.2.2.1. CDE

O Conselho Deliberativo Estadual tem o papel de exercer o poder soberano no SEBRAE/PI, elegendo a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do CDE esta posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo II, Artigos 11 a 12.

Para execução de suas atribuições o CDE reúne-se mensalmente na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente julgue necessário, ou haja a solicitação formulada por pelo menos 03 (três conselheiros).

4.2.2.2.Conselho Fiscal

O papel do Conselho Fiscal é o assessoramento ao CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do Conselho Fiscal está posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo II, Artigos 14 e 15.

Para execução de suas atribuições o Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do CDE.

4.2.2.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/PI. A descrição de todas as atribuições e prerrogativas do Conselho Fiscal está posta no Estatuto Social do SEBRAE/PI em seu Capítulo IV, Artigos 16 a 20.

Para execução de suas atribuições a Diretoria Executiva reúne-se 2 vezes por mês na forma ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Superintendente.

4.2.3. Processo de Escolha de Dirigentes e Exigências quanto ao Perfil.

4.2.3.1. CDE

No CDE a escolha dos membros titulares e respectivos suplentes é feita pela Entidade Associada. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente.

Dentre os indicados é eleito o Presidente do Conselho, que precisa ter o voto concorde de pelo menos 08 (oito) conselheiros.

4.2.3.2. Conselho Fiscal

A escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Fiscal é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

Para ser candidato é necessária a indicação de uma das Entidades Associadas ao CDE. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente, diplomada em curso de nível universitário e residente no Brasil.

4.2.3.3. Diretoria Executiva

A escolha dos membros Diretoria Executiva é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna é subordinada à Diretoria Administrativo Financeira. O Gerente da Unidade foi indicado pela Superintendência em setembro de 2011 quando a Unidade se denominava Unidade de Controle Interno, após reformulação do Organograma a Unidade foi reestruturada como Unidade de Auditoria Interna - UAUD.

A atuação da Unidade de Auditoria Interna está alinhada com o Direcionamento Estratégico do SEBRAE, com o Regulamento de Auditoria Interna do SEBRAE Nacional e com as responsabilidades funcionais da unidade. Nesse contexto, a missão da UAUD é “prover assessoramento para a efetiva aplicação dos recursos do Sistema SEBRAE em consonância com os normativos de controle interno e externo”, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em redução de riscos, atuando de forma independente, com ética e agregando valor aos negócios.

As revisões de processo, as auditorias de conformidade, os trabalhos especiais, as orientações consultivas, os resultados do atendimento aos órgãos fiscalizadores e demais trabalhos do planejamento anual, além dos planos de ação elaborados a partir dessas atividades, são realizados por uma equipe composta pelo Gerente da Unidade e um Analista Técnico. A UAUD também realiza acompanhamento da implementação de planos de ação para eliminar os pontos e/ou desconformidades apontadas pelas Auditorias Externas.

Os trabalhos de auditoria interna são reportados em seu inteiro teor ao Presidente do CDE que recebe via impressa e digital de todos os relatórios do exercício.

Tabela 26 - Execução das Ações do Plano de Auditoria

Item	Grupo de Atuação	Status	Observações
1	Revisão de Processo	Realizado	a) Revisão no processo de aquisições (licitações e compras diretas).
2	Monitoramento (Follow-up)	Realizado	a) Atualização das recomendações CGU no sistema Monitor; b) Demais recomendações inseridas e monitoradas via Team Audit.
3	Trabalhos Recorrentes	Realizado	a) Revisão de processos de pagamento (Borderôs): foram revisados 5 lotes de pagamentos. Os pontos de melhoria identificados foram tratados através da emissão de Nota Técnica de notificação às unidades responsáveis. Foram ressarcidos ao SEBRAE/PI R\$ 1.374,50.
4	Atendimento a Órgãos Fiscalizadores	Realizado	a) Prestação de contas anual SEBRAE/PI. b) Acompanhamento da Auditoria Independente; c) Atendimento à CGU/CISET/ TCU; d) Atendimento ao Conselho Fiscal; e) Atendimento Auditoria de Deloitte (Compliance).
5	Compliance	Realizado	a) Revisão no processo de aquisições (licitações e compras diretas).
6	Orientação Técnica / Consultiva	Realizado	a) Consultoria para elaboração de termo de referência: Unidade de Gestão Financeira e Unidades de Picos, Parnaíba e Floriano; b) Aditivos contratuais: Unidade de Tecnologia da Informação e Processos; c) Processos internos: estudos para alterações nos processos de captação de receita e contratações SEBRAETEC (Núcleo de Processos e Unidade de Produtos e Soluções).
7	Trabalhos Especiais	Realizado	a) Foram revisados 8 processos de pagamento por demanda da Superintendência. Os pontos de melhoria foram registrados em lista de verificação e encaminhadas às Unidades demandante para retificações; b) Inspeção em contratações SEBRAETEC: solicitada pela Diretoria Técnica conforme Relatório nº 01/2017 devidamente protocolado no CDE; c) Revisão de Processo de Reembolso de Despesas: trabalho solicitado pela Superintendência e concluído com glosa de R\$ 140,00 em despesa; d) Análise de minutas para normativos: trabalhos solicitados pela Superintendência compreenderam a análise de minuta para IN de Viagens, Portaria de Processamento de Pagamentos e IN de Gestão de Contratos.
8	Trabalhos em Unidades Regionais	Parcialmente Suspenso	Não foram realizadas visitas às unidades regionais, apenas orientações remotas.
9	Treinamentos	Realizado	A equipe participou de treinamentos em número compatível com as horas previstas.
10	Aspectos Administrativos	Realizado	As atividades foram desempenhadas na forma prevista.

A empresa de Auditoria Independente que procedeu às atividades no âmbito do SEBRAE/PI, emitiu opinião de que o SEBRAE/PI executou suas operações e fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Opinião é acompanhada do Relatório contendo comentários sobre os controles internos e procedimentos contábeis do exercício findo em 31/12/2017, onde a Auditoria Independente emite Relatório sem ressalvas.

4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O SEBRAE/PI possui como canais de denúncias ou reclamações a Ouvidoria SEBRAE que atua de forma sistêmica e eventuais denúncias internas.

O SEBRAE/PI possui, portanto, (2) dois interlocutores estaduais da Ouvidoria para dar tratamento e solução às manifestações estaduais, de clientes externos e colaboradores internos que tenham se dirigido de alguma forma (identificadas ou anônimas e realizadas pessoalmente, por telefone ou por meio eletrônico) à Ouvidoria Nacional.

As manifestações dos clientes externos e internos recebidas pelos interlocutores estaduais podem ser de naturezas diversas: denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, e essas chegam até o interlocutor estadual através de meio eletrônico, em formulário próprio, para que haja padronização no atendimento e pronto atendimento da demanda do cliente.

Em 2017 foram registradas 39 ocorrências (43% a menos que o ano anterior). Apenas 1 (uma) ocorrência ficou em situação “solucionando” (em tratamento), representando 2,7% do total. Deve-se ressaltar que ocorreram 3 (três) manifestação classificadas como denúncia que tiveram o tratamento, apuração e conclusão seguindo o procedimento estabelecido no fluxo de encaminhamento das ocorrências. As ocorrências foram solucionadas, sendo os esclarecimentos registrados no Sistema da Ouvidoria.

Tabela 27 – Natureza das Ocorrências da Ouvidoria

Crítica	Reclamação	Sugestão	Solicitação	Improcedente	Denúncia
0	1	0	34	1	3

4.4.1. Apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade

Constatados indícios e/ou a ocorrência de ilícitos administrativos o SEBRAE/PI abre procedimento de sindicância a ser realizada por comissão composta de 3 empregados de mesmo nível hierárquico ou superior, para apurar os fatos e emitir relatório que possa subsidiar a decisão da Diretoria sobre o encaminhamento cabível.

4.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

No âmbito do SEBRAE/PI, a gestão de riscos está apoiada num processo de análise e mapeamento dos riscos, com vistas a implementação de ações de gestão. A Diretoria do SEBRAE/PI entende que os controles internos existentes atualmente no SEBRAE/PI possuem adequado nível de segurança para as operações. Ressalta que tem intensificado esforços para aperfeiçoar rotinas e controles sistêmicos e informatizados que venham a aumentar o nível de segregação de funções e diminuir, de forma efetiva, as probabilidades e ocorrências de desconformidades.

A Unidade de Auditoria Interna através de orientações consultivas e trabalhos de revisão de processos com foco em risco, auxilia as demais unidades a identificar e tratar riscos operacionais, de forma a fortalecer o ambiente de controles internos.

4.5.1. Gestão de Riscos Estratégicos

Uma vez definidas as estratégias a serem implementadas no PPA, os riscos são avaliados considerando as variáveis identificadas no ambiente interno e externo que podem afetar a implementação das estratégias estabelecidas pelo SEBRAE/PI.

Inicialmente após análise do Mapa Estratégico do SEBRAE Piauí, bem como da Matriz de Riscos definida pelo SEBRAE Nacional, em uma ação conjunta da Unidade de Gestão Estratégica e Unidades Finalísticas, foi elaborada a matriz de Riscos Estratégicos do SEBRAE/PI. A cada proposição e/ou revisão do PPAE os riscos identificados na matriz são reavaliados considerando os aspectos impactantes na implementação das estratégias e sua probabilidade de ocorrência com a identificação de ações contingenciais de mitigação.

4.5.2. Gestão de Riscos Operacionais

No processo de gestão de riscos operacionais são utilizados controles internos. Estes controles são avaliados pela Unidade de Auditoria Interna em revisões de processo com a utilização da metodologia de auditoria com foco. Externamente os controles internos também são avaliados pela Auditoria Independente que emite a cada trimestre um relatório sobre análise de controles internos.

4.5.2.1. Atividades

- a) Controles eletrônicos de processos: implementados a partir de estudos e mapeamentos do Núcleo de Processos, tem como objetivo mitigar riscos de aquisições antieconômicas ou em desconformidade com os normativos;
- b) Revisão de conformidade nos processos: efetua-se a revisão em cartas contrato para instrutoria e consultoria.

4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

Compõe-se a Diretoria Executiva por 03 membros: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A forma e valores da remuneração dos dirigentes são estabelecidos no Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, que é o documento que rege as políticas e procedimentos relacionados à gestão de pessoas da instituição. O salário-base é fixado em um valor da tabela salarial e a ele é acrescido o valor de gratificação pelo exercício da função de confiança.

No exercício de 2017, o SEBRAE/PI não praticou nenhuma ação de remuneração variável.

Da mesma forma que os empregados, os dirigentes usufruem da cesta de benefícios praticada pela empresa, a qual é composta por auxílio médico-hospitalar, assistência odontológica, seguro de vida coletivo, auxílio alimentação e auxílio escola.

Anualmente, a remuneração dos dirigentes é reajustada. O período e percentual do reajuste são os mesmos concedidos para todos os demais empregados. Vários fatores definem o percentual do reajuste, tais como a inflação acumulada do período correspondente, pesquisa salarial no mercado e no sistema SEBRAE e a possibilidade orçamentária do Agente. Os valores de remuneração estabelecidos para os dirigentes, em 2017, foram os seguintes:

Tabela 28 – Remuneração de Membros da Diretoria Executiva em 2017

Diretoria	Salário Base		Gratificação		Total	
	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
Superintendência	15.528,15	51,86	14.413,32	48,14	29.941,47	100,00
Administrativo-Financeira	16.634,15	62,50	9.980,49	37,50	26.614,64	100,00
Técnica	15.528,15	58,34	11.086,49	41,65	26.614,64	100,00

Informamos ainda, que no âmbito do SEBRAE/PI não há remuneração para Conselheiros da instituição.

4.7 Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

O Sistema Sebrae possui os contratos listados abaixo para atendimento ao Conselho Deliberativo Nacional nos assuntos de auditoria e compliance.

Contrato 601/2017 - Maciel Auditores S/S

O contrato, oriundo do Pregão Presencial (processo licitatório) 25/2016, possui vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial.

Objeto do Contrato: trabalhos de auditoria contábil, com emissão de opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras em período anual, bem como revisões trimestrais, para as 27 unidades estaduais do Sistema Sebrae e o Sebrae Nacional.

Custo anual: até R\$ 3.449 mil.

Vigência: 13/07/2017 a 13/07/2018

Contrato 76/2015–Deloitte ToucheTohmatsu Consultores Ltda

O contrato, oriundo do Pregão Presencial (processo licitatório) 02/2015, possui vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial.

Objeto do Contrato: trabalhos visando a prevenção de riscos e a antecipação de medidas corretivas, bem como o auxílio na estruturação e padronização de um programa de integridade corporativa, para o Sebrae Nacional e as 27 unidades federativas.

Custo anual: até R\$ 6.322 mil.

Vigência: 04/03/2017 a 03/03/2018 (3º aditivo)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

5. Áreas Especiais da Gestão

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

O último documento do Conselho Deliberativo Estadual que autoriza o número de empregados do SEBRAE/PI é a Resolução CDE nº. 002.01/2010, que declara o número máximo de 150 empregados.

Dentro da limitação estabelecida, o exercício de 2017 foi concluído com 126 empregados de carreira entre Assistentes e Analistas, 03 Diretores e 05 Assessores indicados, totalizando 134 (cento e trinta e quatro) pessoas no quadro próprio. Além dessas, contamos com 01 empregado cedido do SEBRAE/NA, dessa forma, tivemos 135 colaboradores no período.

No período, houve 3 demissões de Assessores Indicados e 3 admissões respectivas para reposição. E ocorreu ainda 01 desligamento de empregado de carreira por motivo de seu falecimento.

No decorrer do ano, ocorreram alguns afastamentos superiores há 15 dias:

- 01 licença maternidade;
- 03 afastamentos temporários com suspensão de remuneração, solicitado pelos próprios empregados, por motivos pessoais.

A estrutura de carreira do SEBRAE/PI é composta pelos espaços ocupacionais: Assistente (níveis I e II) e Analista (I, II e III), além destes, existem as funções de confiança Assessor indicado e Diretor.

A distribuição das pessoas ficou como demonstrado a seguir:

Tabela 29 - Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional) e Funções

CARGO	QUANTIDADE	%
Assistente I	13	9,64%
Assistente II	12	8,89%
Analista Técnico I	60	44,44%
Analista Técnico II	39	28,89%
Analista Técnico III	2	1,48%
Assessor Indicado	5	3,70%
Diretor	3	2,22%
Cedido	1	0,74%
TOTAL	135	100,00%

Tabela 30 - Perfil de Escolaridade

NÍVEL ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Fundamental	6	4,44%
Médio	16	11,85%
Superior	37	27,41%
Pós-Graduação	66	48,89%
Mestrado	10	7,41%
TOTAL	135	100,00%

- Tabela 31 - Perfil de Idade

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
De 22 a 30	11	8,15%
De 31 a 40	31	22,96%
De 41 a 50	36	26,67%
De 51 a 60	38	28,15%
De 61 a 70	19	14,07%
TOTAL	135	100,00%

Tabela 32 - Lotação Física

Sede	104
Regionais	31
TOTAL	135

Tabela 33 - Lotação Finalidade

Área Fim	72
Área Meio	63
TOTAL	135

Tabela 34 - Funções Gratificadas

Grupo Direção	03
Empregados de Carreira	35
Cedido	1
TOTAL	39

Numericamente o quadro de pessoal praticamente permaneceu o mesmo em relação ao ano anterior. A variação no número de empregados em relação a 2017 foi apenas de 01 pessoa, em razão de falecimento. O *turnover* (índice de rotatividade de pessoal) ficou em 1,86%, como demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{total de admitidos no ano} + \text{total de demitidos no ano}}{2} \times 100$$

quadro de funcionários do ano anterior

Forma de cálculo:

$$\frac{(03 + 04)}{136} \times 100 = 2,5\%$$

$$\frac{2}{136}$$

Em 2017, o SEBRAE/PI executou o Projeto Desenvolvimento Profissional e Integral dos Colaboradores, com plano de ação, orçamento definido, ações, monitoramento e resultados. Sendo assim, tivemos a realização de ações de capacitação eficazes tanto para os colaboradores como para a instituição.

O plano de ação das atividades anuais de capacitação que são contempladas nesse projeto é concebido a partir destas referências:

- a) demanda da instituição pra a realização das ações (colaboradores alinhados à necessidade da organização),
- b) demanda de necessidades e sugestões apontadas nas avaliações de reação ao término de cada evento,
- c) questionário de Avaliação e Sugestões que é encaminhado para todos empregados no início de cada exercício.

Os investimentos realizados além de terem foco técnico-operacional têm também papel motivador, de reconhecimento, e propiciam a empregabilidade de seus colaboradores. Na medida em que os indivíduos treinados se sentem reconhecidos pela empresa e estão aptos em suas funções, conseguem ter uma melhor performance para alcançarem resultados mais complexos.

As ações educacionais levam em consideração os temas mais relevantes e demandados pelo público-alvo, e alinhadas aos objetivos estratégicos do SEBRAE/PI e também aos aspectos integrais do conhecimento das pessoas, tais como informações sobre Benefícios, Previdência Privada, Qualidade de Vida, ou seja, capacitar para o trabalho significa não só investir nas competências técnicas, mas também no bem estar integral das pessoas dentro e fora do ambiente de trabalho.

O valor total investido nas capacitações foi de R\$ 526.201,00 (quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e um reais), sendo R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), recurso próprio e 99.201,00 (noventa e nove reais, duzentos e um reais) do SEBRAE/NA. Considerando o total de recursos e o total de participações nas ações realizadas (704), temos uma média de investimento na ordem de R\$ 747,44 (setecentos, quarenta e sete reais, quarenta e quatro centavos) por participação em capacitação. No ano, foram realizadas 818 horas/aula.

A tabela 35 mostra as realizações do Plano de Capacitação dos Empregados do SEBRAE/PI e os respectivos quantitativos de participantes por ação realizada.

Tabela 35 – Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI em 2017

Evento/Atividade	Quantidade de Participações	Carga horária
Capacitação Técnica SGP	3	32
Forum de Gerentes Estaduais	22	12
Capacitação Atualização de Sistemas (oficinas)	53	20
Oficina de Vendas	18	8
Capacitação Método CIS	2	30
Oficina técnica operacional (Congresso das Cidades)	19	8
Participação dos empregados na Convenção Lojista do Piauí	50	8
Participação da UGP o Congresso de Gestão de Pessoas do Piauí	2	12
Capacitação Designer Think	2	8
Capacitação Novos Estagiários	22	4
Evento Dia do Estagiário	58	8
Fórum de Lideranças do Sistema Sebrae	13	38
Trilha do atendimento	44	40
Oficinas temáticas : Ambiente Produtivo	2	24
Capacitação Qualidade de Vida e Produtividade no Trabalho (SIPAT)	73	10
Workshop de Integração de Cadeias	62	20
Oficinas de Sustentabilidade	40	16
Capacitação Bootcamp – metodologia de gestão de empresas com foco em comportamento e competências	15	40
Capacitação e-social	2	8
Desenvolvimento de atividade de integração em Gestão de Pessoas e Rotinas de Pessoal	4	32
Congresso Nacional de Recursos Humanos	2	20
Capacitação específica para empregados da UGP (autodesenvolvimento)	2	32
Capacitação Secretárias	2	16
Oficina - Inadimplência nas MPE's	19	4
Capacitação específica para contadores	2	16
Capacitação específica da Assessoria Jurídica	2	16
Capacitação específica para Licitações e Compras	1	16
Capacitação específica para Auditoria Interna	2	16
Capacitação on line CIPA -(Comissão Interna de Acidentes de Trabalho)	7	20
Curso Metodologia PEP	2	16
Apoio a capacitação específica com auxílio educação	4	132
MBA - Gestão de MPE's para empregado	1	100
Capacitação Reforma Trabalhista	2	16
Líder Coach - 3ª. turma	4	16
Oficina - Análise de Contratação Direta e Estudos das Licitações por Entidade do Sistema S	28	16
Participação no Encontro DAF Nacional	1	12
Workshop de Integração e Avaliação 2017	120	8
Total	704	818

5.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Os custos associados a manutenção de Recursos Humanos totalizaram R\$ 19.984.857,45 (dezenove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), divididos nas seguintes rubricas:

Tabela 36 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Salários de Pessoal do Quadro Próprio	Ajuda de Custo	Gratificações	Enc. Sociais de Pessoal do Quadro Próprio	Salários e Enc. Sociais de Pessoal Requisitado	Indenizações	Benefícios	TOTAL
Exercícios	2017	11.526.657,02	29.068,66	1.299.873,72	2.494.875,05	366.190,61	41.387,44	4.226.804,95	19.984.857,45
	2016	10.620.450,48	43.840,93	1.079.900,21	3.761.438,09	328.439,66	17.314,07	4.045.898,38	19.897.281,82

Obs.: Em Salários de Pessoal do Quadro Próprio estão inclusas as despesas dos salários base, 13º. Salário e férias, de todos os empregados (de carreira, diretores e indicados).

5.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

No exercício em pauta, foi observado se havia acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos incompatíveis com o emprego exercido no SEBRAE/PIe se o empregado é proprietário, sócio ou gerente de empresa credenciada no SGC – Sistema de Gestão de Credenciados ou de empresa que é fornecedora do SEBRAE/PI de quaisquer bens ou serviços através de formulário com valor de Declaração, que é respondido por todos os empregados, sendo que não foram detectadas ocorrências.

Nesse ano, passamos a incluir nos Contratos de Trabalho, cláusula referindo-se a penalidades em situações de confirmação de ato de improbidade e cláusula sobre nepotismo.

De acordo com o dimensionamento de pessoal e CNAE, o SEBRAE/PI está desobrigado a manter formalmente uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - CIPA. No entanto, observou-se um risco devido à ausência de Designados da CIPA, o qual foi sanado com a designação de um responsável em cada Unidade Regional, mediante Portaria expedida pela Superintendência.

Os designados foram capacitados nos seguintes cursos:

- CIPA
- Primeiros Socorros
- Combate a Principio de Incêndio

Na questão de riscos trabalhistas, a gestão de pessoas procura trabalhar de forma preventiva nos cuidados com a saúde ocupacional de seus empregados.

Dessa forma, em 2017 foram realizadas algumas ações que estimulam a Qualidade de Vida no Trabalho, cujos objetivos são:

- a) Prevenir as doenças ocupacionais, (LER/DORT);
- b) Reduzir os problemas posturais;
- c) Aumentar a disposição física e mental para o trabalho;
- d) Reduzir o absenteísmo;
- e) Reduzir o estresse e o sedentarismo;
- f) Aumentar a capacidade de atenção e concentração
- g) Proporcionar bem estar e qualidade de vida no trabalho
- h) Aumentar a motivação, criatividade e interação entre os colaboradores e, conseqüentemente, a produtividade;
- i) Melhorar a imagem social da Organização.

As principais ações realizadas foram as seguintes:

- Orientação para educação corporal e educação alimentar: palestras e informativos sobre a saúde e nutrição, buscando o controle do peso corporal, o combate ao sedentarismo e a manutenção de hábitos saudáveis para corpo e mente.
- Aferição da pressão arterial: verificação da pressão arterial e do peso dos colaboradores, visando identificar prováveis doenças e, se for o caso, encaminhar para a medicina especializada.
- Demonstração de aparelhos especializados com o foco de combate ao Sedentarismo, Hipertensão, Cansaço Físico, Estresse, Tendinite e LER (Lesão por esforço repetitivo).

- SIPAT – Semana Interna de Prevenção em Acidentes de Trabalho, realizada uma vez ao ano, na Sede e em todas as regionais, com atividades diversas, dentre elas:
 - Palestra equilíbrio para uma vida saudável;
 - Bate papo alimentação saudável e funcional;
 - Oficina “Marmitas Saudáveis”;
 - Aferição da glicemia;
 - Aferição da pressão arterial, peso e circunferência abdominal;
 - Palestra sobre ergonomia e qualidade de vida;
 - Acupuntura direcionada para doenças ocupacionais;
 - Aferição da pressão arterial;
 - Ginástica laboral;
 - Roda de conversa sobre qualidade de vida e estresse;
 - Massagem relaxante expressa;
 - Caminhada matinal;
 - Roda de conversa sobre câncer de mama e de próstata;
 - Requisições para exames PSA e mamografia.

- PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional): visam identificar e tratar os perigos e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalhador quais nos apontam os riscos existentes e que devem ser tratados ao longo do ano. As dependências da empresa são vistoriadas e são observadas as condições físicas do local de trabalho, que podem causar prejuízos à saúde do trabalhador, para se façam as intervenções necessárias.

A eficiência das atividades é medida por indicadores, os quais são obtidos por meio de dados levantados em questionários respondidos pelos colaboradores. Os indicadores são os seguintes:

- **Índice de Massa Corporal Normal (IMCN):** é a medida do percentual de colaboradores que está dentro dos parâmetros ideais de peso para sua estatura, avaliada a partir do IMC (índice de massa corporal) de cada colaborador individualmente;
- **Índice de Dor (ID):** é a medida do percentual de colaboradores com manifestação de dor severa na coluna cervical/lombar, nas articulações de membros superiores (ombro, cotovelo, punho e dedos) e nas articulações de membros inferiores (quadril, joelho e tornozelo);
- **Índice de Atividade Física Regular (IAFR):** é a medida do percentual de colaboradores que praticam atividade física regular, pelo menos 3 vezes por semana;
- **Índice do Nível de Estresse (INE):** é a medida percentual do nível de estresse em que se encontram os colaboradores medidas por meio de um teste.

O levantamento dos Indicadores e sua série histórica se fazem importante para avaliarmos a eficácia do Programa e a necessidade de sua continuidade, conforme dados abaixo.

Segue abaixo a série histórica de cada indicador:

Gráfico 1 - Índice de Atividade Física Regular – IAFR

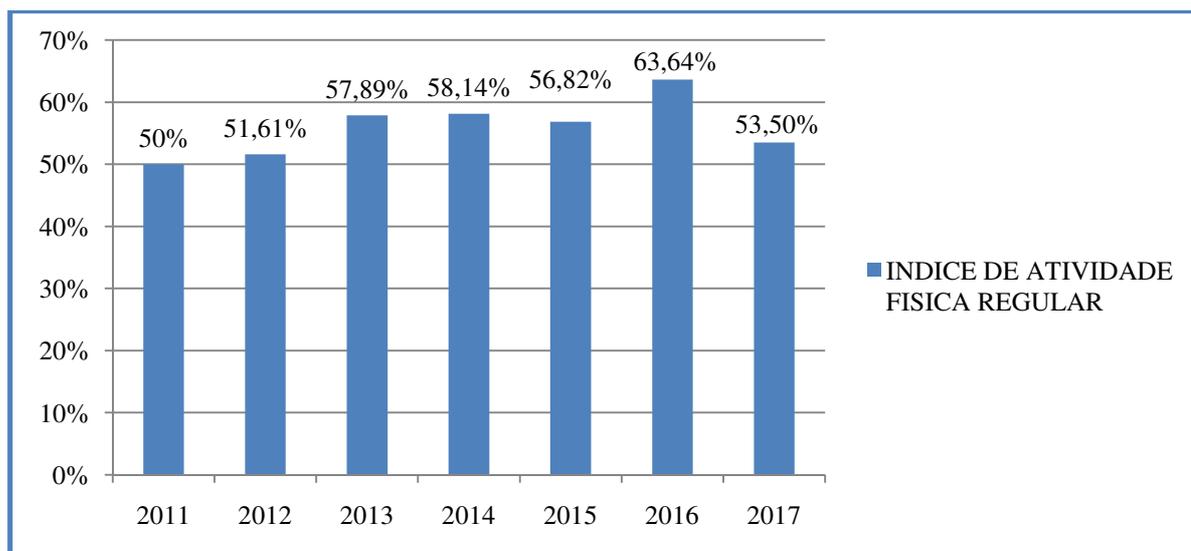


Gráfico 2 - Índice de Massa Corporal Normal - IMCN

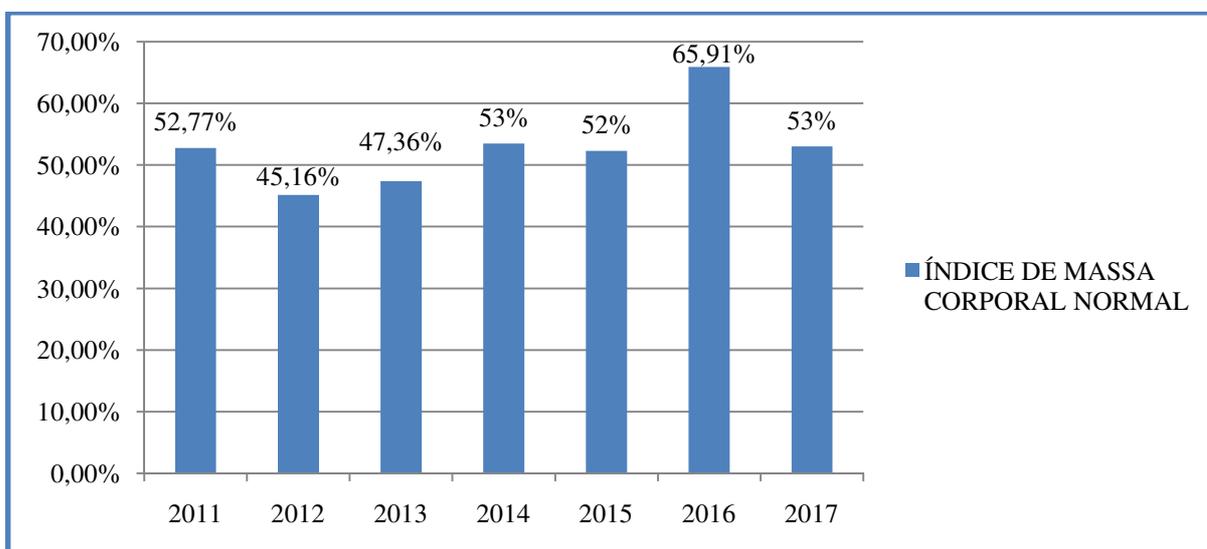


Gráfico 3 - Índice do Nível de Estresse- INE

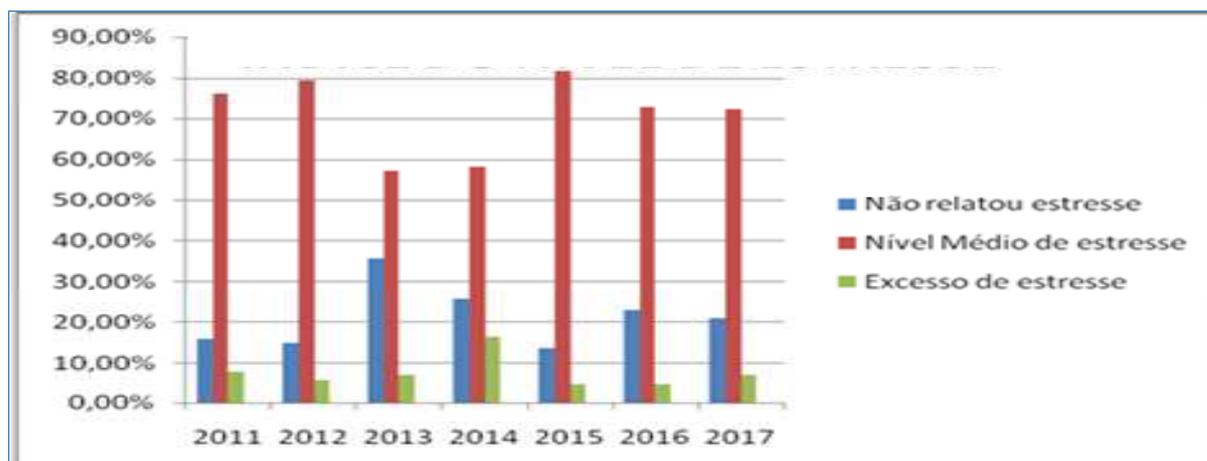
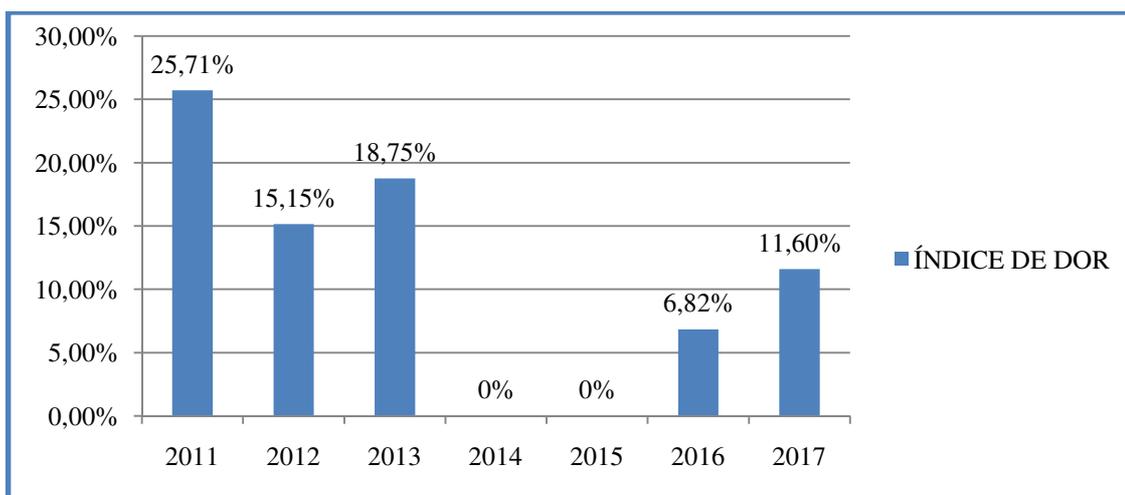


Gráfico 4 – Índice do DOR – ID



Observando os resultados medidos na série histórica, nota-se que todos os índices tiveram uma redução de qualidade, isto indica que o trabalho realizado para a qualidade de vida dos colaboradores do SEBRAE/PI, e conseqüentemente a produtividade no trabalho deve ser retomado como forma de minimizar riscos inerentes ao trabalho.

5.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A demonstração das informações apresentadas são relacionadas ao imobiliário próprio do SEBRAE/PI e não compõem a estrutura do Patrimônio Imobiliário da União.

Tabela 37 – Imobiliário Próprio

Endereço	Ano Aquisição	Destinação	Custo de aquisição	Valor de Mercado R\$ 1,00
Av. Campos Sales, 1046-centro, Teresina/PI	1994	Edificação sede própria	413.532	39.064.668
Rua Rui Barbosa, 762-centro, Teresina/PI	1995	Edificação Centro de Treinamento (*)	82.514	7.130.170
Rua Almirante Gervásio Sampaio, 767-centro, Parnaíba/PI	1996	Edificação Unidade Regional de Parnaíba	200.000	1.100.000
Rua Marcos Parente, 429-centro, Picos/PI	2008	Edificação Unidade Regional de Picos	434.529	880.000
Rua Simplício Mendes, 771-centro, Teresina/PI	2012	Estacionamento	500.000	597.550

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

(*) A construção do centro de treinamento foi iniciada no exercício de 2014 e sua conclusão ocorreu no mês de janeiro de 2017, conforme contrato nº 01/2014 e aditivo nº 022/2015 firmado com a ABM Engenharia, Construções e Incorporações Ltda. O mesmo encontra-se em funcionamento desde maio do ano de 2017.

A manutenção das instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias e de aparelhos de ar condicionados é feita com programação prévia e a mão de obra é contratada através de procedimento licitatório, com objetivo de realizar a manutenção preventiva, detectar possíveis

falhas, defeitos, etc., sempre no sentido de minimizar e/ou evitar custos desnecessários. Em 2017, o valor gasto com manutenção do Patrimônio Imobiliário foi da ordem de R\$ 532.064,00 (Quinhentos e trinta e dois mil, sessenta e quatro reais), 44% inferior ao valor gasto no exercício anterior.

A norma interna que tratará do Controle e Gestão do Patrimônio Imobiliário não teve seu processo de elaboração concluído no decorrer do exercício de 2017.

5.2.2 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O SEBRAE/PI, cumprindo o seu objetivo de ampliar e interiorizar cada vez mais as ações, a disseminação das informações e a qualidade do atendimento às Micro e Pequenas Empresas e aos MEI's – Microempreendedores Individuais necessitou realizar a renovação de contratos de locação de imóveis, visando a continuidade do funcionamento das Unidades Regionais de Floriano, da Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL em Teresina/PI e da Unidade Regional de Bom Jesus na cidade de Bom Jesus/PI, como também locações para funcionamento de estacionamentos no SEBRAE-Sede, além de lojas para exposição de produtos artesanais na cidade de Parnaíba/PI.

Tabela 38 - Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros

Contrato N°	Endereço	Destinação	Valor Anual da Locação	Unidade
CD 010/13 AD 011/14 e 007/15	Av. Eurípedes de Aguiar, 419-centro, Floriano/PI	Unidade Regional de Floriano	26.361,00	Floriano
CD 040/13 AD 024/15	Av. Eurípedes de Aguiar, 417-centro, Floriano/PI	Auditório da Unidade Reg. de Floriano	20.280,00	Floriano
CD 3388/03	Rua Tersandro Paz, 2635 - Piçarra, Teresina/PI	Depósito SEBRAE	69.992,00	Teresina-Sede
CD 030/16 AD 004/17	Rua Rui Barbosa com Av. Campos Sales – Centro, Teresina/PI	Estacionamento	60.000,00	Teresina-Sede
CD 035/14 AD 034/15	Av. Campos Sales, 1041/42 - centro, Teresina/PI	Estacionamento	64.532,00	Teresina-Sede
CD 001/16 AD 001/17	Rua Rui Barbosa, 805-Centro, Teresina/PI	Central Fácil de Atendimento	44.613,00	Teresina-Sede
044/15	Rua Maria Nogueira Diógenes s/n – Aeroporto	Unidade Regional de BOM JESUS	91.000,00	Bom Jesus
CD 006/17	Av. Senador Joaquim Pires, 1043- centro, Luiz Correia/PI	02(duas) lojas no Shopping Amarração	33.016,72	Parnaíba

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

O custo anual com o imóvel localizado à Rua Tersandro Paz, 2635 – Bairro Piçarra, em 2017 foi menor do que o custo do ano anterior em R\$ 24.523,00 (Vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais), tendo em vista que no exercício de 2016 foram pagas parcelas do aluguel do exercício de 2015.

O custo anual com o imóvel localizado à Rua Rui Barbosa com Av. Campos Sales-Centro, em 2017 foi maior do que o custo do ano anterior em R\$ 8.795,00 (Oito mil, setecentos e noventa e cinco reais), em razão de acréscimo de valor, devido a reajuste do aluguel.

O custo anual com o imóvel localizado à Rua Maria Nogueira Diógenes, S/N – Aeroporto, em 2017 foi maior do que o custo do ano anterior em R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), tendo em vista a parcelas do aluguel - exercício 2016, pagas no exercício de 2017.

O custo anual com o imóvel localizado à Av. Senador Joaquim Pires, 1043-centro, em 2017 foi maior do que o custo do ano anterior em R\$ 4.681,72 (Quatro mil, seiscentos oitenta e um reais e setenta e dois centavos), tendo em vista a reajuste de valor do aluguel + taxas de condomínio.

As despesas com reformas, transformações, manutenções com imóveis locados são contabilizadas como “Despesas Correntes” e assumidas pelo Locatário, sem nenhuma dedução do valor da locação, em conformidade com previsão contratual.

O custo total anual com locações de imóveis de terceiros, no exercício de 2017, foi da ordem de R\$ 409.794,72 (Quatrocentos e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos).

Com objetivo de disciplinar as contratações das locações mencionadas foi implantada a Instrução Normativa nº 003/14-DIREX de 16.04.2014, com objetivo de estabelecer diretrizes para a contratação e/ou renovação de serviços de locações de imóveis de terceiros.

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI PDTI, apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/PI foi elaborado com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do SEBRAE/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento. A aplicação do PDTI permitiu uma evolução tecnológica, melhoria no atendimento e transparência na Gestão do Sebrae/PI.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do SEBRAE/PI;
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio;
- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado;
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância;
- Especificação técnica detalhada;
- Garantia e Suporte;
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do SEBRAE/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Aperfeiçoamento da Rede MPLS/WAN, Implantação da Solução de Aceleração e Performance WAN, Expansão do Acesso LAN/WAN, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Filtro de Conteúdo Web, Expansão da Rede Wireless, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing, Automação de Processos, Migração da Solução de Banco de Dados, Prospecção e Implantação de Soluções de TIC e Processos para atendimento ao cliente e Gestão Interna.

O SEBRAE/PI ainda não possui Comitê Gestor de TI.

Quadro 16 - Principais Sistemas de Informação Existentes

Sistema	Descrição	Funcionalidades	Resp. Técnico	Resp. Negócio	Criticidade
Siacweb	Sistema Integrado de Atendimento	Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações.	Mauro Portela	Carla Nobre	Alta
TOTVs RM	Sistema de Gestão Administrativa	Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas	Mauro Portela	Diogo Chaves/Valéria Moraes/Marilda Moita/Pádua Evelim	Alta
GED SeSuite	Sistema de GED/Workflow	Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow.	Diana Moraes	Diana Moraes	Alta
SGE	Sistema de Gestão Estratégica	Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos.	SEBRAE Nacional	Carlos Jorge	Alta
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico	Sistema de Acompanhamento de Métricas Nacionais.	SEBRAE Nacional	Carlos Jorge	Média
Service Desk	Sistema de Atendimentos de TI.	Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI.	Mauro Portela	Juliana Lira	Baixa
SGC	Sistema de Gestão de Credenciados	Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no SEBRAE.	SEBRAE Nacional	Rafael Fernandes Machado Oliveira	Alta
Conexão Sebrae	Portal Corporativo	Ferramenta de portal Corporativo que permite a melhoria da comunicação interna, assim como o compartilhamento de informações Sebrae Piauí e Sebrae Nacional.	Sebrae Nacional	Diana Moraes	Baixa

Quadro 17 - Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas 2017

Data	Evento
15 a 19/05	Fórum de Lideranças do Sistema Sebrae 2017.
29/05 a 02/06	Treinamento em Solução de Segurança – Firewall Fortigate
27 e 28/06	Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria.
07 e 08/11	IT Fórum Expo.
21 e 22/11	Análise de Contratação Direta e Estudos das Licitações por Entidades do Sistema S.

A força de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação é composta conforme especificado abaixo:

Quadro 18 - Força de Trabalho

Descrição	Quantidade
Empregados – Carreira de TI	03
Empregados – Administração	01
Terceirizado	01
Estagiários	04

Os principais processos de gerenciamento de serviços de TI são os seguintes:

- Atendimento ao Usuário e administração de Software e Hardware – gestão de atendimentos de TI aos usuários internos através de sistema de Service Desk (de acordo com metodologia ITIL) e realização de inventário de ativos de TI e Gestão do Parque tecnológico.
- Sistemas Corporativos e Banco de Dados – Administração de todos os sistemas corporativos do SEBRAE/PI, em servidores locais, remotos, virtualizados ou físicos, e banco de dados MS SQL Server.
- Serviços de Rede e Telecomunicação – Administração de Redes e Telecom, links MPLS e ADSL, rede local, rede WAN, Rede Wireless, proteção de perímetro – firewall, balanceador e otimizador WAN.
- Gestão de Segurança da Informação - Implantação da Política de Segurança da Informação através de regras de uso das soluções de TIC, assim como implantação de soluções de EndPoint Security (antivírus, antispam, filtro de conteúdo web, etc.)
- Governança de TI - Novas Soluções/Auditoria/Gestão de Projetos – Planejamento e implantação de novas soluções e projetos de TI, sempre de acordo com o planejamento estratégico do SEBRAE/PI.
- Gestão de Mudanças de Tecnologia da Informação – Processo BPM implantado para gestão de mudanças.
- Automação de Processos – Processos automatizados e implantados através de ferramenta de Gestão de Processos/Workflow.
- Apoio na realização de Eventos promovidos pelo Sebrae/PI.

Dentro do Planejamento Plurianual do SEBRAE/PI, durante o ano de 2017 foram desenvolvidos os projetos de Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão do Núcleo de Processos e Gestão que apresentaram os seguintes marcos.

Resultados:

- Melhoria dos Controles de Governança de TI.
- Manutenção Evolutiva e corretiva dos Sistemas Corporativos.
- Implantação do Sistema de Gestão de Eventos e Loja Online.
- Administração e Evolução do Parque Tecnológico do SEBRAE/PI.
- Melhoria e Automatização de Controles e Processos Administrativos.

Alinhamento com o Planejamento: Alinhado ao Objetivo Estratégico local e do Sistema SEBRAE “R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes”.

Soluções implantadas de acordo com o PDTI vigente.

- Valor Orçado: R\$ 850.000,00
- Valor Executado: R\$ 839.123,87
- Execução realizada de janeiro a dezembro/2017.

Com a intenção de mitigar dependência tecnológica de terceirizados, são adotadas as seguintes medidas:

- Toda a gestão de contratos e projetos é feita por empregados do SEBRAE/PI;
- Todas as soluções de TI adquiridas têm o repasse da tecnologia utilizada para técnicos que fazem parte do quadro de empregados do SEBRAE/PI.
- Em contrato para uso de licença de software existe cláusula informando de, em caso de falência de fornecedor, o código fonte deve ser transferido para o SEBRAE/PI.
- Cumprimento da Política de Segurança da Informação do SEBRAE/PI.

5.3.1 Principais Sistemas de Informações

Os sistemas de informações do SEBRAE/PI são homologados pela Unidade de Tecnologia da Informação e Processos e são implantados de forma a obter um ganho de produtividade nas ações, assim como auxiliar nas tomadas de decisões.

Alguns sistemas são implantados por iniciativa local e outros são utilizados de forma sistêmica no Sistema SEBRAE.

Todos os sistemas em produção possuem uma gestão direta ou indireta pelo SEBRAE/PI e são implantados e administrados observando sempre o cumprimento de normas que garantam a integridade, segurança, confidencialidade e confiabilidade das informações.

Dessa forma, os sistemas são homologados e seu uso é definido e regulamentado na Política de Segurança da Informação do SEBRAE/PI.

Os sistemas já possuem interface com tecnologia web, facilitando assim sua mobilidade e formas de acesso, assim como os novos sistemas são implantados vislumbrando a integração entre os sistemas, e sempre buscando automatizar cada vez mais os fluxos de trabalho.

Os principais sistemas de informações do SEBRAE/PI são os seguintes:

- Siacweb/SAS - Sistema Integrado de Atendimento SEBRAE: Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações;
- TOTVs RM - Sistema de Gestão administrativa: Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas;
- GED – SeSuite: Sistema de GED/Workflow Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow;
- SGE - Sistema de Gestão Estratégica: Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos;
- SME - Sistema de Monitoramento Estratégico: Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais;
- Service Desk (UTIP Atende) - Sistema de Atendimentos de TI: Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI;
- SGC - Sistema de Gestão de Credenciados: Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no SEBRAE.
- Conexão Sebrae – Portal Corporativo do Sebrae Piauí.

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/PI foi elaborado com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do SEBRAE/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento. A sua elaboração foi realizada através do levantamento de informações por meio de entrevistas com colaboradores, apresentações, análise de documentação, análise do ambiente atual, discussões técnicas e de líderes, assim como a integração do PDTI com o Planejamento Plurianual do SEBRAE/PI.

A elaboração do PDTI é justificada através dos seguintes fatores:

- Identificar as necessidades de TIC do SEBRAE/PI, alinhada aos seus objetivos estratégicos;
- Focar esforços em ações nas quais os benefícios são maiores ou onde há necessidade;
- Aproveitar melhor os recursos disponíveis;
- Aumentar a inteligência organizacional por meio de aprendizado, revisão e análise contínua do planejamento.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do SEBRAE/PI;
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio;
- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado;
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância;
- Especificação técnica detalhada;
- Garantia e Suporte;
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do SEBRAE/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Aperfeiçoamento da Rede MPLS/WAN, Implantação da Solução de Aceleração e Performance WAN, Expansão do Acesso LAN/WAN, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Filtro de Conteúdo Web, Expansão da Rede Wireless, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing, Automação de Processos, Migração da Solução de Banco de Dados, Prospecção e implantação de soluções de TIC e processos para atendimento ao cliente e Gestão Interna.

Dentre as soluções destacadas acima, no ano de 2017 foram principalmente trabalhadas as seguintes:

- Aperfeiçoamento de Rede MPLS/WAN – Modernização de todos os links de acesso aos Escritórios Regionais, com tecnologia mais avançada(MPLS) no sentido de melhorar a conexão dos equipamentos e serviços integrados entre a Sede e Escritórios Regionais, assim como garantir a segurança da comunicação estabelecida;
- Aceleração e Performance WAN – Implantação de solução para melhoria de performance da Rede WAN, otimizando os recursos existentes (links), gerando impacto positivo no desempenho da rede de dados, assim como redução de custos na expansão de novos links;
- Storage e Backup – Configuração otimizada de uso de Solução segura e expansível para armazenamento de dados;
- Expansão da Rede Wireless – Expansão e otimização da Solução de Rede Wireless.
- Sistemas de Informação – Aperfeiçoamento do sistema de GED/Workflow e implantação de Sistema de Gestão de Eventos e Loja Online.
- Mapeamento, otimização e automação dos processos administrativos considerados críticos no período;
- Implantação de nova interface do Sistema de Atendimento SAS – Sistema de Atendimento SEBRAE.
- Banco de Dados – Migração para uma melhor solução de hardware e software para Gerenciamento de Banco de Dados MS SQL Server.
- Implantação de nova solução de Comunicação Corporativa/Portal Corporativo – Conexão Sebrae.
- Disponibilização de solução de Apoio ao Atendimento do Sebrae/PI – Sebrae Orientador Empresarial.

Dentro da execução do PDTI/PPA, houve o apoio da UTIP em eventos realizados pelo Sebrae/P8I, tais como, Congresso das Cidades, Semana Nacional do Crédito, dentre outros.

A UTIP também atuou fortemente no planejamento e execução de projetos de equipamentos e serviços de TIC (cabearamento estruturado, rede wireless, reestruturação do parque tecnológico, links de acesso à rede corporativa e internet, etc.) para o funcionamento do novo Centro de Capacitação Empresarial do Sebrae/PI e nova Sede do Escritório Regional de Parnaíba.

Durante a execução do PDTI/PPA, é trabalhada pela UTIP uma tabela de projetos, onde as ações são identificadas levando em consideração suas respectivas prioridades, complexidade e valores de investimento. Durante o ano de 2017, houve a execução de 98,5% das ações e recursos orçamentários planejados pela UTIP para o período.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O SEBRAE/PI não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública. Contudo a partir de outubro de 2016 iniciou o Programa “Gestão Sustentável – Com a Prática vem a Excelência” através do qual vem implementando ações como:

- Integração/sensibilização dos funcionários;
- Reciclagem;
- Combate ao desperdício;
- Voluntariado social;
- Política de doação;

As ações realizadas em 2017 consistiram em:

- Realização oficinas de Sustentabilidade sobre os temas responsabilidade social e combate ao desperdício nas Unidades Regionais;
- Continuidade da campanha para arrecadação de livros através do Projeto Fome de Leitura doados para comunidades carentes do entorno do Parque Lagoas do Norte em Teresina.

O recolhimento dos Resíduos gerados pelo SEBRAE - Sede e a Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL é realizado da seguinte forma: são distribuídos “kits” nos diversos pontos estratégicos, identificados como pontos de maior fluxo de “clientes”, como é o caso de corredores, pátios, sem se falar noutros pontos fixos naturais como banheiros e salas de uso geral.

Os “kits” são depósitos, que dispostos individualmente sobre o piso ou agrupados colado na parede através de suporte, abrange a 05 (cinco) tipos de resíduos caracterizados como “papel, vidro, metal, plástico e orgânico”.

Os procedimentos para recolher estes resíduos, consiste em: os colaboradores que fazem essa coleta, passam pelo menos 03 (três) vezes nos pontos dos depósitos, fazendo a coleta, observando suas características para seus devidos destinos e adequação de descartes. Os resíduos são doados para a ONG “MOVIMENTO EMAÚS TRAPEIROS DE TERESINA” – CNPJ N° 027.718.366/0001-26, à Rua Jenipapo n° 2399, Loteamento Sol Nascente – Teresina/PI.

5.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Embora o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores não tenha sido executado em 2017, os procedimentos adotados continuam seguindo os critérios aplicados pelo referido programa, ou seja, eficiência e produtividade, pontualidade nas entregas, menos desperdício e respeito aos critérios de sustentabilidade.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

6. Relacionamento com a Sociedade

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

O atendimento do SEBRAE/PI ao cidadão e às instituições públicas e privadas se deu por meio da disponibilização de vários canais de comunicação entre a instituição e a sociedade, tais como o portal de internet do SEBRAE Piauí (<http://www.sebrae.com.br/uf/piaui>) por intermédio da ferramenta fale conosco (com mensagem direcionada para ser respondida pela Unidade de Atendimento Individual e Mercado). O portal tem caráter informativo e de relacionamento, guardando semelhança com o Sistema SEBRAE, neste canal são publicadas informações que são de interesse do público, se constituindo em um dos principais canais de comunicação com a sociedade e os clientes SEBRAE.

O portal do SEBRAE/PI oferece as condições necessárias e suficientes para integrar o Sistema numa única plataforma, visando facilitar o acesso aos conteúdos necessários no mesmo ambiente. A sociedade poderá acessar todos os sites do Sistema, e navegar entre eles, através de um ambiente unificado. O site é divulgado em todas as peças publicitárias desenvolvidas pela instituição.

O SEBRAE/PI também recebe manifestação da sociedade através das mídias sociais: *Facebook* (desde 2011), *Twitter* (d_2011), além dos Sistemas de Ouvidoria (<http://www.ouvidoria.sebrae.com.br>), Agência SEBRAE de Notícias (ASN)(d_2008) e demais programas de atendimento (ALI, Negócio a Negócio, SEBRAETEC,...) e *Instagram* (d_2015).

As mídias sociais: Facebook (www.facebook.com/sebraepiaui) e o Twitter (@pi_sebrae) são utilizados por determinação do SEBRAE/NA, que estimula os SEBRAE UF a utilizar as mídias sociais como canal de relacionamento com a sociedade e os clientes SEBRAE. Esses perfis são divulgados tanto no portal institucional, na assinatura eletrônica de todos os e-mails corporativos, bem como, na Agência SEBRAE de Notícias (ASN) e ainda por meio de links patrocinados (publicidades nas redes sociais). O *Facebook* e o *Twitter* foram escolhidos por serem amplamente divulgados como as mídias mais abrangentes, sendo que - no ano em que foi criada a conta institucional – ambos já possuíam uma média de 6 milhões de usuários brasileiros; sendo, ainda, considerados por especialistas como mídias sociais primordiais para a estratégia de empresas no que se refere a relacionamento com a sociedade. No *Twitter* são publicados diariamente – de segunda a sexta-feira – posts relacionados às matérias veiculadas na ASN (<http://www.pi.agenciasebrae.com.br/>); também são publicados *posts* avulsos de outros assuntos de interesse do público - tendo em vista que o *Twitter* é uma rede de informação, o conteúdo que é inserido neste canal inclui notícias com caráter mais factual, serviços, eventos (agenda macro), resultados de pesquisas e matérias da Agência SEBRAE de Notícias.

Em 2017, foi implantado o sistema de Loja On Line do Sebrae Piauí com o principal objetivo de proporcionar um novo Canal Digital de Atendimento ao Cliente, visto que através da internet ele pode realizar as principais atividades referentes ao acesso (inscrições, pagamento e certificação) às capacitações e eventos sem precisar estar fisicamente no Sebrae Piauí, através do link: <http://www.atendimento.pi.sebrae.com.br/eventoscursos/>

As funcionalidades já disponíveis no sistema são: divulgação na web dos eventos e capacitações, inscrições e pagamento online, avaliação e emissão de certificados online para cursos, palestras, seminários e quaisquer outros eventos que o Sebrae Piauí promove.

Com essa solução, o Sebrae permite uma maior visibilidade aos seus produtos, registros de atividades e informações do cliente no ambiente digital, possibilitando assim a construção de estratégias de atendimento e melhoria no relacionamento. E através da integração de sistemas, independente de onde o cliente esteja (remoto ou fisicamente).

O monitoramento dos canais de comunicação do SEBRAE/PI é realizado com base nos relatórios verificados a partir das visualizações e comentários dos usuários. A equipe, depois de analisar os questionamentos, encaminha às Unidades Finalísticas para as tratativas operacionais das manifestações e retorna ao cliente com a devida resposta.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e desvinculado da entidade da administração pública, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto, não está sujeito ao regramento.

6.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e desvinculado da entidade da administração pública, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários é realizada pelo SEBRAE/NA através de pesquisa cuja metodologia utilizada consiste na aplicação de um questionário estruturado, por telefone, junto a uma amostra de empresários(as) clientes e não clientes dos bancos de dados fornecidos pelo SEBRAE/UF. O instrumento de coleta é composto por perguntas fechadas, e também por algumas indagações semiabertas e abertas, que permitiam aos entrevistados expressarem livremente as suas opiniões sobre os quesitos analisados.

São mensurados aspectos como a satisfação, aplicabilidade e a efetividade de sua atuação, bem como utiliza também o conceito NPS para mensurar o grau de indicação do SEBRAE pelo cliente como forma mais acurada de conhecer o prestígio de um produto/serviço. Em 2017, a aferição destes indicadores relativos ao SEBRAE/PI apresentou os seguintes resultados: Satisfação (9,3), Aplicabilidade (8,7), Efetividade (9,1) e NPS (83,3%).

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso as informações referentes a atuação da instituição, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, a exemplo do relatório de gestão, pode ser encontrado no endereço <http://www.pi.sebrae.com.br/>, na aba “Sobre o SEBRAE do Piauí” no campo transparência.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

7. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As Tabelas 32 e 33 apresentam respectivamente a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial do SEBRAE/PI com a comparação entre 2016 e 2017 demonstrada em seus itens mais representativos. A estrutura apresentada esta de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09.

Os dados foram obtidos do balancete contábil que foi oferecido para apreciação da Auditoria Externa.

Tabela 39 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -DRE- Valores em R\$ 1.000							
RECEITAS	EXECUÇÃO			DESPESAS	EXECUÇÃO		
	2016	2017	% Variação (c/b)		2016	2017	% Variação (c/b)
Contribuição Social Ordinária - CSO	38.635	40.655	5,2%	Pessoal, Encargos e Benefícios	19.897	19.985	0,4%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	9.162	13.037	42,2%	Serviços Profissionais e Contratados	18.969	19.327	1,8%
Convênios com Parceiros	104	10	-90,3%	Demais Despesas Operacionais	8.210	8.133	-0,9%
Convênios com o SEBRAE/NA	-	-	-	Encargos Diversos	571	416	-27,1%
Aplicações Financeiras	1.797	1.092	-39,2%	Transferências para Parceiros	1.020	1.020	-
Empresas Beneficiadas/Outras	1.764	2.066	17,1%	Diversas Não Orçamentárias	1.933	3.771	95,0%
Diversas Não Orçamentárias	1.403	1.147	-18,2%				
SOMA	52.865	58.007	9,7%	SOMA	50.600	52.652	4,0%
Resultado Déficit Patrimonial	-	-	-	Resultado Superávit Patrimonial	2.265	5.355	136,4%
SOMA	52.865	58.007	9,7%	SOMA	52.865	58.007	9,7%

Fonte: Contabilidade

Observação:

Receita não orçamentária: variações monetárias ativas; receita na reversão de outras contingências, receitas de exercícios anteriores.

Despesas não orçamentárias: despesas com provisões, depreciação e amortização, e variações monetárias passivas

Tabela 40 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM R\$ 1.000							
ATIVO	EXECUÇÃO			PASSIVO	EXECUÇÃO		
	2016	2017	% Variação (c/b)		2016	2017	% Variação (c/b)
Circulante	12.489	17.654	41,4%	Circulante	7.535	7.240	-3,9%
Não Circulante	29.320	32.155	9,7%	Não Circulante	15.700	18.640	18,7%
Realizável de longo Prazo	12.574	15.943	26,8%	Patrimônio Líquido	18.574	23.929	28,8%
Investimentos	-	-	-				
Imobilizado	16.746	16.212	-3,2%				
Intangível	-	-	-				
Total	41.809	49.809	19,1%	Total	41.809	49.809	19,1%

Fonte: Contabilidade

A seguir são justificadas as variações ocorridas no Balanço Patrimonial superiores a 15%.

Ativo Circulante: variação de 41,4%, motivada pelo aumento no saldo das contas contribuição social a receber do Sebrae Nacional, sendo CSN a receber em 2017 R\$ 925 (em 2016 R\$ 265) e CSO a receber em 2017 R\$ 6.398 (em 2016 R\$ 2.109).

Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo: variação de 26,8%, motivada pelo aumento no saldo das contas depósitos judiciais relativo ao processo nº 2008.4000.003027-3 Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a desoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária relativa INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados - PF - Parte Empregador.

Diminuição no valor a compensar referente à causa judicial, transitada em julgado, em favor do SEBRAE/ PI, junto à Receita Federal relativa às contribuições previdenciárias feitas com base no art. 22 da Lei n. 8212/91, referente ao recolhimento de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços próprios, relativos a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e sobre o adicional de um terço constitucional de férias dos funcionários. A apelação cível n. 2009.40.00.001357-9/PI de numeração 0001333-35.2009.4.01.4000 e nº 2008.40.00.003811-3 foi aceita e transitada em julgado, dando direito ao SEBRAE/ PI de utilizar este crédito por meio de compensação diretamente na GFIP/SEFIP para competências vincendas.

Passivo Não Circulante: variação 18,7% - Esta variação corresponde aos depósitos judiciais já mencionado acima no Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo e pelas amortizações dos recursos de empréstimos recebidos do SEBRAE Nacional com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão CDN nº 261/2011 e Resolução DIREX nº 2.016/11 SEBRAE Nacional.

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, publicada pela Resolução CFC nº 2015/NBCTG27 (R3), sendo que o objetivo desta Norma é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade – Resolução CFC nº 2015/NBCT27(R3) que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, informamos que:

a) Imobilizado – Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo

b) Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50% levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Avaliação e mensuração dos ativos e passivos

a) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo: os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos, são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis: recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data da apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

7.3 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O SEBRAE/PI procura manter compatibilidade conceitual das receitas e despesas orçamentárias com as contábeis ao utilizar o mesmo regime de competência contábil para as despesas e receitas correntes orçamentárias. Nesse sentido, o Sistema de Orçamento é utilizado como Sistema de Custos ao adotar o regime de competência para apurar o custo direto de projetos.

Para o custo de pessoal e o custo administrativo, o SEBRAE Nacional desenvolveu regras próprias, definidas na seção 16 da Instrução Normativa de Execução Orçamentária e Financeira IN/37, como opção para utilização pelos SEBRAE/UF e Unidades do SEBRAE/NA.

Dessa forma, a sistemática de apuração de custos é aplicada a cada projeto, considerando os seguintes itens:

- a) Serviços especializados
- b) Despesas com viagens
- c) Serviços gráficos e de reprodução
- d) Materiais de consumo
- e) Demais custos e despesas gerais
- f) Despesas financeiras
- g) Custo com recursos humanos

- h) Custo com Suporte operacional
- i) Custo administrativo

7.4 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2017 o SEBRAE/PI não foi notificado sobre deliberações feitas pelo TCU em acórdãos que resultassem em determinações ou recomendações. Adicionalmente informamos que não existem Deliberações do TCU, oriundas de exercícios anteriores, pendentes de atendimento.

A tratativa de eventuais deliberações junto ao TCU é feita pela Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI com assessoramento da Unidade de Auditoria Interna.

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2017 o SEBRAE/PI não recebeu recomendações feitas pelo seu Órgão de Controle Interno.

Para o efetivo acompanhamento das recomendações do Órgão de Controle Interno o SEBRAE/PI conta a Unidade de Auditoria Interna que é designada para receber os relatórios e articular junto às áreas envolvidas as ações necessárias para que sejam elaborados planos de ação. Após aprovação do plano de ação pela Diretoria o mesmo é inserido no sistema informatizado de acompanhamento (Teamaudit), até a efetiva conclusão das ações.

8.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

No exercício de 2017 não foram identificadas situações que demandassem adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário ou situações que viessem a demandar a instauração de tomada de contas especial.

O SEBRAE/PI possui na Unidade de Auditoria Interna equipe composta por um Gerente e um analista, dotados de recursos suficientes para tratar tais questões. A Unidade possui o auxílio da Assessoria Jurídica do SEBRAE/PI, para eventuais ocorrências. A Assessoria Jurídica conta com 02 Advogados em seus quadros.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O SEBRAE/PI, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos e desvinculado da entidade da administração pública, não se sujeita à Lei 8.666/1993, possuindo regulamento próprio de licitações e contratos. Portanto, o referido item não se aplica ao Relatório de Gestão do SEBRAE/PI.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

9. Anexos e Apêndices

9 ANEXOS

- Aprovação Relatório Gestão CDE
- Parecer Conselho Fiscal
- Parecer Auditoria Independente
- Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial



RESOLUÇÃO CDE nº 001/2018

“Aprova Relatório de Gestão contendo a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2017”.

O Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 21, inciso I, combinado com o art. 13, inciso XI, do Estatuto Social em vigor e,

CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Fiscal datado de 19 de fevereiro de 2018, que recomenda a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2017 por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI,

CONSIDERANDO que a matéria foi discutida, votada e aprovada pela unanimidade dos Senhores Conselheiros presentes à 160ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI, realizada nesta data,

RESOLVE:

- I) Aprovar a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2017, constante das seguintes peças: Relatório de Gestão Anual; Balanço Patrimonial; Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstrativo de Resultados do Exercício; Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial Comparado; Balanço Financeiro; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Parecer da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

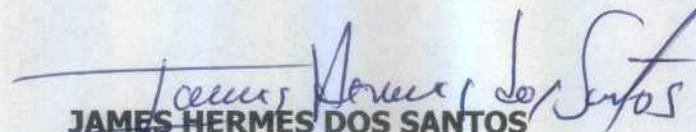
Teresina, 28 de fevereiro de 2018

EVANDRO COSME SOARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal do SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí, fundamentados no Relatório da empresa de Auditoria Maciel Auditores, datado de 19 de janeiro de 2018, procederam o exame e verificação dos Balanços Patrimoniais, Financeiro e Orçamentário em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das Mutações do Patrimônio líquido, e dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outra informações elucidativas, constando tudo em perfeita ordem, razão pela qual recomendam a sua aprovação por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI.

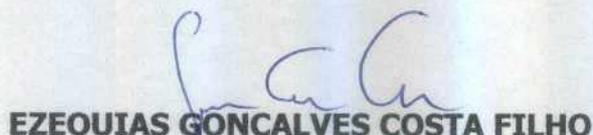
Teresina, 19 de fevereiro de 2018



JAMES HERMES DOS SANTOS
Presidente em exercício



PEDRO DE OLIVEIRA BARBOSA
Membro Efetivo



EZEQUIAS GONÇALVES COSTA FILHO
Membro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí– SEBRAE/PI
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí– SEBRAE/PI (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí– SEBRAE/PI em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de fevereiro de 2017 sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

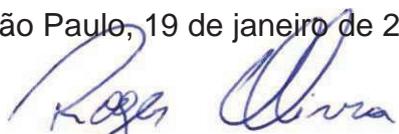
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

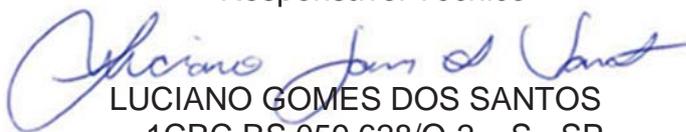
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de janeiro de 2018



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” –SP
Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP
Responsável Técnico

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

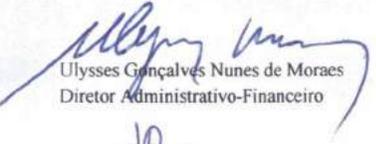
(Em milhares de Reais)

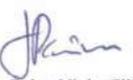
Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.156	1.973	Remunerações e Encargos	11	413	406
Aplicações financeiras	5	-	6.982	Obrigações tributárias	12	499	539
Créditos a receber	6	133	159	Contas a pagar	13	479	748
Adiantamentos concedidos	-	221	282	Obrigações trabalhistas	14	1.882	1.790
Convênios e acordos a executar	7	510	-	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	3.967	4.052
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	7.323	2.374				
Outros créditos	8	311	719				
Total do ativo circulante		17.654	12.489	Total do passivo circulante		7.240	7.535
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos realizáveis	15	15.943	12.574	Provisões	15	16.205	12.522
Imobilizado	10	16.212	16.746	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	2.435	3.178
Total do ativo não circulante		32.155	29.320	Total do passivo não circulante		18.640	15.700
				Total do passivo exigível		25.880	23.235
				Patrimônio líquido	16		
				Superávits acumulados		14.476	12.109
				Superávit do exercício		5.355	2.265
				Ajustes de avaliação patrimonial		4.098	4.200
				Total do patrimônio líquido		23.929	18.574
Total do ativo		49.809	41.809	Total do passivo e patrimônio líquido		49.809	41.809

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis do exercício


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

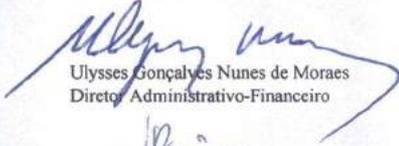
(Em milhares de Reais)

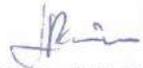
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas			
Receitas com contribuição social (CSO)	17	40.655	38.635
Receitas com contribuição social do Sebrae Nacional (CSN)	17	13.037	9.162
Receitas de empresas beneficiadas	18	2.005	1.389
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	-	10	104
Outras receitas operacionais	19	61	375
Total das Receitas		55.768	49.665
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(19.985)	(19.897)
Serviços profissionais e contratados	21	(19.327)	(18.968)
Custos e despesas de operacionalização	22	(8.133)	(8.210)
Encargos diversos	-	(376)	(518)
Despesas com transferências e com programas e convênios	23	(1.020)	(1.020)
Despesas com provisões	24	(1.615)	(18)
Depreciação e amortização	-	(953)	(810)
Outras despesas operacionais		-	-
Total de Despesas		(51.409)	(49.441)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		4.359	224
Receitas financeiras		2.239	3.200
Despesas financeiras		(1.243)	(1.159)
Resultado Financeiro Líquido (receitas financeiras/variações)	25	996	2.041
Superávit do exercício		5.355	2.265

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis do exercício.


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

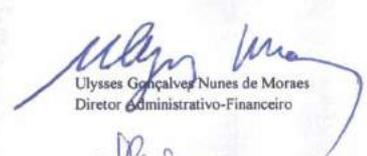
(Em milhares de Reais)

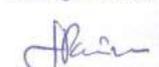
	31/12/2017	31/12/2016
Superávit do exercício	<u>5.355</u>	<u>2.265</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.355</u>	<u>2.265</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis do exercício.


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente


Deiano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

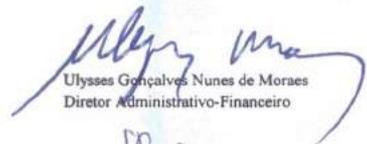
(Em milhares de Reais)

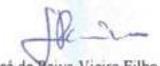
	Superávit acumulado	Ajustes de avaliações patrimoniais	Total Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.008	4.301	16.309
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101	(101)	-
Superávit do exercício	<u>2.265</u>	<u>-</u>	<u>2.265</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.374	4.200	18.574
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101	(101)	-
Superávit do exercício	<u>5.355</u>	<u>-</u>	<u>5.355</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>19.830</u>	<u>4.099</u>	<u>23.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis do exercício.


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

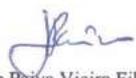
	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	5.355	2.265
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	953	809
Provisão para perdas com clientes	-	1
Provisões não circulantes	3.683	3.512
Rendimentos de aplicações financeiras não realizadas	-	(1.420)
	<u>9.991</u>	<u>5.167</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Aplicações financeiras	6.982	-
Crédito a receber	26	(31)
Numerários vinculados a convênios e programas	(510)	-
Adiantamentos concedidos	61	(53)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(4.949)	(1.576)
Outros créditos circulantes	408	591
Depósitos realizáveis a longo prazo	(3.369)	(3.787)
Subtotal	<u>(1.351)</u>	<u>(4.856)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Remunerações e Encargos	7	29
Obrigações tributárias	(40)	(221)
Contas a pagar	(269)	291
Obrigações trabalhistas	92	285
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(828)	450
Subtotal	<u>(1.038)</u>	<u>834</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	<u>7.602</u>	<u>1.145</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(419)	(4.315)
(Aplicações) resgates financeiros	-	(218)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	<u>(419)</u>	<u>(4.533)</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>7.183</u>	<u>(3.388)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.973	5.361
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>9.156</u>	<u>1.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis do exercício.


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente


Delano Rodrigues Roeha
Diretor Técnico


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PIAUÍ - SEBRAE/PI

Balanco orçamentário no período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em reais)

Receitas	Execução Período Anterior(a)	Ano Atual				Despesa	Execução Período Anterior(a)	Ano Atual			
		Previsão Original(b)	Execução (c)	%(c/b)	% Δ (c/a)			Previsão Original(b)	Execução(c)	%(c/b)	% Δ (c/a)
Receitas correntes						Despesa correntes					
Contribuição Social Ordinária-CSO	38.635	37.120	40.654	109,5%	5,2%	Pessoal, Encargos e Benefícios	19.897	21.350	19.985	93,6%	0,4%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	9.162	16.493	13.037	79,0%	42,3%	Serviços Profissionais e Contratados	18.968	25.511	19.327	75,8%	1,9%
Convênio com Parceiros	104	400	10	2,6%	-90,4%	Demais Despesas Operacionais	8.210	8.262	8.133	98,4%	-0,9%
Aplicações Financeiras	1.797	1.484	1.092	73,6%	-39,2%	Encargos Diversos	571	430	416	96,7%	-27,2%
Empresas Beneficiadas	1.389	1.456	2.005	137,7%	44,3%	Transferências	1.020	1.020	1.530	150,0%	50,0%
Outras Receitas	381	100	497	497,3%	30,4%						
						Total despesas correntes	48.667	56.573	49.391	87,3%	1,5%
Total das receitas correntes	51.468	57.053	57.297	100,4%	11,3%						
Déficit corrente	-	-	-	-	-	Superávit Corrente	-	-	7.906	-	-
Receitas de Capital	-	-	-	-	-	Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	Investimentos/Outros	4.058	1.046	1.951	186,6%	-51,9%
Operações de Crédito	1.208	-	-	-	-	Amortização de Empréstimos	866	1.100	1.068	97,1%	23,3%
						Total de despesas de capital	4.924	2.146	3.019	140,7%	-38,7%
Total de receitas de capital	1.208	-	-	-	-	Fundo de Reserva	-	2.834	-	-	-
Saldo de Exercícios Anteriores	-	4.500	-	-	-	Despesas Totais	53.591	61.553	52.410	85,1%	-2,2%
Receitas Totais	52.676	61.553	57.297	93,1%	8,8%	Superávit Total	-	-	4.887	-	-
Déficit Total	915	-	-	-	-						
Total Geral	53.591	61.553	57.297	93,1%	6,9%	Total Geral	53.591	61.553	57.297	93,1%	6,9%

Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente

Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro

José de Paiva Vieira Filho
Contador - CRC/PI 005367

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada na Av. Campos Sales, 1046/Centro 64000-300 - Teresina/PI.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PI constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PI recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

1) A Entidade tem como associados:

- Associação Comercial Piauiense;
- Associação Industrial do Piauí - AIP;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Caixa Econômica Federal;
- Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí - FECOMÉRCIO/PI;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Piauí - FCDL;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí;
- Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI;



- Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PI;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI;
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; e
- Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Isenções tributárias

- O SEBRAE/PI é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).
- Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).
- Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.
- A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.
- Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela

1-6



Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

- Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, a Entidade possui certificado de imunidade tributária concedido pela Prefeitura Municipal de Teresina.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27 (Nota Explicativa nº 10), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 26).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/PI conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2018/2019. A CSO/CSN representam mais de 80% das receitas da Entidade.

O Sebrae/PI apresentou um Resultado Patrimonial de R\$ 5.355 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 10.414 mil.

A administração reconhece que existe uma incerteza no ambiente econômico externo que pode afetar a captação de receitas próprias obtidas dos clientes e dos Governos Estaduais, mas que não chega a afetar capacidade operacional do SEBRAE, já que as Receitas Próprias não chegam a 10% das receitas totais. Qualquer redução pode ser complementada pelo ganho de eficiência nas despesas sustentadas pela CSO e até pela utilização de parcela financeira do Patrimônio como já previsto e destacado no orçamento aprovado.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de janeiro de 2018.



2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 15) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativos planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 26). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às



imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15).

c. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 10).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte de sua competência (Nota Explicativa nº 17). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 18).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.



A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos, são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem as rubricas contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

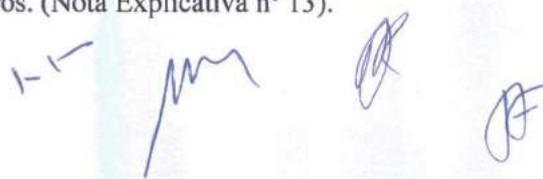
Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 13).



(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 10).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo foram apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 10).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 15).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O



passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 11).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PI reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PI contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 26).

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018; NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019. Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48.

Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contas bancárias (i)	111	84
Aplicações financeiras (ii)	9.045	1.889
Total	9.156	1.973

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em conta contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, se encontra a seguir descrita:

Bancos	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	108	82
Caixa Econômica Federal	2	2
BNB	1	-
Total	111	84

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí - SEBRAE/PI
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017*

Bancos	Modalidade do fundo	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB Milênio 10	4.655	1.889
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	4.396	-
Provisão para IRRF (*)		<u>(6)</u>	<u>-</u>
Total		<u>9.045</u>	<u>1.889</u>

(*) refere-se a estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade do Banco do Brasil do ano de 2017 foi de 10,1994% (no ano de 2016 foi de 14,3783%).

A taxa de rentabilidade da Caixa Econômica Federal do ano de 2017 foi de 10,2086% (no ano de 2016 foi de 14,4593%)

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2017	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2017	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2017
Banco do Brasil	263.686.596	533.145	0,20%	8,73	Não	Renda fixa	4.655
Caixa Econômica Federal	722.689.112	509.569	0,07	8,62	Não	Renda fixa	4.396






5 Aplicações financeiras

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	-	6.982
Total		-	6.982

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade da Caixa Econômica Federal no ano de 2017 foi de 10,2086% (no ano de 2016 foi de 14,4593%).

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado. No ano de 2017 esta aplicação por representar disponibilidades imediatas, que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, foi reclassificada para rubrica contábil caixa e equivalentes de caixa.

6 Créditos a receber

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cheques e cartão (i)	133	159
Total	133	159

(i) Refere-se a cheques e cartões com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	-	1
Constituição	-	1
Baixas	-	(2)
Saldo final	-	-

7 Convênios a executar

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Convênio nº 001/2016 – SENAR/AR/PI - liberações	1.530	1.020
(-) Execuções	(1.020)	(1.020)
Saldo	510	-

Convênio de cooperação técnica e financeira que tem como objeto no âmbito do Programa NCR – Negócio Certo Rural, entre o SEBRAE/PI e o SENAR-AR/PI para capacitação de curta duração, visando o planejamento e administração dos pequenos produtores e trabalhadores rurais dos municípios do Estado do Piauí.

8 Outros créditos a receber

Valor referente à causa judicial, transitada em julgado, em favor do SEBRAE/ PI, na Receita Federal, relativa às contribuições previdenciárias feitas com base no art. 22 da Lei n. 8212/91, referente ao recolhimento de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços próprios, relativos a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e sobre o adicional de um terço constitucional de férias dos funcionários. A apelação cível nº 2009.40.00.001357-9/PI de numeração 0001333-35.2009.4.01.4000 e nº 2008.40.00.003811-3 foi aceita e transitada em julgado, dando direito ao SEBRAE/ PI de utilizar este crédito por meio de compensação diretamente na GFIP para competências vincendas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos de INSS	311	719
Total	311	719

9 Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Créditos com o sistema SEBRAE
- Obrigações com o Sistema Sebrae
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Pravidência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recursos CSO a Receber (i)	6.399	2.109
Recursos de CSN a receber (ii)	924	265
Total	7.323	2.374

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias - CSO”. O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2017 foi recebido no início do exercício de 2018. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de

2017 a 2020 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

- (ii) Créditos de CSN a receber mediante comprovação dos gastos com projetos vinculados.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	2.993	-	2.993	3.014	-	3.014
Outros débitos (ii)	-	-	-	130	-	130
Empréstimos captados (iii)	974	2.435	3.409	908	3.178	4.086
Total	3.967	2.435	6.402	4.052	3.178	7.230

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-20, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/PI e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.
- (ii) Valores referem-se à aquisição de licenças de uso de softwares, as quais foram pagas pelo SEBRAE Nacional e repassadas para cada unidade com seu respectivo valor por meio do contrato 538/14 e resolução Direx 1931/2014, a ser pago em 24 parcelas, sem correção e com término em outubro/2017.
- (iii) Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de empréstimos recebidos mediante antecipação de receitas, com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão CDN nº 261/2011 e Resolução DIREX nº 2.016/11 SEBRAE Nacional. O SEBRAE/PI pagará em 86 (oitenta e seis) parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com previsão de término em junho de 2021.

Detalhamento dos empréstimos

Fonte	Contrato	Data da assinatura	Juros	Último vencimento
SEBRAE Nacional	086/2014	01/04/2014	100% TJLP a.m.	Jun/2021

Cronograma de pagamento

	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	939
2018	974	939
2019	974	939
2020	974	939
2021	487	330
	3.409	4.086

- - -




Transações de resultado - Receitas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição Social Ordinária (CSO)	40.655	38.635
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>13.037</u>	<u>9.162</u>
Total	<u>53.692</u>	<u>47.797</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

c. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/PI é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. Demonstramos a seguir, os valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da Administração:

Descrição	2017	2016
Remuneração	1.518	1.300
Benefícios	<u>175</u>	<u>158</u>
Total	<u>1.693</u>	<u>1.458</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 26.



10 Ativo imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	8.356	-	16.756
Obras em andamento	-	8.260	97	(8.356)	-
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.637	204	-	1.841
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	824	-	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.219	105	-	1.324
Equipamentos de informática	6,6 a 50%	2.486	13	-	2.499
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		24.186	8.775	(8.356)	24.604
Total da depreciação acumulada		(7.414)	(953)		(8.366)
Provisão p/perdas-veículos		(26)			(26)
Total líquido		16.746	7.822	(8.356)	16.212
Descrição	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Obras em andamento	-	4.274	3.985	-	8.260
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.600	37	-	1.637
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	824	-	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.136	83	-	1.219
Equipamentos de informática	6,6 a 50%	2.276	210	-	2.486
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		19.870	4.315		24.186
Total da depreciação acumulada		(6.604)	(809)		(7.414)
Provisão p/perdas-veículos		(26)			(26)
Total líquido		13.240	3.506		16.746

11 Remunerações e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Encargos sociais a recolher	409	399
Consignações da folha de pagamento	4	7
Total	413	406

12 Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
ISS sobre serviços pessoa jurídica a recolher	22	115
IRRF sobre salários a recolher	248	230
PIS/COFINS/CSLL Retenção sobre serviço pessoa jurídica a recolher	139	103
INSS sobre serviços terceiros	34	42
IRRF sobre pessoa jurídica a recolher	36	29
PIS a recolher	19	19
Outros	1	1
Total	499	539

13 Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	471	748
Outras obrigações	<u>8</u>	<u>-</u>
Total	<u>479</u>	<u>748</u>

14 Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Férias	1.418	1.354
INSS sobre férias	301	280
FGTS sobre férias	113	108
Salário educação sobre férias	36	34
PIS sobre férias	<u>14</u>	<u>14</u>
Total	<u>1.882</u>	<u>1.790</u>

Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

15 Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PI como risco "provável" de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	38	19	-	-
Riscos cíveis	19	19	19	18
Riscos fiscais	<u>15.886</u>	<u>12.536</u>	<u>16.186</u>	<u>12.504</u>
Total	<u>15.943</u>	<u>12.574</u>	<u>16.205</u>	<u>12.522</u>

A Entidade vem questionando judicialmente débitos fiscais considerados como devidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativos ao processo nº 2004.40.00.07256-0, no montante de R\$ 1.200 (valores históricos) referente a 5 (cinco) Notificações de Lançamento de Débito - NFLD do período de 1991 a 2001 sobre INSS sobre pagamento de autônomos, INSS sobre pagamento de diretores não empregados, INSS construção (obra do prédio) e INSS sobre diárias de empregados superiores a 50% do salário (configuração de salário contribuição). Essas NFLD's foram questionadas administrativamente, sem êxito, e a Entidade ingressou com ação anulatória dos débitos, com pedido de liminar (emissão de certidão negativa), no entanto a ação foi julgada improcedente em 1ª Instância e atualmente encontra-se em fase de apelação (2ª Instância). Os assessores legais da Entidade entendem como remota a perda da Entidade na referida ação.



Em relação às obrigações fiscais - INSS, a partir da competência de abril/2012 a Entidade passou a recolher o INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados - PF - Parte Empregador, através de depósitos judiciais, Processo nº 2008.4000.003027-3, Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possui provisão no valor de R\$ 15.886 constituída e o mesmo valor em depósitos judiciais.

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/PI, relativo a data-base de 31 de dezembro de 2017.

O SEBRAE/PI possui os seguintes valores relativos a processos classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Riscos Cíveis	50	50
Total	50	50
Processos		
• 0003126-39.2009.8.18.0.0140 Autor ECAD		

16 Patrimônio líquido

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Superávit acumulado	14.476	12.109
Superávit do exercício	5.355	2.265
Ajuste avaliação patrimonial	4.098	4.200
Total	23.929	18.574

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits / (déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (déficit) do exercício



Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

17 Receitas com contribuição social

Descrição	2017	2016
Contribuição Social – CSO	40.655	38.635
Contribuição Social do Nacional - CSN	13.037	9.162
Total	53.692	47.797

Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/PI para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/PI (IN.37.20)

18 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Treinamentos	461	334
Consultoria	893	756
Feiras/locação de espaços	558	167
Livros e prospectos	2	5
Palestras	21	15
Empretec	60	112
Outras receitas	10	-
Total	2.005	1.389

Destaca-se no exercício de 2017 as receitas de prestação de serviços com treinamentos (aumento 38,02%), consultoria (aumento 18,12%) e feiras/locações de espaços (aumento 234,13%) em comparação ao ano de 2016.

19 Outras receitas operacionais

São registradas as receitas com alugueis, recuperações. Destaca-se no ano de 2016 o processo nº 2008.40.00.003811-3 do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – não incidência das contribuições previdenciárias patronais sobre o adicional de um terço constitucional de férias gozadas, assim como sobre o adicional relativo a férias indenizadas - relativo a recuperação de valores pagos de contribuição previdenciária do período de julho/2003 a janeiro/2016 no valor de R\$ 284, a serem compensados na GFIP/SEFIP em períodos posteriores.

Descrição	2017	2016
Recuperação e restituições	34	337
Aluguéis	5	9
Outras	22	29
Total	61	375

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários e proventos	(10.489)	(9.437)
13º Salário	(973)	(925)
Férias	(1.393)	(1.382)
Outros gastos com pessoal	(408)	(346)
Encargos Sociais	(2.495)	(3.761)
Benefícios Sociais	(4.227)	(4.046)
Total	(19.985)	(19.897)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

21 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	2017	2016
Instrutoria e Consultoria	(11.512)	(11.702)
Serviços Técnicos e Especializados	(1.963)	(1.734)
Manutenção, Segurança e Limpeza	(828)	(825)
Demais Serviços Contratados	(5.013)	(4.691)
Encargos Sociais s/ serv. Terceiros	(11)	(16)
Total	(19.327)	(18.968)

1-1-


22 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	2017	2016
Despesa de Viagem	(2.011)	(2.168)
Aluguéis e Encargos	(2.126)	(2.091)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(901)	(1.111)
Serviços gráficos e de reprodução	(684)	(503)
Serviços de comunicação em geral	(833)	(605)
Materiais de consumo	(749)	(851)
Demais custos e despesas gerais	(829)	(881)
Total	(8.133)	(8.210)

Variações relevantes:

Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda (-18,91): por conta do atual cenário econômico e financeiro foi reduzido a quantidade de eventos realizados pela Entidade em 2017 nesta rubrica de despesas.

Serviços gráficos e de reprodução (35,98%): este crescimento foi ocasionado principalmente pela confecção de materiais para a realização do evento Congresso das Cidades, realizado em março/2017 na sua 1ª edição.

Serviços de comunicação em geral (37,68%): este crescimento foi ocasionado pelas despesas com serviço de transmissão de dados em redes nos escritórios regionais.

23 Despesas de transferências com programas e convênios

Neste grupo são registrados os gastos com transferências e despesas com convênios referentes a programas da Entidade. No exercício de 2017 e 2016 houve apenas o convênio nº 001/2016 SENAR-AR/PI - Convênio de cooperação técnica e financeira que tem como objeto no âmbito do Programa NCR – Negócio Certo Rural, entre o SEBRAE/PI e o SENAR-AR/PI para capacitação de curta duração, visando o planejamento e administração dos pequenos produtores e trabalhadores rurais dos municípios do Estado do Piauí.

24 Despesas com provisões

Neste grupo são registrados as despesas com provisões constituídas no exercício

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para riscos fiscais e outras	1.609	-
Provisão para perdas diversas	-	1
Provisão para imposto de renda s/ aplicações financeiras	6	17
Total	1.615	18

Provisão para riscos fiscais: as despesas com INSS Patronal incidentes sobre a folha de pagamento dos funcionários a partir do mês junho/2017 foram classificadas nesta rubrica de

despesas, visto que o recolhimento está sendo realizado através de depósito judicial – processo nº 2008.40.00.003027-3 e que a probabilidade de perda da causa é remota.

25 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	532	791
Rendimentos Recursos Próprios	560	1.006
Variações monetárias ativas	1.147	1.403
Subtotal	2.239	3.200
Despesas financeiras	(34)	(37)
Variações monetárias passivas	(1.209)	(1.122)
Subtotal	(1.243)	(1.159)
Total receita financeira líquida	996	2.041

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações da Entidade em fundos de renda fixa, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação, enquanto as despesas financeiras por encargos cobrados por instituições financeiras, tais como juros e taxas bancárias.

26 Benefícios a empregados (plano de previdência privada)

26.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais.

O plano possui as seguintes características:

- Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

- Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

- O referido plano não inclui:



- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/PI contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

Descrição	Parte BD	
	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo dos ativos do plano	185	135
Valor das obrigações atuariais	(57)	(45)
Superávit / (déficit)	128	90

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 monta R\$, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	31/12/2017	31/12/2016
Participantes	449	386
Básica	366	332
Serviços passados	21	22
Voluntárias	62	32
Patrocinador	332	312
Básica	320	301
Benefícios de Risco	12	11
Total	781	698

26.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(45)	(43)
Custos do serviço corrente	(5)	(5)
Custo de juros	(5)	(5)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	1	11
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de alterações premissas financeiras	(4)	(3)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(57)	(45)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	135	113
Receitas de juros	19	19
Ganhos (perdas) sobre ativos do plano (excluindo a receita de juros)	20	(8)
Contribuições do empregador	11	11
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	185	135

Despesa reconhecida no resultado

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	(5)	(5)
Ganhos (perdas) sobre o ativo	20	13
Ganho (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	1	(13)
Efeito do teto do ativo	(24)	(5)
Retorno esperado dos ativos do plano	(5)	(5)

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2017	31/12/2016
Taxa real anual de juros	9,16 % a.a.	11,16 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,20 % a.a.	2,20 % a.a.
Taxa de inflação média anual	3,91% a.a.	4,69 a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,16 % a.a.	11,16 % a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir.

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e F Desag10%
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e F Desag10%
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos – UP 94 - MeF
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 M&F
- Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

27. Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos,



políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí - SEBRAE/PI
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017*

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	111	84
Aplicações financeiras	4/5	9.045	8.870
Contas a receber de clientes	6	133	159
Outros créditos	7	311	719
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	7.323	2.374
Convênios a executar	-	510	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em			
	31/12/2017	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e Encargos	413	413	-	-
Obrigações tributárias	499	499	-	-
Contas a pagar	479	479	-	-
Obrigações trabalhistas	1.882	780	720	382
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.402	487	487	2.435

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado nas Notas Explicativas nº 4 e 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do NBC TG - 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/PI desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da

 - - - 

Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI e SELIC, relativo as aplicações financeiras realizadas nos Fundos BB Milênio e CEF Institucional. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa CDI, será de 6,89% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

		<u>Cenários projetados - Base 31/12/2019</u>		
	Exposição (R\$ mil)	Provável 7,96%	Possível - 25% 9,95%	Remoto - 50% 11,94%
Alta da variação da taxa SELIC				
	9.045	720	900	1.080
Efeito da variação da taxa SELIC		7,96%	9,95%	11,94%

		<u>Cenários projetados - Base 31/12/2018</u>		
	Exposição (R\$ mil)	Provável 7,25%	Possível - 25% 9,06%	Remoto - 50% 10,88%
Alta da variação da taxa SELIC				
	9.045	656	819	984
Efeito da variação da taxa SELIC		7,25%	9,06%	10,88%

Impactos no resultado	31/12/2019	31/12/2018
Cenário possível - Cenário provável SELIC	180	165
Cenário remoto - Cenário provável SELIC	360	328

28. Cobertura de seguros

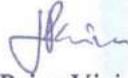
Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 5.000 para sede social (proposta nº 31419989303996461), R\$ 1.944 para cobertura dos veículos (apólices/propostas nº 05.31/5277466, 049236, 053765, 053767, 969905-0 050814, 423209970) e não havendo cobertura para lucros cessantes para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 03 de fevereiro de 2018, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 4 e a importância segurada de R\$ 5.000


Mario José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico


José de Paiva Vieira Filho
Contador – CRC/PI 005367